6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R$ 10,00 (dez reais).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação:

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens por:

7.20.1. empresas brasileiras;

7.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30 %** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **cópia devidamente assinada e reconhecida em cartório, conforme o caso**.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2** horas.

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **10** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **10** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não é o caso.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não é o caso.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferi sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço do Comando da 12ª RM, sediado à Av. Coronel Teixeira, 6.123 - Ponta Negra, CEP 69037-000, na Seção de Licitações e Contratos, de segunda-feira a quinta-feira, no horário das 09:30 às 11:30 e 13: 30 às 16:00 horas.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1,1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de ***20*** (***vinte***) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de ***0,5%*** a ***15%*** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de ***15%*** a ***30%*** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail [redacted], ou por petição dirigida ou protocolada no endereço no Av. [redacted] - Ponta Negra, CEP[redacted] seção de Licitações e Contratos.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [redacted], e e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Comando da 12ª RM, sediado na Av. [redacted] - Ponta Negra, CEP [redacted], seção de licitações e contratos, de segunda-feira a quinta-feira, nos horário de 09:30 às 11:30 e 13:30 às 16:00 horas.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Formalização da Contratação;

16.11.2.2. Termo de Ciência e concordância;

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Manaus, AM, data da assinatura eletrônica.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 14:33:57.

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Termo de Referência 44/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	[redacted]	12/08/2026 14:44 (v 0.21)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	64/2026	64321.016456/2026-99

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° 64321.014691/2026-26)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de *Freezers e Geradores*, destinados à ampliação da capacidade, armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12º Região Militar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A1] [A2]
1	Freezer Tipo: Horizontal, Capacidade: 500 a 550 L, Quantidade Tampas: 1 UN, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 220	625843	UND	95	R$ 4.082,55	R$ 387.842,72
2	Grupo Motor-Gerador Diesel 15 kVA	384411	UND	42	R$ 41.906,33	R$ 1.760.065,86

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*
1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*
1.4. O prazo de vigência da contratação inicia-se na certificação do recebimento da nota de empenho pela contratada e finda-se após a entrega do objeto e a liquidação das obrigações recíprocas, na forma do artigo 105 da Lei n°

14.133, de 2021.
1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, sendo as demais regras relativas à vigência e à execução da contratação esclarecidas no contrato.

1.6. Qualquer divergência que haja entre a descrição de um item no sistema Comprasnet e neste Termo de Referência, prevalecerá sempre a descrição do item neste Termo de Referência para fins, tanto de apresentação de proposta por parte do proponente quanto para a execução da entrega do material.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Especificações dos Materiais:

Item 1: Freezer Horizontal de 500 a 550 Litros: Aquisição de freezer horizontal NOVO, **com capacidade líquida entre 500 e 550 litros**, destinado ao armazenamento e à conservação de alimentos refrigerados e congelados. O equipamento deverá possuir orientação horizontal, 01 (uma) tampa superior, sendo permitida a utilização de cestos removíveis. Deverá ser fabricado com gabinete externo em aço tratado contra corrosão ou material equivalente, com acabamento em pintura eletrostática a pó ou tecnologia equivalente de resistência à corrosão, e revestimento interno em aço galvanizado, resistente à oxidação e apropriado para contato com alimentos. Deverá possuir isolamento térmico em poliuretano expandido de alta densidade, livre de CFC, tampa com vedação eficiente, gaxeta magnética removível ou sistema equivalente de vedação, dreno para limpeza e degelo, rodízios para facilitar a movimentação, além de fechadura com chave para controle de acesso. O sistema de refrigeração deverá ser estático, composto por compressor hermético de alta eficiência, utilizando fluido refrigerante ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação ambiental vigente, com controle de temperatura por termostato ajustável e operação contínua. O equipamento deverá operar em faixa de temperatura de 8 °C a, no mínimo, -22 °C, permitindo o armazenamento adequado de alimentos refrigerados e congelados. Deverá possuir alimentação elétrica monofásica em 220 V, frequência de 60 Hz, com plugue de 10 A, possuir proteção contra oscilações elétricas e apresentar potência nominal e corrente elétrica nominal informadas pelo fabricante. O equipamento deverá possuir classe climática T (Tropical) ou ST (Subtropical Tropical), adequada para operação contínua em ambientes de elevada temperatura e umidade. Suas dimensões externas deverão ser aproximadamente 85,5 cm de altura, 148,5 cm de largura e 63 cm de profundidade, admitindo-se pequenas variações compatíveis entre fabricantes, desde que não comprometam a capacidade útil do equipamento. O peso aproximado deverá ser de 66 kg, admitindo-se variações compatíveis com o projeto construtivo do fabricante. O equipamento deverá ser destinado ao uso comercial, possuir cantos internos arredondados para facilitar a higienização e demais dispositivos necessários ao seu pleno funcionamento. O equipamento deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis, possuir certificação de conformidade do INMETRO, quando exigível, e Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), quando aplicável. O equipamento deverá acompanhar manual de operação e manutenção em língua portuguesa, catálogo técnico do fabricante e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

Item 2: Aquisição de grupo gerador de energia à diesel (adequado para S-10 e S-500) cabinado **NOVO,** com número de cilindros conforme projeto do fabricante, adequado à potência nominal, à operação contínua e às condições ambientais da Amazônia, 4 (quatro) tempos, alternador síncrono com regulador automático de tensão (AVR – Automatic Voltage Regulator), sistema de partida elétrica, dimensionado para operação contínua sob carga (24 horas

por dia), sendo ideal para aplicações que exigem energia contínua e confiável.
Cada gerador deverá possuir controlador microprocessado, partida elétrica automática e interface para partida/parada remota, sendo compatível com QTA/ATS externo.
Potência nominal Prime/contínua mínima de 15 kVA, equivalente a 12 kW com fator de potência 0,8, em regime de operação contínua, 24 horas por dia. Potência standby/emergência admitida superior à potência Prime, frequência mínima de 60 Hz, tensão de 220/380 V trifásica, com disponibilidade de alimentação em 220 V fase-neutro, Corrente nominal compatível com a potência do gerador e a tensão de saída especificada, devendo o equipamento possuir disjuntor de proteção dimensionado pelo fabricante, saída auxiliar de 12 volts / 8.3 amperes arrefecimento à ar ou água, sistema de injeção direta e mecânico, capacidade de óleo lubrificante mínima de 10 litros. O equipamento deverá acompanhar manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, catálogo técnico do fabricante.
Dimensões e Peso: MÁXIMAS de 2 m de comprimento, 0,85 m de largura e 1,15 m de altura, com peso máximo de 750 kg, além de apresentar construção robusta, adequada para operação em ambientes com elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar e demais condições climáticas características da Amazônia.
O gerador deverá possuir base estrutural reforçada, com pontos apropriados para içamento e movimentação por equipamentos de movimentação de cargas, de forma a facilitar o transporte, a instalação e o remanejamento logístico entre Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira, sem prejuízo à integridade do equipamento.
Deverá possuir sistema de proteção contra sobrecarga, curto-circuito, baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura do motor, sobretensão, subtensão e demais dispositivos de proteção previstos pelo fabricante.
O gerador deverá ser montado sobre base metálica estrutural, provido de cabine com atenuação acústica, tanque de combustível incorporado, painel de comando e monitoramento, bateria, sistema de escapamento e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.
Tanque de combustível incorporado, com capacidade compatível com autonomia mínima de 8 horas a 100% da carga nominal Prime, admitindo-se autonomia superior. Alternativamente, será aceita autonomia mínima de 10 horas a 75% da carga nominal Prime, desde que comprovada por catálogo técnico, ficha técnica ou declaração formal do fabricante.
CARENAGEM ACÚSTICA: Construída em chapa metálica, possuir aberturas para entrada e saída do ar necessário para a refrigeração do motor, Botão de Parada de Emergência de fácil acesso, localizado na parte exterior da carenagem, parte interna com revestimento com propriedade acústica (fonoabsorvente) que evitam o rebatimento das ondas sonoras e Carenagem Silenciada com Pressão acústica.
Cada gerador deverá possuir controlador microprocessado, partida elétrica automática e interface para partida/parada remota, sendo compatível com QTA/ATS externo. Para cada conjunto de 3 geradores, deverá ser fornecido 1 QTA /ATS externo, trifásico, 220/380 V, 60 Hz, corrente nominal mínima de 63 A, compatível com três fontes geradoras, com seleção automática/manual, revezamento programável entre dois geradores e entrada automática do terceiro como reserva operacional, com intertravamento elétrico e/ou mecânico que impeça paralelismo acidental entre fontes.
O sistema deverá contemplar módulo ou quadro de sequenciamento de cargas, permitindo a partida escalonada dos freezers em conjuntos de no máximo 3 unidades, com intervalo mínimo programável de 30 segundos entre os conjuntos, de forma a evitar sobrecarga decorrente da partida simultânea dos compressores.
O QTA/ATS deverá ser compatível com três fontes geradoras independentes, permitindo a seleção, revezamento e transferência de carga entre GE-01, GE-02 e GE-03, não se limitando à função convencional de transferência entre rede comercial e gerador.
Deverá estar incluída entrega técnica, teste operacional, orientação básica de operação/manutenção aos operadores designados e fornecimento de diagramas elétricos do gerador, do QTA/ATS e do sistema de sequenciamento de cargas.
Para viabilizar o transporte aéreo militar imediato, o equipamento deverá ser entregue com o tanque de combustível rigorosamente drenado/vazio, em estrita conformidade com as normas vigentes para o transporte de cargas perigosas.
Garantia mínima de 01 (um) ano ou 1.000 (mil) horas de operação (o que ocorrer primeiro), contados da data de conclusão da entrega técnica. Prazo: 90 (noventa) dias para execução dos serviços. São cobertos pela garantia: Defeitos de fabricação, desde que o produto seja instalado, operado e mantido conforme Manual de Garantia. A garantia será válida mediante o cumprimento das manutenções especificadas pelo fabricante. Não serão cobertos pela garantia danos causados por mau uso do equipamento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados equipamentos que apresentem maior eficiência energética, menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida e que utilizem materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento, observadas as características e a disponibilidade do mercado.

4.1.2. Os freezers deverão utilizar fluido refrigerante ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as normas técnicas aplicáveis.

4.1.3. Os equipamentos deverão possuir eficiência energética compatível com sua categoria, atendendo às normas técnicas brasileiras aplicáveis, bem como possuir certificação de conformidade do INMETRO e Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), quando exigíveis para o respectivo produto.

4.1.4. Os grupos geradores deverão atender aos limites de emissões atmosféricas e de ruído estabelecidos na legislação e nas normas técnicas aplicáveis, quando exigíveis para o equipamento fornecido.

4.1.5. As embalagens utilizadas no fornecimento deverão ser, sempre que possível, constituídas por materiais recicláveis, reutilizáveis ou passíveis de reciclagem, devendo ser adequadas à proteção dos equipamentos durante o transporte e armazenamento, preservando sua integridade até o recebimento definitivo pela Administração.

4.1.6. A contratada deverá observar boas práticas ambientais relacionadas ao acondicionamento, transporte, descarte de resíduos e destinação ambientalmente adequada de componentes eventualmente substituídos durante a execução contratual e o período de garantia, quando aplicável.

4.1.7. Para comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência, a contratada deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, catálogos técnicos, fichas técnicas, certificados, etiquetas de eficiência energética, declarações do fabricante ou outros documentos idôneos que demonstrem a conformidade dos equipamentos com as exigências estabelecidas.

Da exigência de amostra

4.2. Não será exigida amostra na fase do aceite da proposta.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante.

Subcontratação

4.4. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

Garantia da contratação

4.5. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5**% (**cinco** por cento) do valor **total** da contratação.*

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.1. *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.6.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.6.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato*

principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.6.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.7. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

4.8. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

4.9. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.1. *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*

4.11. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*

4.11.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e*

4.11.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.*

4.12. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

4.13. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

4.14. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.*

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

4.15.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.*

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*
4.16.2. *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*

4.17. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
4.18. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
4.20. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista neste Termo de Referência.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias para os Freezers, e os geradores de 15 VA serão de 90 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da data de recebimento, pelo Fornecedor, do instrumento substitutivo (se for o caso), em remessa única, conforme quantitativo especificado na Nota de Empenho.

5.1.2. Os equipamentos deverão ser entregues completos, novos, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de toda a documentação técnica aplicável, manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, certificados exigidos, acessórios e demais componentes necessários à sua plena utilização, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

5.1.3. A contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, a entrega técnica dos equipamentos, ministrada por profissional capacitado pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada, contemplando, no mínimo, a apresentação das características e funcionalidades dos equipamentos, orientações quanto à instalação, operação, acionamento, utilização segura, procedimentos de partida e desligamento, quando aplicável, bem como instruções sobre limpeza, conservação e manutenção preventiva, de forma a garantir sua correta utilização pelos servidores designados pela Administração.

5.1.4. A entrega será acompanhada pela Comissão de Recebimento ou por servidor formalmente designado pela Administração, para realização da inspeção, conferência das especificações técnicas, verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos e atesto do objeto.

5.1.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, será acompanhado pelo fiscal da contratação ou por servidor formalmente designado pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.1.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta ou nas normas técnicas aplicáveis, devendo ser corrigidos, substituídos ou complementados no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade quantitativa, qualitativa e funcional do equipamento, mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.7.1. O decurso do prazo para recebimento definitivo não implicará aceitação tácita quando houver pendência de teste funcional, documentação técnica, energização do equipamento, inconformidade aparente ou necessidade de diligência técnica.

5.1.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser concluída dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizado o recebimento definitivo ao término do referido prazo, sem prejuízo da responsabilização da contratada por eventuais vícios ou defeitos posteriormente constatados.

5.1.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes de defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de funcionamento ou incorreta execução contratual.

5.1.10. Durante o recebimento definitivo poderão ser realizados testes operacionais e funcionais do sistema frigorífico, incluindo verificação da estabilização térmica, funcionamento dos alarmes, painel de controle, vedação das portas, iluminação interna, sistemas de segurança, integridade estrutural e demais requisitos técnicos previstos neste Termo de Referência.

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:* CECMA (Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia), Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000. As entregas poderão ocorrer de segunda-feira a quinta-feira das 09:30h às 11:45h e das 13:30h às 16: 00 horas e na sexta-feira, no horário das 08: 30h às 11:20h. A entrega do material ocorrerá exclusivamente em Manaus/AM, não sendo exigida a entrega em outras localidades.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*
5.5. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*
5.6. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*
5.7. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*
5.8. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*
5.9.. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*
5.10. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **08** (**oito**) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.*

5.10.1. No caso dos Freezers e Geradores, posteriormente distribuídos para os municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Tabatinga, o prazo será de até **30 dias corridos** aos moldes definidos por esta cláusula.

5.11. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*
5.12. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*
5.13. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*
5.14. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do*

Contratado.
5.15. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5**% (**zero vírgula cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20** (**vinte**) dias*

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "**e**" a "**h**" de **5**% (**cinco** por cento) a **10** % (**dez** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "**c**", de **5**% (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**b**", de **5**% (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **5**% (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de **0,5**% (**zero vírgula cinco** por cento) a **5**% (**cinco** por cento) do valor da contratação, por ocorrência.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10* (*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco)** dias úteis.
8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento
8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. Não será admitida a antecipação de pagamento na presente contratação.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *07/07/2026.*

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO* , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO.*

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{}$$

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* de 10% do *valor total estimado da contratação*.

9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.30. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento satisfatório de bens com características, porte e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores aos equipamentos abrangidos pelo item para o qual apresentar proposta.

9.31.1. Para os itens referentes aos freezers, o conjunto dos atestados deverá comprovar o fornecimento mínimo de 29 (vinte e nove) unidades, correspondente a aproximadamente 30% (trinta por cento) do quantitativo total estimado de 95 (noventa e cinco) unidades.

9.31.1.1. Serão aceitos atestados referentes ao fornecimento de:

a) freezers horizontais ou verticais;

b) conservadores de produtos congelados ou refrigerados;

c) refrigeradores comerciais ou industriais;

d) câmaras frigoríficas modulares;

e) equipamentos ou sistemas de refrigeração comercial ou industrial destinados à conservação de produtos sob temperatura controlada; ou

f) outros equipamentos frigoríficos de porte e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores.

9.31.1.2. Para fins de avaliação da similaridade, os equipamentos deverão ser destinados à conservação ou ao armazenamento de produtos refrigerados ou congelados e possuir sistema ativo de refrigeração e controle de temperatura.

9.31.1.3. Não será exigido que o equipamento anteriormente fornecido possua exatamente a mesma capacidade volumétrica, tensão elétrica, quantidade de tampas, formato, marca ou modelo dos freezers objeto desta contratação.

9.31.1.4. Não serão considerados compatíveis equipamentos de uso exclusivamente doméstico e de reduzido porte, como frigobares, adegas climatizadas, bebedouros ou refrigeradores compactos, quando suas características não demonstrarem complexidade operacional compatível com o fornecimento pretendido.

9.31.2. Para os itens referentes aos grupos geradores, o conjunto dos atestados deverá comprovar o fornecimento mínimo de 13 (treze) unidades, correspondente a aproximadamente 30% (trinta por cento) do quantitativo total estimado de 42 (quarenta e duas) unidades.

9.31.2.1. Serão aceitos atestados referentes ao fornecimento de:

a) grupos geradores de energia elétrica acionados por motor de combustão interna;

b) geradores estacionários, móveis, abertos ou cabinados;

c) grupos geradores destinados à operação principal, contínua, emergencial ou de reserva; ou

d) outros sistemas autônomos de geração de energia elétrica de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.31.2.2. Para fins de avaliação da similaridade, os equipamentos anteriormente fornecidos deverão possuir potência nominal contínua, Prime ou equivalente de, no mínimo, 10 kVA, admitidos equipamentos de potência superior.

9.31.2.3. Não será exigido que os equipamentos anteriormente fornecidos possuam exatamente a mesma potência de 15 kVA, tensão de saída, número de fases, autonomia, modelo de painel, grau de proteção, tipo de cabine, marca ou fabricante dos geradores objeto desta contratação.

9.31.2.4. O fornecimento de geradores de potência superior será aceito para fins de qualificação técnica, desde que o atestado permita identificar a natureza do equipamento e a respectiva potência ou porte operacional.

9.31.3. A comprovação será realizada separadamente para cada categoria de equipamento. O atestado relativo ao fornecimento de equipamentos frigoríficos não substituirá a comprovação exigida para grupos geradores, e vice-versa.

9.31.4. A licitante que apresentar proposta somente para os itens referentes aos freezers deverá comprovar exclusivamente a experiência prevista no subitem 9.34.1.

9.31.5. A licitante que apresentar proposta somente para os itens referentes aos grupos geradores deverá comprovar exclusivamente a experiência prevista no subitem 9.34.2.

9.31.6. A licitante que apresentar proposta para ambas as categorias deverá comprovar o atendimento das duas exigências, admitida a apresentação de atestados distintos.

9.31.7. Será permitido o somatório de atestados para o alcance dos quantitativos mínimos exigidos, ainda que emitidos por contratantes diferentes ou relativos a fornecimentos realizados em períodos distintos.

9.31.8. Não será exigido número mínimo ou máximo de atestados, contrato único, fornecimento simultâneo, execução em período determinado ou fornecimento realizado em localidade específica.

9.31.9. Os atestados deverão conter informações suficientes para identificar:

a) a pessoa jurídica emitente;

b) a empresa que realizou o fornecimento;

c) o objeto fornecido;

d) o quantitativo fornecido;

e) o período ou a data do fornecimento; e

f) a execução satisfatória das obrigações.

9.31.10. Serão aceitos atestados que apresentem nomenclatura diferente daquela utilizada neste Termo de Referência, desde que as informações constantes do documento permitam concluir pela equivalência tecnológica e operacional do fornecimento.

9.31.11. Quando o atestado não apresentar informações suficientes para a avaliação de sua compatibilidade, a Administração poderá promover diligência, solicitando contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento, termos de recebimento, catálogos, fichas técnicas ou outros documentos destinados exclusivamente a esclarecer ou confirmar as informações constantes da documentação originalmente apresentada.

9.31.12. A diligência não poderá ser utilizada para permitir a apresentação posterior de experiência inexistente na data da sessão pública, podendo apenas esclarecer ou confirmar informações relacionadas a fornecimentos já realizados.

9.31.13. Não será exigido registro dos atestados em conselho profissional, salvo quando houver obrigação expressamente prevista em legislação específica aplicável à atividade comprovada.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento de freezers horizontais de 500 a 550 litros, grupos geradores de energia com potência Prime (contínua) de 15 kVA, equipamentos de refrigeração comercial, equipamentos de geração de energia ou bens de características técnicas compatíveis com o objeto desta contratação.

9.32.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

9.32.1.2.1. Razão social e CNPJ da entidade emitente;

9.32.1.2.2. Descrição do objeto fornecido, com características suficientes para demonstrar sua compatibilidade com o objeto licitado;

9.32.1.2.3. Quantitativo fornecido;

9.32.1.2.4. Período de execução ou data de fornecimento;

9.32.1.2.5. Declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;

9.32.1.2.6. Identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

9.32.2. A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$* 2.147.908,58 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e oito reais e cinquenta e oito centavos)*, conforme custos unitários apostos na* ***tabela contida no item 1.1 acima.***

10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: 00001/160014;
II) Fonte de recursos: COLOG;
III) Programa de trabalho: A definir;
IV) Elemento de despesa: 44.90.52; e
V) Plano interno: E6SUSOLOUTR.

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Manaus-AM, data conforme assinatura digital.

_____

[redacted]- Cap

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 dias,* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital,* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *20 (vinte) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

4.1.18. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

4.1.19. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

4.1.20. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

4.1.21. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

4.1.22. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Chefe da Equipe de Planejamento da contratação

Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 14:44:59.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da contratação

Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 11:03:46.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da contratação

Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 14:31:33.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da contratação

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da contratação

Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 12:04:23.

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Estudo Técnico Preliminar 79/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64321.016456/2026-99

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar as condições logísticas para que a 12ª Região Militar (12ª RM) cumpra sua missão institucional de manter a prontidão de seus meios, com efetividade e critério, além de cooperar com as missões do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Exército Brasileiro (EB).

2.2. O interesse público exige a sustentação operacional das tropas na Amazônia Ocidental, a qual depende da regularidade do abastecimento, da segurança alimentar e da disponibilidade de infraestrutura logística adequada para as Organizações Militares (OM) e os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). As limitações atualmente verificadas na conservação dos suprimentos de Subsistência (Classe I) aumentam o risco de perdas de gêneros alimentícios e comprometem a capacidade de atendimento das necessidades operacionais. Soma-se a esse cenário a limitada oferta de energia elétrica em diversas localidades da região, especialmente nas áreas mais isoladas, tornando indispensável a utilização de grupos geradores de 15 kVA para garantir o funcionamento dos freezers horizontais destinados ao armazenamento de produtos perecíveis e congelados, assegurando a preservação dos estoques e a continuidade do apoio logístico prestado pela 12ª Região Militar.

2.3. A cadeia de suprimento de gêneros alimentícios das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira enfrenta desafios estruturais relacionados à armazenagem, conservação e distribuição dos produtos, os quais são potencializados pelas peculiaridades geográficas e climáticas da Amazônia Ocidental. Os períodos de estiagem severa reduzem a navegabilidade dos rios e dificultam o transporte regular de suprimentos para localidades remotas, exigindo maior capacidade de estocagem e autonomia logística. Nessas condições, a disponibilidade de geração própria de energia mostra-se essencial para manter em operação os equipamentos de refrigeração e assegurar condições adequadas de conservação dos alimentos.

2.4. A limitação da capacidade de armazenagem frigorificada, associada à ausência de infraestrutura energética confiável em determinadas localidades, reduz a possibilidade de formação de estoques reguladores e de segurança, aumentando a vulnerabilidade da cadeia logística de Subsistência (Classe I). A adoção de grupos geradores dedicados ao atendimento dessas demandas permite ampliar a autonomia operacional das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira, minimizando perdas de suprimentos e fortalecendo a capacidade de resposta às necessidades de abastecimento.

2.5. A conservação adequada dos gêneros alimentícios perecíveis e congelados constitui requisito indispensável para a manutenção da qualidade dos suprimentos destinados às tropas, devendo observar as condições de temperatura e as boas práticas sanitárias aplicáveis. Nesse sentido, a disponibilização de freezers horizontais compatíveis com as necessidades operacionais da 12ª Região Militar, associados a grupos geradores capazes de garantir seu funcionamento ininterrupto, contribuirá para a preservação da integridade dos alimentos armazenados, a redução de desperdícios e o fortalecimento da segurança alimentar das Organizações Militares apoiadas.

2.6. Conforme preconiza o Boletim Técnico nº 30.415-01 (2021, 2ª Edição) da Diretoria de Abastecimento, as Regiões Militares detêm jurisdição territorial plena sobre as atividades concernentes ao apoio logístico em suas respectivas áreas de responsabilidade.

2.7. No tocante à cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I), compete à 12ª Região Militar o controle, a fiscalização e a coordenação das Organizações Militares e dos Órgãos Provedores vinculados, atribuição operacionalizada por intermédio do Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL).

2.8. Ademais, o Regimento Interno do Comando da 12ª Região Militar (Aditamento nº 196, de 25 de outubro de 2018), em seu Capítulo VI, ratifica a competência do CCOL para o desenvolvimento de soluções logísticas estratégicas, destacando-se:

XVII – Proposição de medidas voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da eficiência e eficácia das atividades da Região Militar, com ênfase no vetor logístico;

XXI – Condução de estudos e planejamentos integrados para alinhar o suporte logístico e de mobilização da 12ª RM ao planejamento operacional do Comando Militar da Amazônia (CMA).

2.9. Sob esse prisma, a Subseção de Planejamento e Coordenação, vetor integrante do CCOL, detém a atribuição precípua de apoiar o planejamento e monitorar a execução dos Projetos Estratégicos Organizacionais (PEO).

2.10. Diante desse cenário, o Comando da 12ª Região Militar instituiu a Diretriz de Implantação do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, que prevê o fortalecimento da infraestrutura logística destinada à armazenagem, conservação e sustentação energética dos suprimentos de Subsistência (Classe I), com vistas à ampliação da capacidade de estocagem, à manutenção da cadeia de frio e à garantia do funcionamento contínuo dos sistemas de refrigeração por meio de fontes autônomas de geração de energia, contribuindo para a segurança alimentar das tropas e para a continuidade do apoio logístico às Organizações Militares apoiadas, especialmente aquelas localizadas em áreas remotas da Amazônia Ocidental.

2.11. Entre os objetivos estabelecidos pelo referido projeto destacam-se:

I – ampliar a capacidade de armazenagem de gêneros Classe I em toda a cadeia de suprimento da Amazônia Ocidental, abrangendo as Organizações Militares da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, 16ª Brigada de Infantaria de Selva, desde Manaus, como Hub Logístico Regional, até as Grandes Unidades e seus respectivos Pelotões Especiais de Fronteira;

II – incrementar a capacidade de conservação de gêneros alimentícios perecíveis e frigorificados, contribuindo para a manutenção da cadeia de frio e para a preservação da qualidade dos suprimentos distribuídos às Organizações Militares apoiadas;

III – fortalecer a infraestrutura logística destinada à armazenagem, conservação e sustentação energética dos suprimentos de Subsistência (Classe I), mediante a disponibilização de equipamentos de refrigeração e grupos geradores de energia, ampliando a capacidade de formação e manutenção de estoques reguladores e de segurança e assegurando a continuidade operacional da cadeia de suprimento, especialmente em localidades remotas da Amazônia Ocidental.

2.12. Alinhado às diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, restou definida a necessidade de fortalecimento da infraestrutura de conservação de gêneros alimentícios da 12ª Região Militar, por meio da aquisição de **freezers horizontais com capacidade entre 500 e 550 litros** e grupos geradores de energia na potência de **15 kVA**, destinados à ampliação da capacidade de armazenamento frigorificado e à garantia do fornecimento contínuo de energia elétrica aos equipamentos de refrigeração. A medida visa assegurar a manutenção da cadeia de frio, reduzir perdas de suprimentos, ampliar a capacidade de formação de estoques reguladores e de segurança e fortalecer a resiliência da cadeia logística de Subsistência (Classe I), especialmente nas Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira situados em áreas remotas da Amazônia Ocidental.

2.13. A solução composta por freezer horizontal e grupos geradores apresenta características de praticidade, flexibilidade de emprego, facilidade de instalação e adequação às condições operacionais da Amazônia Ocidental, permitindo a conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, inclusive em localidades sujeitas à instabilidade ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, sem a necessidade de intervenções permanentes de infraestrutura. A utilização de grupos geradores de **15 kVA** garante o funcionamento contínuo dos equipamentos de refrigeração nas localidades contempladas pela presente contratação, ampliando a segurança operacional da cadeia logística.

2.14. Nesse contexto, a aquisição do conjunto composto por **freezer horizontal com capacidade entre 500 e 550 litros** e grupos geradores de **15 kVA** constitui medida destinada ao incremento da capacidade de conservação de suprimentos de Subsistência (Classe I), à preservação da qualidade dos gêneros alimentícios perecíveis e congelados, à manutenção dos estoques de segurança e ao fortalecimento da capacidade logística da 12ª Região Militar, assegurando a continuidade da cadeia de frio e a disponibilidade operacional dos sistemas de armazenagem frigorificada.

2.15. Embora o Documento de Formalização da Demanda (DFD) contemple o Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental em sua concepção integral, abrangendo, de forma sistêmica, medidas relacionadas à armazenagem, transporte, conservação, manipulação e apoio à cadeia de frio, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) restringe seu escopo, deliberadamente, a uma fração específica das aquisições planejadas no âmbito do referido projeto.

2.16. Nesse sentido, a presente contratação refere-se exclusivamente à aquisição de **freezers horizontais com capacidade entre 500 e 550 litros** e grupos geradores de energia na potência de **15 kVA**, destinados ao funcionamento dos equipamentos de refrigeração e à garantia da conservação de gêneros alimentícios sob temperatura controlada, por se tratarem de soluções autônomas, padronizadas, de pronta disponibilidade no mercado e aptas a promover, de imediato, o fortalecimento da capacidade logística da 12ª Região Militar. Ressalta-se, portanto, que, embora fundamentada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) como instrumento orientador global, esta licitação não esgota o conjunto de soluções previstas, tampouco contempla a totalidade das necessidades identificadas no planejamento do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental.

2.17. As demais demandas correlatas, tais como a aquisição de equipamentos complementares e outras soluções destinadas ao aperfeiçoamento da cadeia logística de Subsistência, deverão ser objeto de estudos técnicos preliminares próprios e de processos licitatórios específicos, observada a adequada segmentação das contratações, em consonância com os princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência administrativa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe Centro de Coordenação de Operações Logísticas (Ch CCOL)	TC RODRIGO LEONARDO DE SENA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto da presente contratação enquadra-se como bem comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. A contratação destina-se ao atendimento das necessidades operacionais da 12ª Região Militar (12ª RM), no contexto do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, visando ao fortalecimento da cadeia logística de suprimento de Subsistência (Classe I), por meio da aquisição de **grupos geradores de energia a diesel de 15 kVA**, bem como de freezers horizontais, destinados à ampliação da capacidade de armazenamento e à adequada conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, assegurando a continuidade do abastecimento e a manutenção da cadeia do frio nas Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), mesmo em localidades desprovidas de infraestrutura elétrica confiável.

4.3. Os freezers horizontais e os grupos geradores deverão possuir características compatíveis com as peculiaridades operacionais da Amazônia Ocidental, especialmente quanto à robustez construtiva, durabilidade, confiabilidade operacional e capacidade de funcionamento em ambientes de elevada umidade, altas temperaturas e utilização contínua.

4.4. Os freezers horizontais deverão assegurar condições adequadas para a conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, contribuindo para a manutenção da cadeia de frio e para a preservação da qualidade dos suprimentos de Subsistência (Classe I).

4.5. Os grupos geradores de 15 kVA deverão ser dimensionados para operar como fonte primária de energia elétrica, garantindo o fornecimento contínuo e confiável de energia aos equipamentos frigoríficos e demais cargas compatíveis, assegurando a continuidade das atividades logísticas da Administração em localidades remotas ou com infraestrutura elétrica limitada.

4.6. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT, INMETRO e demais órgãos reguladores competentes, bem como às normas específicas relativas à segurança elétrica, eficiência energética e emissão de poluentes, quando cabível.

4.7. Os manuais de operação, manutenção e garantia deverão ser fornecidos em língua portuguesa, em meio físico ou digital, contendo orientações suficientes para instalação, operação segura e manutenção preventiva e corretiva.

4.8. Os freezers horizontais deverão possuir **capacidade nominal entre 500 e 550 litros** e características técnicas compatíveis com as necessidades operacionais da Administração, enquanto os grupos geradores deverão possuir potência nominal de 15 kVA, conforme especificações do Termo de Referência.

4.9. Os equipamentos deverão apresentar adequada integridade estrutural, eficiência operacional, confiabilidade e desempenho compatíveis com as condições de emprego previstas, garantindo a conservação dos gêneros alimentícios e o fornecimento contínuo de energia elétrica.

4.10. Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima de fábrica conforme estabelecido no Termo de Referência, abrangendo defeitos de fabricação, falhas operacionais, substituição de componentes e suporte técnico, sem ônus adicional para a Administração.

4.11. A contratada deverá assegurar assistência técnica e fornecimento de peças de reposição durante o período de garantia, em condições compatíveis com as necessidades da Administração.

4.12. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de treinamento operacional e orientações técnicas destinadas aos militares e servidores indicados pela Administração, contemplando procedimentos de operação, conservação e utilização segura dos equipamentos, quando previsto nas especificações técnicas da contratação.

4.13. Considerando a natureza do objeto, a contratação deverá ser realizada preferencialmente mediante pregão eletrônico, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que as características do bem podem ser objetivamente especificadas em edital.

4.14. O critério de julgamento deverá observar o menor preço, observadas as especificações técnicas estabelecidas pela Administração e os princípios da economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

4.15. A solução contratada deverá contribuir para a ampliação da capacidade de armazenagem frigorificada, manutenção da cadeia de frio, preservação da qualidade dos suprimentos de Subsistência (Classe I) e fortalecimento da capacidade logística das Organizações Militares apoiadas pela 12ª Região Militar.

CLÁUSULAS DE SUSTENTABILIDADE

4.16. A contratação deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e demais normas correlatas.

4.17. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados equipamentos e componentes que:

I – apresentem maior eficiência energética;

II – possuam menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida;

III – utilizem materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento;

IV – atendam às normas técnicas e certificações ambientais aplicáveis;

V – utilizem fluidos refrigerantes e componentes em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.18. Os fornecedores deverão observar boas práticas ambientais relacionadas ao acondicionamento, transporte, descarte de resíduos e destinação ambientalmente adequada de componentes eventualmente substituídos durante a execução contratual e período de garantia.

4.19. Os sistemas de refrigeração empregados deverão observar as normas ambientais aplicáveis quanto ao uso de fluidos refrigerantes e à eficiência energética dos equipamentos.

4.20. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados e protegidos contra avarias decorrentes de transporte e armazenamento, preservando-se sua integridade até o recebimento definitivo pela Administração.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Os equipamentos deverão apresentar adequada integridade estrutural, eficiência operacional, confiabilidade e desempenho compatíveis com as condições de emprego previstas, garantindo a conservação dos gêneros alimentícios e o fornecimento contínuo de energia elétrica.

5.2. O levantamento de mercado e a pesquisa de preços foram conduzidos em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizada como referência metodológica para identificação de fornecedores, obtenção de preços estimados e análise das soluções disponíveis no mercado.

5.3. Para fins de levantamento das soluções existentes e verificação da viabilidade da contratação, foram utilizados, conforme aplicável, os parâmetros previstos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, dentre eles:

I – consulta a contratações públicas similares constantes dos sistemas oficiais de governo;

III – pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

IV – pesquisa direta com fornecedores do ramo pertinente ao objeto.

5.4. O levantamento considerou soluções existentes no mercado nacional destinadas à armazenagem refrigerada e congelada de gêneros alimentícios e ao fornecimento contínuo de energia elétrica para suporte às atividades logísticas, com foco em aplicações de operação contínua em ambientes sujeitos a elevadas temperaturas e umidade, características predominantes da Amazônia Ocidental.

5.5. Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, Organizações Militares e demais instituições que demandam equipamentos de refrigeração e sistemas autônomos de geração de energia para a conservação de produtos perecíveis e congelados e para a manutenção das atividades operacionais.

5.6. O levantamento identificou ampla disponibilidade de freezers horizontais com capacidade entre 500 e 550 litros e grupos geradores de 15 kVA, aptos a operar em regime contínuo e compatíveis com as necessidades da Administração, especialmente em localidades com restrições de infraestrutura elétrica.

5.7. As soluções identificadas apresentam ampla oferta comercial, padronização de mercado e especificações técnicas objetivamente definíveis, enquadrando-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a realização da contratação por meio de pregão eletrônico.

5.8. Durante o levantamento, verificou-se que a aquisição de freezers horizontais associados a grupos geradores de 15 kVA apresenta maior vantajosidade para a Administração quando comparada à implantação de estruturas permanentes de armazenagem frigorificada ou à dependência exclusiva da rede pública de energia elétrica, considerando aspectos relacionados à mobilidade, rapidez de implantação,

flexibilidade operacional, autonomia energética, redução de custos de infraestrutura e possibilidade de emprego e realocação conforme as necessidades logísticas das Organizações Militares apoiadas pela 12ª Região Militar.

5.8.1 tabela resumo das alternativas:

Alternativa	**Vantagens**	**Desvantagens / riscos**	**Conclusão sugerida**
Aquisição de freezers horizontais de 500 L e grupos geradores de 15, 20 e 22 kVA.	Modularidade, mobilidade, rápida implantação, autonomia energética, facilidade de transporte, possibilidade de emprego descentralizado e realocação conforme as necessidades operacionais.|	Necessidade de abastecimento periódico dos geradores, manutenção preventiva dos equipamentos e área adequada para instalação.	Solução recomendada para a etapa atual, por atender às necessidades operacionais da 12ª RM, garantindo a cadeia de frio e o fornecimento contínuo de energia nas localidades apoiadas.
Câmara frigorífica fixa com alimentação pela rede elétrica.	Alta capacidade de armazenamento, estabilidade operacional e possibilidade de expansão.|	Exige obras civis, maior investimento inicial, prazo elevado de implantação, baixa mobilidade e dependência da infraestrutura elétrica local	Menos adequada às características logísticas e à necessidade de flexibilidade operacional da Amazônia Ocidental.
Freezers horizontais alimentados exclusivamente pela rede elétrica|	Baixo custo unitário, facilidade de aquisição e uso descentralizado.	Dependência do fornecimento de energia comercial, vulnerabilidade a interrupções no abastecimento e limitação de emprego em áreas remotas.	Solução parcial, insuficiente para garantir a continuidade da cadeia de frio nas operações logísticas.
Locação de equipamentos de refrigeração e geração de energia	Menor desembolso inicial e possibilidade de atendimento temporário.	Custo recorrente, dependência contratual, disponibilidade regional incerta e menor domínio patrimonial.	Não há cenário temporário que justifique vantajosidade.
Transporte refrigerado terceirizado	Reduz necessidade de ativos próprios e pode apoiar rotas específicas.	Dependência de fornecedor, risco de indisponibilidade regional e menor controle sobre a cadeia de frio.	Solução complementar para distribuição, não para formação de estoque de segurança.

5.9. Constatou-se que a ausência da solução pretendida mantém vulnerabilidades na cadeia logística da 12ª Região Militar, especialmente quanto:

I – à insuficiência da capacidade de conservação e armazenamento de gêneros alimentícios perecíveis e congelados destinados ao suprimento de Subsistência (Classe I);

II – ao risco de perdas e perecimento dos gêneros alimentícios em razão da indisponibilidade ou instabilidade do fornecimento de energia necessário à manutenção da cadeia de frio;

III – à limitação da capacidade de formação, manutenção e distribuição de estoques estratégicos de Subsistência (Classe I);

IV – ao aumento do risco de desabastecimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira, especialmente nas áreas de difícil acesso da Amazônia Ocidental;

V – aos impactos operacionais decorrentes da interrupção da cadeia de frio e da insuficiência de infraestrutura energética, comprometendo a continuidade do apoio logístico e a segurança alimentar das tropas apoiadas.

5.10. Considerando as peculiaridades operacionais da Amazônia Ocidental, concluiu-se que a aquisição de freezers horizontais com capacidade mínima de 500 litros e grupos geradores de 15 kVA constitui a solução mais adequada para ampliar a capacidade de conservação de gêneros alimentícios, assegurar a manutenção da cadeia de frio, garantir a disponibilidade de energia elétrica para os equipamentos de refrigeração e fortalecer a capacidade logística das Organizações Militares apoiadas pela 12ª Região Militar.

5.11. A solução identificada demonstrou plena viabilidade técnica e operacional para atendimento das necessidades da Administração, não sendo constatada necessidade de desenvolvimento de soluções específicas fora dos padrões usuais de mercado, tendo em vista a ampla disponibilidade comercial dos equipamentos pretendidos.

5.12. O levantamento de mercado demonstrou, por fim, a existência de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas pretendidas pela Administração, assegurando competitividade ao certame, viabilidade da contratação e observância aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de freezers horizontais com capacidade mínima de 500 litros e grupos geradores de 15 kVA, destinados ao fortalecimento da infraestrutura logística da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I) da 12ª Região Militar (12ª RM), no âmbito do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental.

6.2. A contratação tem por finalidade ampliar a capacidade de conservação e armazenamento de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, bem como assegurar o fornecimento contínuo de energia elétrica necessária ao funcionamento dos equipamentos frigoríficos e ao atendimento das Organizações Militares (OM) e dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) situados na área de responsabilidade da 12ª Região Militar.

6.3. A solução foi concebida considerando as características operacionais da Amazônia Ocidental, marcadas por grandes distâncias, restrições de infraestrutura, elevada umidade relativa do ar, altas temperaturas, dependência do transporte fluvial e limitações do sistema de fornecimento de energia elétrica em diversas localidades.

6.4. Os freezers horizontais e os grupos geradores deverão ser fornecidos completos, de primeiro uso, com fabricação recente, não recondicionados e não remanufaturados, vedado o fornecimento de equipamentos usados ou adaptados, observadas as especificações técnicas definidas no Termo de Referência. Os grupos geradores deverão ser aptos a garantir o fornecimento de energia elétrica necessário ao funcionamento dos equipamentos frigoríficos e demais cargas compatíveis, em condições adequadas às peculiaridades operacionais da Amazônia Ocidental.

6.5. A solução contempla o fornecimento dos equipamentos, manuais técnicos, garantia, assistência técnica durante o período de garantia e treinamento operacional destinado aos militares e servidores indicados pela Administração, de forma a assegurar sua adequada utilização, conservação e operação.

6.6. A adoção da solução permitirá:

I – ampliar a capacidade de armazenagem de gêneros alimentícios perecíveis e congelados;

II – assegurar a manutenção da cadeia de frio dos suprimentos de Subsistência (Classe I);

III – reduzir perdas decorrentes do perecimento e da deterioração dos produtos armazenados;

IV – proporcionar melhores condições para formação e manutenção de estoques reguladores e de segurança;

V – garantir maior disponibilidade de energia elétrica para o funcionamento dos equipamentos de refrigeração;

VI – contribuir para a continuidade do abastecimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira;

VII – aumentar a eficiência das atividades de apoio logístico conduzidas pela 12ª Região Militar;

VIII – fortalecer a capacidade de sustentação logística das tropas empregadas na Amazônia Ocidental.

6.7. A solução foi definida a partir do levantamento de mercado realizado, considerando critérios de viabilidade técnica, disponibilidade comercial, economicidade, padronização de mercado, competitividade e adequação às necessidades operacionais da Administração.

6.8. Verificou-se que a aquisição dos freezers horizontais e grupos geradores representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando a autonomia operacional, a flexibilidade de emprego, a rapidez de implantação, a mobilidade, a garantia da cadeia de frio e a redução da dependência de infraestrutura fixa e do fornecimento convencional de energia elétrica.

6.9. Os equipamentos deverão possuir características compatíveis com operação contínua em ambiente amazônico, observando requisitos mínimos de robustez estrutural, durabilidade, confiabilidade operacional, eficiência energética, facilidade de manutenção e resistência às condições climáticas predominantes na região.

6.10. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, às exigências sanitárias pertinentes ao armazenamento de alimentos, às normas de segurança operacional e às especificações técnicas estabelecidas para a contratação.

6.11. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

6.12. A solução encontra-se alinhada às diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, ao Boletim Técnico nº 30.415-01/2021 da Diretoria de Abastecimento e às competências atribuídas ao Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL) da 12ª Região Militar.

6.13. A implementação da solução contribuirá para o fortalecimento da infraestrutura logística da 12ª Região Militar, ampliando a capacidade de conservação dos suprimentos de Subsistência (Classe I), assegurando a continuidade da cadeia de frio, proporcionando maior disponibilidade de energia elétrica para os equipamentos de refrigeração e melhores condições para o apoio logístico às Organizações Militares localizadas em sua área de responsabilidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa quantitativa de 65 (sessenta e cinco) freezers horizontais e 33 (trinta e três) grupos geradores de 15 kVA decorre da necessidade de fortalecimento da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I) no âmbito da 12ª Região Militar, contemplando o Órgão Provedor, Organizações Militares, Comandos de Fronteira, Pelotões Especiais de Fronteira e demais elementos apoiados, em consonância com as diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental. O quantitativo foi dimensionado considerando a necessidade de ampliação da capacidade de conservação e armazenamento de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, a manutenção da cadeia de frio, a garantia do fornecimento contínuo de energia elétrica aos equipamentos frigoríficos, a formação de estoques reguladores e estratégicos, a descentralização do apoio logístico, as peculiaridades operacionais da Amazônia Ocidental, os riscos de interrupção do abastecimento decorrentes das condições climáticas e das limitações de infraestrutura regional, bem como a necessidade de assegurar a continuidade do apoio logístico às Organizações Militares apoiadas, conforme estimativa de distribuição a seguir discriminada.

Organização Militar (geradores)	**Quantidade**
2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl)	21
16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf Sl)	12
Organização Militar (freezers)	**Quantidade**
2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl)	59
16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf Sl)	6

Item	CAT /MAT	Descrição	Unid	Qnt Total	Valor Estimado	Valor Total (R$)
		Freezer Horizontal de 500 a 550 Litros: Aquisição de freezer horizontal NOVO, **com capacidade líquida entre 500 e 550 litros**, destinado ao armazenamento e à conservação de alimentos refrigerados e congelados. O equipamento deverá possuir orientação horizontal, 01 (uma) tampa superior, sendo permitida a utilização de cestos removíveis. Deverá ser fabricado com gabinete externo em aço tratado contra corrosão ou material equivalente, com acabamento em pintura eletrostática a pó ou tecnologia equivalente de resistência à corrosão, e revestimento interno em aço galvanizado, resistente à oxidação e apropriado para contato com alimentos. Deverá possuir isolamento térmico em poliuretano expandido de alta densidade, livre de CFC, tampa com vedação eficiente, gaxeta magnética removível ou sistema equivalente de vedação, dreno para limpeza e degelo, rodízios para facilitar a movimentação, além de fechadura com chave para controle de acesso. O sistema de refrigeração deverá ser estático, composto por compressor hermético de alta eficiência, utilizando fluido refrigerante ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação ambiental vigente, com controle de temperatura por termostato ajustável e operação contínua. O equipamento deverá operar em faixa de temperatura de 8 °C a, no mínimo,				

1	625843	-22 °C, permitindo o armazenamento adequado de alimentos refrigerados e congelados. Deverá possuir alimentação elétrica monofásica em 220 V, frequência de 60 Hz, com plugue de 10 A, possuir proteção contra oscilações elétricas e apresentar potência nominal e corrente elétrica nominal informadas pelo fabricante. O equipamento deverá possuir classe climática T (Tropical) ou ST (Subtropical Tropical), adequada para operação contínua em ambientes de elevada temperatura e umidade. Suas dimensões externas deverão ser aproximadamente 85,5 cm de altura, 148,5 cm de largura e 63 cm de profundidade, admitindo-se pequenas variações compatíveis entre fabricantes, desde que não comprometam a capacidade útil do equipamento. O peso aproximado deverá ser de 66 kg, admitindo-se variações compatíveis com o projeto construtivo do fabricante. O equipamento deverá ser destinado ao uso comercial, possuir cantos internos arredondados para facilitar a higienização e demais dispositivos necessários ao seu pleno funcionamento. O equipamento deverá atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis, possuir certificação de conformidade do INMETRO, quando exigível, e Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), quando aplicável. O equipamento deverá acompanhar manual de operação e manutenção em língua portuguesa, catálogo técnico do fabricante e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	Und	95	R$ 4.082,5550	R$ 387.842,725
		Aquisição de grupo gerador de energia à diesel (adequado para S-10 e S-500) cabinado **NOVO,** com número de cilindros conforme projeto do fabricante, adequado à potência nominal, à operação contínua e às condições ambientais da Amazônia, 4 (quatro) tempos, alternador síncrono com regulador automático de tensão (AVR – Automatic Voltage Regulator), sistema de partida elétrica, dimensionado para operação contínua sob carga (24 horas por dia), sendo ideal para aplicações que exigem energia contínua e confiável. Cada gerador deverá possuir controlador microprocessado, partida elétrica automática e interface para partida/parada remota, sendo compatível com QTA/ATS externo. Potência nominal Prime/contínua mínima de 15 kVA, equivalente a 12 kW com fator de potência 0,8, em regime de operação contínua, 24 horas por dia. Potência standby/emergência admitida superior à potência Prime, frequência mínima de 60 Hz, tensão de 220/380 V trifásica, com disponibilidade de alimentação em 220 V fase-neutro, Corrente nominal compatível com a potência do gerador e a tensão de saída especificada, devendo o equipamento possuir disjuntor de proteção dimensionado pelo fabricante, saída auxiliar de 12 volts / 8.3 amperes arrefecimento à ar ou água, sistema de injeção direta e mecânico, capacidade de óleo lubrificante mínima de 10 litros. O equipamento deverá acompanhar manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, catálogo técnico do fabricante. Dimensões e Peso: MÁXIMAS de 2 m de comprimento, 0,85 m de largura e 1,15 m de altura, com peso máximo de 750 kg, além de apresentar construção robusta, adequada para operação em ambientes com elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar e demais condições climáticas características da Amazônia. O gerador deverá possuir base estrutural reforçada, com pontos apropriados para içamento e movimentação por equipamentos de movimentação de cargas, de forma a facilitar o transporte, a instalação e o remanejamento logístico entre Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira, sem prejuízo à integridade do equipamento. Deverá possuir sistema de proteção contra sobrecarga, curto-circuito, baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura do motor, sobretensão, subtensão e demais dispositivos de proteção previstos pelo fabricante.				

2	384411	O gerador deverá ser montado sobre base metálica estrutural, provido de cabine com atenuação acústica, tanque de combustível incorporado, painel de comando e monitoramento, bateria, sistema de escapamento e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Tanque de combustível incorporado, com capacidade compatível com autonomia mínima de 8 horas a 100% da carga nominal Prime, admitindo-se autonomia superior. Alternativamente, será aceita autonomia mínima de 10 horas a 75% da carga nominal Prime, desde que comprovada por catálogo técnico, ficha técnica ou declaração formal do fabricante. CARENAGEM ACÚSTICA: Construída em chapa metálica, possuir aberturas para entrada e saída do ar necessário para a refrigeração do motor, Botão de Parada de Emergência de fácil acesso, localizado na parte exterior da carenagem, parte interna com revestimento com propriedade acústica (fonoabsorvente) que evitam o rebatimento das ondas sonoras e Carenagem Silenciada com Pressão acústica. Cada gerador deverá possuir controlador microprocessado, partida elétrica automática e interface para partida/parada remota, sendo compatível com QTA/ATS externo. Para cada conjunto de 3 geradores, deverá ser fornecido 1 QTA/ATS externo, trifásico, 220 /380 V, 60 Hz, corrente nominal mínima de 63 A, compatível com três fontes geradoras, com seleção automática/manual, revezamento programável entre dois geradores e entrada automática do terceiro como reserva operacional, com intertravamento elétrico e/ou mecânico que impeça paralelismo acidental entre fontes. O sistema deverá contemplar módulo ou quadro de sequenciamento de cargas, permitindo a partida escalonada dos freezers em conjuntos de no máximo 3 unidades, com intervalo mínimo programável de 30 segundos entre os conjuntos, de forma a evitar sobrecarga decorrente da partida simultânea dos compressores. O QTA/ATS deverá ser compatível com três fontes geradoras independentes, permitindo a seleção, revezamento e transferência de carga entre GE-01, GE-02 e GE-03, não se limitando à função convencional de transferência entre rede comercial e gerador. Deverá estar incluída entrega técnica, teste operacional, orientação básica de operação/manutenção aos operadores designados e fornecimento de diagramas elétricos do gerador, do QTA/ATS e do sistema de sequenciamento de cargas. Para viabilizar o transporte aéreo militar imediato, o equipamento deverá ser entregue com o tanque de combustível rigorosamente drenado/vazio, em estrita conformidade com as normas vigentes para o transporte de cargas perigosas. Garantia mínima de 01 (um) ano ou 1.000 (mil) horas de operação (o que ocorrer primeiro), contados da data de conclusão da entrega técnica. Prazo: 90 (noventa) dias para execução dos serviços. São cobertos pela garantia: Defeitos de fabricação, desde que o produto seja instalado, operado e mantido conforme Manual de Garantia. A garantia será válida mediante o cumprimento das manutenções especificadas pelo fabricante. Não serão cobertos pela garantia danos causados por mau uso do equipamento.	Und	42	R$ 41.906,33	R$ 1.760.065,86
					TOTAL ESTIMADO (R$):	R$ 2.147.908,58

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.147.908,58

Os valores estimados da contratação foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada em conformidade com o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante a utilização dos parâmetros de consulta a contratações públicas similares constantes dos sistemas oficiais de governo, pesquisa em sítios eletrônicos especializados e pesquisa direta junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto.

A metodologia adotada buscou identificar valores compatíveis com os praticados no mercado, observando as especificações técnicas dos grupos geradores de energia com potência Prime (contínua) de 15 kVA e dos freezers horizontais com capacidade entre 500 e 550 litros, bem como as condições de fornecimento e as particularidades logísticas inerentes à execução do objeto na área de responsabilidade da 12ª Região Militar.

As pesquisas realizadas encontram-se anexadas aos autos do processo e resultaram em valor total estimado de R$ 2.147.908,59 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e oito reais e cinquenta e nove centavos), servindo de referência para o planejamento da contratação e para a verificação da vantajosidade da solução proposta.

Registre-se que o valor constante do Documento de Formalização da Demanda (DFD) possui natureza preliminar, representando estimativa inicial da necessidade administrativa. Após o refinamento das especificações técnicas e a realização da pesquisa de preços no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP), chegou-se aos seguintes valores estimados: R$ 41.906,33 (quarenta e um mil, novecentos e seis reais e trinta e três centavos) por grupo gerador de energia com potência Prime (contínua) de 15 kVA, totalizando R$ 1.760.065,86 (um milhão, setecentos e sessenta mil, sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) para 42 (quarenta e duas) unidades, e R$ 4.082,5550 (quatro mil, oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos e cinco milésimos de real) por freezer horizontal com capacidade entre 500 e 550 litros, totalizando R$ 387.842,725 (trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos e meio) para 95 (noventa e cinco) unidades. Assim, o valor global estimado da contratação é de R$ 2.147.908,585 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e oito reais e cinquenta e oito centavos e meio), o qual deverá prevalecer como referência para a fase preparatória da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Solução será parcelada em itens, considerando que os objetos da contratação correspondem a equipamentos distintos, quais sejam, grupos geradores e freezers horizontais, os quais possuem características técnicas, aplicações e mercados fornecedores próprios.

O parcelamento por item possibilita a ampliação da competitividade do certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, sem comprometer a compatibilidade técnica, a funcionalidade ou a execução contratual.

Além disso, a divisão da contratação favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, amplia a concorrência e atende aos princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução em dois itens, grupos geradores e freezers horizontais mostra-se técnica e economicamente mais adequado, preservando a qualidade dos bens a serem adquiridos e promovendo maior vantajosidade para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada aos objetivos institucionais da 12ª Região Militar (12ª RM), do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Exército Brasileiro (EB), especialmente no que se refere ao fortalecimento da infraestrutura logística destinada ao apoio das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira localizados na Amazônia Ocidental, por meio da aquisição de grupos geradores de 15 kVA e de freezers horizontais de 500 litros. A solução visa assegurar a conservação adequada dos suprimentos de Subsistência (Classe I), garantindo a disponibilidade de energia elétrica para a manutenção da cadeia de frio, maior continuidade das atividades logísticas e maior eficiência no apoio às unidades situadas em regiões com restrições no fornecimento de energia elétrica.

11.2. A demanda não foi contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, tendo em vista que a necessidade foi identificada após o período de consolidação e aprovação do referido planejamento. A demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 145/2026, devidamente aprovado pela autoridade competente, evidenciando a necessidade da aquisição de grupos geradores de 15 kVA e de freezers horizontais de 500 litros para o fortalecimento da infraestrutura logística da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I). Assim, a contratação possui caráter superveniente e encontra-se devidamente justificada nos autos do processo administrativo, em conformidade com o art. 16 do Decreto nº 10.947/2022.

11.3. Os estudos realizados evidenciaram a necessidade de ampliar a capacidade de conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, bem como de garantir a disponibilidade de energia elétrica para os equipamentos de refrigeração das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira sob responsabilidade da 12ª Região Militar, por meio da aquisição de freezers horizontais de 500 litros e grupos geradores de 15 kVA, assegurando a continuidade da cadeia de frio e o adequado apoio logístico aos suprimentos de Subsistência (Classe I).

11.4. Considerando a relevância da demanda para a continuidade do abastecimento das Organizações Militares apoiadas e para a preservação das condições adequadas de conservação dos suprimentos, a ausência de previsão inicial no PCA não afasta a necessidade da contratação, devendo ser observados os procedimentos administrativos aplicáveis para atualização dos instrumentos de planejamento, quando cabível.

11.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação mantém alinhamento com o planejamento institucional da 12ª Região Militar e com as diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, contribuindo para o aperfeiçoamento da infraestrutura logística destinada ao armazenamento, conservação e preservação dos suprimentos de Subsistência (Classe I), mediante a aquisição de freezers horizontais de 500 litros e grupos geradores de 15 kVA.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação tem por finalidade ampliar a capacidade de armazenagem frigorificada da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I) da 12ª Região Militar, mediante a aquisição de freezers horizontais e grupos geradores de energia de 15 kVA, contribuindo para a adequada conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados destinados ao atendimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira localizados em sua área de responsabilidade, assegurando a continuidade do funcionamento dos equipamentos de refrigeração, inclusive em localidades com restrições ou interrupções no fornecimento de energia elétrica.

12.2. Os principais benefícios esperados com a contratação são:

I – ampliação da capacidade de armazenagem refrigerada e congelada de gêneros alimentícios;

II – melhoria das condições de conservação dos suprimentos de Subsistência (Classe I);

III – manutenção da cadeia de frio dos produtos perecíveis e congelados, inclusive em situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica;

IV – redução de perdas decorrentes de perecimento e deterioração de alimentos;

V – aumento da capacidade de formação e manutenção de estoques reguladores e de segurança;

VI – redução do risco de desabastecimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira;

VII – incremento da eficiência das atividades de armazenagem e gestão de estoques;

VIII – melhoria da disponibilidade logística de gêneros alimentícios destinados ao apoio das tropas;

IX – ampliação da capacidade de resposta logística durante períodos de restrição de navegabilidade, dificuldades de abastecimento e eventuais interrupções no fornecimento de energia elétrica;

X – fortalecimento da infraestrutura logística destinada à cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I), por meio da ampliação da capacidade de armazenamento e da garantia do fornecimento de energia elétrica aos equipamentos frigoríficos.

12.3. A utilização de freezers horizontais associados a grupos geradores de energia de 15 kVA permitirá ampliar a capacidade de conservação de gêneros alimentícios sob temperatura controlada, proporcionando melhores condições para o armazenamento de produtos perecíveis e congelados, bem como assegurando a continuidade da refrigeração em localidades remotas e em situações de contingência.

12.4. Sob o aspecto da economicidade, a solução contribuirá para a redução de perdas de suprimentos, melhor aproveitamento dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, maior eficiência na gestão dos estoques e mitigação dos prejuízos decorrentes de falhas no fornecimento de energia elétrica.

12.5. Os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à ampliação da capacidade de armazenagem frigorificada, à garantia da continuidade da cadeia de frio e ao aperfeiçoamento da infraestrutura logística utilizada no apoio às Organizações Militares sob responsabilidade da 12ª Região Militar.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para assegurar a adequada implementação da solução proposta e a obtenção dos resultados pretendidos, a Administração deverá adotar as medidas necessárias ao recebimento, instalação, operação, acompanhamento e fiscalização dos freezers horizontais e grupos geradores de energia de 15 kVA objeto da contratação.

13.2. Deverão ser designados formalmente os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os normativos internos aplicáveis ao Exército Brasileiro.

13.3. Deverão ser adotadas as providências necessárias ao recebimento provisório e definitivo dos equipamentos, mediante verificação da conformidade quantitativa, qualitativa, funcional e documental dos bens fornecidos.

13.4. A Administração deverá indicar os militares e servidores que participarão do treinamento operacional e das orientações técnicas a serem ministradas pela contratada, de forma a assegurar a adequada utilização, conservação e operação dos freezers e dos grupos geradores.

13.5. Após o recebimento definitivo, deverão ser realizados os procedimentos administrativos necessários à incorporação patrimonial dos bens e à sua inclusão nos sistemas de controle logístico e patrimonial do Exército Brasileiro.

13.6. Durante o período de garantia, a Administração deverá acompanhar o desempenho operacional dos equipamentos, registrando eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias para acionamento da assistência técnica disponibilizada pela contratada.

13.7. A Administração deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a adequada utilização dos equipamentos, observando as orientações dos fabricantes quanto à operação, conservação, manutenção preventiva e corretiva, bem como às condições adequadas de armazenamento dos gêneros alimentícios e de funcionamento dos grupos geradores.

13.8. As referidas providências serão executadas pelas Organizações Militares contempladas com os equipamentos, mediante os procedimentos administrativos e contratações específicas que se fizerem necessárias, sem prejuízo da autonomia da presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação possui potencial de gerar impactos ambientais associados à fabricação, transporte, instalação, operação, manutenção e destinação final dos **freezers horizontais e dos grupos geradores de energia de 15 kVA**, especialmente em razão do consumo de energia, da utilização de combustíveis e lubrificantes, dos sistemas de refrigeração e do emprego de componentes eletromecânicos.

14.2. Durante a fase de operação, os principais impactos ambientais relacionam-se ao consumo de energia elétrica pelos freezers, ao consumo de óleo diesel pelos grupos geradores, à emissão de gases provenientes da combustão, à geração de ruídos e à utilização de fluidos refrigerantes empregados nos sistemas de refrigeração.

14.3. As atividades de manutenção preventiva e corretiva poderão gerar resíduos decorrentes da substituição de componentes elétricos, eletrônicos, baterias, filtros de combustível, filtros de óleo, lubrificantes, fluidos refrigerantes, materiais de vedação, peças mecânicas e demais componentes dos equipamentos, os quais deverão receber destinação ambientalmente adequada.

14.4. Ao término da vida útil dos equipamentos, os componentes metálicos, plásticos, elétricos, eletrônicos, mecânicos e frigoríficos deverão ser destinados em conformidade com a legislação ambiental vigente, observando-se os princípios da logística reversa, do reaproveitamento, da reciclagem e do descarte ambientalmente adequado, quando aplicáveis.

14.5. Como medidas mitigadoras, deverão ser observados, sempre que tecnicamente viável:

I – aquisição de equipamentos com elevada eficiência energética e operacional;

II – utilização de grupos geradores com níveis de emissão compatíveis com a legislação ambiental vigente;

III – emprego de fluidos refrigerantes e lubrificantes em conformidade com a legislação ambiental vigente;

IV – realização de manutenção preventiva periódica, visando à redução do consumo de combustível, das emissões atmosféricas e da geração de resíduos;

V – observância das diretrizes e práticas de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;

VI – adequada gestão e destinação dos resíduos eventualmente gerados durante a operação e manutenção dos equipamentos.

14.6. Durante a execução contratual, a contratada deverá observar as disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, da Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, e demais normas ambientais aplicáveis, especialmente no que se refere aos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento, transporte, reciclagem e destinação de substâncias controladas utilizadas nos sistemas de refrigeração, bem como dos resíduos decorrentes da manutenção dos grupos geradores.

14.7. Os fornecedores deverão adotar boas práticas ambientais relacionadas ao transporte, instalação, manutenção e eventual substituição de componentes dos equipamentos, bem como orientar a Administração quanto aos procedimentos adequados para operação, conservação e destinação final dos materiais utilizados.

14.8. Considerando as características do objeto, os impactos ambientais identificados são passíveis de mitigação mediante a adoção das medidas descritas neste Estudo Técnico Preliminar, não constituindo impedimento à implementação da solução proposta.

14.9. A solução proposta mostra-se compatível com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o atendimento das necessidades da Administração Pública, especialmente no âmbito das atividades logísticas da 12ª Região Militar, com observância das boas práticas de gestão ambiental e do uso racional dos recursos naturais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Os estudos técnicos realizados demonstraram que a aquisição de freezers horizontais com capacidade mínima de 500 litros e grupos geradores de energia de 15 kVA constitui a solução mais adequada para atender às necessidades da 12ª Região Militar, considerando as peculiaridades operacionais da Amazônia Ocidental, especialmente quanto à necessidade de ampliação da capacidade de conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados e de garantia da disponibilidade de energia elétrica para o funcionamento dos equipamentos de refrigeração.

O levantamento de mercado evidenciou a existência de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas, permitindo a realização de procedimento licitatório competitivo e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. A pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, resultando em estimativa de preços compatível com os valores praticados no mercado.

Além disso, a solução proposta encontra-se alinhada às diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, contribuindo para o fortalecimento da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I), para a redução de perdas decorrentes da interrupção da cadeia de frio e para o incremento da capacidade logística das Organizações Militares apoiadas pela 12ª Região Militar.

Dessa forma, a Equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação, por entender que a solução proposta atende ao interesse público, apresenta viabilidade técnica, operacional, econômica e ambiental e mostra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 16:00:03.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 15:42:25.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 16:04:44.

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 16:01:26.

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Contrato 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	[redacted]	13/08/2026 14:33 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64321.016456/2026-99

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo n° 64321.016456/2026-99)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx*/*xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA 12ª REGIÃO MILITAR

A *União* por intermédio do(a) Comando da 12ª Região Militar, com sede no(a) Av. [redacted]- Ponta Negra, CEP [redacted], na cidade de *Manaus*/*AM*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [redacted], neste ato representado(a) pelo(a) Maj [redacted], nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *DOU* de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado (a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº 64321.016456/2026-99 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº *64/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de Freezers e Geradores 15kVA,destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12ª Região Militar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A3]
1	Freezer Tipo: Horizontal, Capacidade: 500L, Quantidade Tampas: 1 UN, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 220	625843	UND	65	R$ 3.644,1850	R$ 236.872,025

2	Grupo Motor-Gerador Diesel 15 kVA	384411	UND	33	R$ 41.906,33	R$ 1.382.908,89

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **data de assinatura do Termo de Contrato**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.[A1]

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 2.147.908,58 (Dois milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e oito reais e cinquenta e oito centavos)[A1] .

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 dias**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. fabricar ou fornecer os equipamentos conforme especificações;

9.16. Transportar, carregar e posicionar;

9.17. realizar testes;

9.18. fornecer manuais e certificados;

9.19. ministrar treinamento;

9.20. executar assistência técnica;

9.21. disponibilizar peças durante a garantia;

9.22. reparar ou substituir os equipamentos dentro dos prazos do Termo de Referência;

9.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.28. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

9.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.30. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

> 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

> 13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 00001/160014;

II) Fonte de recursos: COLOG;

III) Programa de trabalho: a definir;

IV) Elemento de despesa: 44.90.52; e

V) Plano interno: E6SUSOLOUTR; e

VI) Nota de empenho: a definir;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Manaus, dia de mês de 2026.

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 14:33:35.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

PROCESSO: NUP: 64321.016456/2026-99
PREGÃO ELETRÔNICO – Aquisição de grupos geradores 15kVA e freezers no âmbito do Comando da 12ª Região Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ASSUNTO: saneamento dos autos, conforme assessoramento do Órgão Consultivo através do **PARECER Nº 00507/2026/CJAQ-EST/SCGP/CGU/AGU**

TERMO DE ESCLARECIMENTO/DESPACHO SANEADOR

Em atenção aos apontamentos exarados no referido Parecer, esta Administração atende as recomendações com os esclarecimentos abaixo especificados:

b) Pregoeiro e Equipe de Apoio
41. No caso concreto, não se constatou a juntada de ato designando o(s) agente(s) da administração que poderão funcionar como pregoeiro na presente demanda, o que deve ser saneado.

R. Foi incluído à fls. 193 a 194, documento com a indicação do pregoeiro e a equipe de apoio.

2.10. Termo de Referência (TR) (ANEXO IV)
53. No caso concreto, verifica-se que foi utilizado o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, contendo os elementos indispensáveis na forma padronizada. Para além disso, observa-se que o Assessorado atentou-se às orientações jurídicas trazidas pelo **Anexo IV deste parecer**. Ressalta-se que o órgão assessorado deve manter a numeração original das cláusulas principais, limitando-se a riscar as disposições inaplicáveis e, caso opte por eventuais inserções de novas disposições, prefira realizá-las mediante subcláusulas, sem alteração da numeração principal. **Quanto ao Termo de Referência, fazemos a seguinte recomendação: no item 1.5 (p. 131), deverá ser inserido o prazo de vigência de 12 (doze) meses), em conformidade com o item 2.1 da minuta do contrato (p. 172).**
R. Informo que foi revisado conforme solicitado, fl. 213.

2.16. Dotação orçamentária
83. Dotação orçamentária A existência de previsão orçamentária para o exercício financeiro em que se realizará uma determinada despesa é condição prévia a ser observada antes da assunção de quaisquer obrigações financeiras, consoante se vê do inciso II, do art. 167, da Constituição Federal, art. 150 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 73 do Decreto-Lei nº 200/1967, devendo, portanto, ser declarada nos autos. No caso, consta dos autos a declaração de disponibilidade orçamentária pertinente, com indicação das respectivas rubricas e fonte, nos termos da legislação (p. 110), **restando somente definir o programa de trabalho.**
R. O Programa de Trabalho permanece **"a definir"**, tendo em vista que, até o presente momento, foi disponibilizada apenas a **Previsão de Recurso Orçamentário (PRO) nº 174/2026**, documento que não contém a referida informação. A indicação será devidamente atualizada nos autos após a disponibilização da respectiva **Nota de Crédito**, com a correspondente identificação do Programa de Trabalho.

Manaus-AM, 17 de agosto de 2026.

RAFAEL CÂNDIDO DE OLIVEIRA LEITE – Maj
Autoridade Competente

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 4/2026 - UASG 160017

Número do Contrato: 15/2024.
Nº Processo: 64333000744202340.
Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 24.342.072/0001-85 - MLOBATO ENGENHARIA LTDA. Objeto: Registrar a aplicação dos índices homologados pela diretoria de obras militares (dom), baseados na variação do índice nacional da construção civil (INCC-DI), tendo como data-base o orçamento estimado de abril de 2023. é estabelecido o percentual de 7,5426% para o 2º reajuste (período de abr/24 a abr/25) e de 6,3480% para o 3º reajuste (período de abr/25 a abr/26). Desmembramento dos valores homologados: fica formalizada a retificação do cálculo do 2º reajustamento aplicado sobre o saldo contratual remanescente de R$ 5.911.504,99. O valor bruto correto homologado para o período (abr/24 a abr/25) é de R$ 445.881,18, o qual substitui integralmente e torna sem efeito o montante anteriormente calculado de R$ 446.666,53 e em decorrência do transcurso do interregno legal de 12 meses e com fulcro no cronograma físico-financeiro repactuado pela administração, concede-se o 3º reajuste contratual incidente sobre o saldo remanescente de R$ 4.111.807,67. Aplicando-se o percentual de variação de 6,3480% (índice INCC-DI), apura-se o valor bruto de reajuste de R$ 261.017,55. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 7.243.523,86. Data de Assinatura: 30/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 30/07/2026).

12ª REGIÃO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 64/2026 / Número do processo: 64321.016456/2026-99 / Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais, destinados ao incremento emergencial da capacidade de armazenagem, transporte e manipulação de gêneros alimentícios, no âmbito da 12ª RM (AM, RR, RO e AC)
Data de início de recebimento de propostas: 14/08/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 26/08/2026, 10:00
Endereço eletrônico do Edital: [redacted]

ADRIENNE EVELYN BRASIL MOTA
Agente da Contratação

COMANDO MILITAR DO LESTE

BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA

BASE ADMINISTRATIVA DA BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Modalidade: Pregão 37/2026
Número do processo: 65468.001448/2026-46 / Objeto: Contratação eventual de serviços de manutenção de bens imóveis, baseados na Tabela SINAPI/RJ, para atender às necessidades das Organizações Militares da Brigada de Infantaria Pára-quedista.
Motivo da alteração: Retificação do edital.
Nova data de início de recebimento de propostas: de 28/07/2026 para 14/08/2026, horário de 10:00, para 10:00.
Data de Abertura: 28/08/2026, 09:00
Endereço eletrônico do Edital: [redacted]

[redacted]
Agente de contratação

1ª REGIÃO MILITAR

HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2026 - UASG 160322

Número do Contrato: 15/2025.
Nº Processo: 64574.002701/2024-47.
Pregão. Nº 90032/2024. Contratante: HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO. Contratado: 30.150.065/0001-84 - SMART KON ELEVADORES LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por
mais 03 (três) meses, a contar de 03/09/2026 até 02/12/2026.. Vigência: 03/09/2026 a 02/12/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 135.000,00. Data de Assinatura: 22/05/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 22/05/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2026 - UASG 160322

Número do Contrato: 45/2023.
Nº Processo: 000012/2022.
Pregão. Nº 11/2022. Contratante: HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO. Contratado: 54.884.440/0001-88 - VALMIG COMERCIO E ASSESSORIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por
mais 01 (um) ano, a partir de 02/11/2026 até 01/11/2027.. Vigência: 02/11/2026 a 01/11/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 111.021,96. Data de Assinatura: 24/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 24/07/2026).

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Modalidade: Pregão 34/2026
Número do processo: 64574.015135/2026-03 / Objeto: AQUISIÇÃO DE REAGENTES DE BACTERIOLOGIA PARA O LAC HCE
Motivo da alteração: Ajuste do grupo 1
Nova data de início de recebimento de propostas: de 12/08/2026 para 14/08/2026, horário de 08:00, para 10:02.
Data de Abertura: 26/08/2026, 10:02
Endereço eletrônico do Edital: [redacted]

[redacted]
p/ Equipe de apoio

HOSPITAL MILITAR DE RESENDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 33/2026 / Número do processo: 65362.005964/2026-28 / Objeto: Material de consumo odontológico para os pacientes do Hospital Militar de Resende.
Data de início de recebimento de propostas: 14/08/2026, 09:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 26/08/2026, 09:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16023905000332026

[redacted]
Pregoeiro

ODONTOCLÍNICA CENTRAL DO EXÉRCITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160241

Número do Contrato: 7/2023.
Nº Processo: 00000.000000/0000-00.
Pregão. Nº 6/2023. Contratante: ODONTOCLINICA CENTRAL DO EXERCITO. Contratado: 09.215.207/0001-58 - MERU VIAGENS LTDA. Objeto: Prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e/ ou remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais com a finalidade de transporte individual prestado aos militares, servidores civis e seus dependentes da área da 1ª região militar. Vigência: 14/08/2026 a 14/08/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 15.000,06. Data de Assinatura: 11/08/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 11/08/2026).

4ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026 - UASG 160118

Nº Processo: 64316.001786/2026-59. Pregão Nº 90008/2026. Contratante: COMANDO DA 4ª REGIÃO MILITAR. Contratado: 34.762.944/0001-18 - C NOVAKOWSKI MESAS E CADEIRAS EIRELI. Objeto: Aquisição de mesas e cadeiras para os Setores de Aprovisionamento do Cmdo 4ª RM, CPOR/CM-BH, 4º GAC L Mth, HGeJF, 4º Esqd C Mec e 4ª Cia Com L Mth. Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 11/08/2026 a 11/08/2027. Valor Total: R$ 107.280,00. Data de Assinatura: 11/08/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência 266/2026 / Número do processo: 64316.015396/2026-66 / Objeto: Obra de Engenharia - Reforma do Próprio Nacional Residencial (PNR), de Of Sup do Cmdo 4ª RM, Ed. Gen Antônio Bandeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Data de início de recebimento de propostas: 14/08/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 31/08/2026, 08:00
Endereço eletrônico do Edital: [redacted]

[redacted]
Membro da comissão de contratação

1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160297

Número do Contrato: 11/2025.
Nº Processo: 64277.003841/2025-78.
Inexigibilidade. Nº 123/2025. Contratante: COMANDO DA 1ª DIVISAO DE EXERCITO. Contratado: 01.581.336/0001-58 - CIRCULO MILITAR DE POLO GENERAL RAMIRO MONTEIRO DE CASTRO. Objeto: Prorrogar prazo de vigência e reajustar o valor mensal do contrato. Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 11.960,88. Data de Assinatura: 12/08/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 12/08/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2026 - UASG 160297

Número do Contrato: 3/2023.
Nº Processo: 64277.003495/2023-66.
Pregão. Nº 1/2023. Contratante: COMANDO DA 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO. Contratado: 00.000.000/0001-91 - BANCO DO BRASIL SA. Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato. Vigência: 11/07/2026 a 11/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 169.375,08. Data de Assinatura: 11/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 11/07/2026).

GRUPAMENTO DE UNIDADES ESCOLAS E 9ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA

BATALHÃO ESCOLA DE COMUNICAÇÕES

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 8/2023 - UASG 160251

Nº Processo: 64051010504201518. Contratante: BATALHAO ESCOLA DE COMUNICACOES. Contratado: 33.352.394/0001-04 - COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE. Objeto: O encerramento decorre exclusivamente da necessidade de readequação administrativa e transição regulamentar para o novo marco legal da lei nº 14.133/2021 e concomitante à substituição da empresa prestadora do serviço exclusivo.. Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Data de Rescisão: 11/05/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 11/08/2026).

1º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO - ESCOLA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - UASG 160254

Nº Processo: 64086.001685/2026. Objeto: Contratação de serviços de manutenção de viaturas e aquisição de peças. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 14/08/2026 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Av.duque de Caxias N. 1672 - Vila Militar, - Rio de Janeiro/RJ ou [redacted]6. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2026 às 08h00 no site [redacted]. Abertura das Propostas: 03/09/2026 às 08h00 no site [redacted]s: .

[redacted]
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 13/08/2026) 160254-00001-2026NE000001

Gmail [redacted]

CMDO 12ª RM - AM - MANAUS_Planilha 0009/2026_anúncio não publicado

1 mensagem

Coordenação de Atendimento e Produção [redacted] 18 de agosto de 2026 às 11:22
Para: [redacted]

Prezados,

Fomos comunicados somente hoje que, devido a instabilidade no sistema operacional do veículo, o anúncio correspondente à planilha 0009/2026, programado para ser veiculado no Site Amazonas em Tempo em 15/08/2026 não foi publicado.

Solicito informar se há interesse em reprogramar a publicação, indicando a nova data.

Cordialmente,
Gabriella Rocco.
Coordenação de Publicidade Legal
Gerência de Negócios e Publicidade Legal
Gerência Executiva de Marketing e Negócios
Presidência
EBC - Empresa Brasil de Comunicação
[redacted]



Coordenação de Atendimento e Produção
Caixa Setorial
Gerencia de Negócios e Publicidade Legal
Presidencia
[redacted]



Esta mensagem e todos os seus anexos são confidenciais e destinam-se exclusivamente aos seus destinatários originais. Qualquer ponto de vista ou opinião contida nesta mensagem expressa o pensamento pessoal de seu autor e não representa necessariamente a posição da EBC.

Classitempo

emtempo

www.emtempo.com.br

LIGUE E ANUNCIE: **(092) 98859-0110 - Whatsapp**

Comerciallemtempo@gmail.com
Classificadosemtempo@gmail.com

Prefeitura de Manaus

AVISO DE REVOGAÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da **SUBCOMISSÃO DE EDUCAÇÃO** torna público, para conhecimento dos interessados, a **REVOGAÇÃO,** conforme Oficio n. 3218/2026-SEMAD, da seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO N. 050/2025 - CML/PM
(Processo n. 2024.16330.16390.0.001419 – UGCM/SEMAD)

OBJETO: Eventual contratação de Serviço Especializado em Preparo e Distribuição de Refeições, Tipo Almoço, para atender as escolas de tempo integral da Rede Municipal de Educação – SEMED e aos demais órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços.

A partir desta publicação fica concedido o prazo de contraditório, na forma da Lei.

Maiores informações na **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO,** telefone 0xx-92-98802-3847, das 09 às 18h, e-mail: cml.se@manaus.am.gov.br.

Manaus, 19 de agosto de 2026

[redacted]
Presidente da Subcomissão de Educação
da Comissão Municipal de Licitação – CML.

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Comando da 12ª Região Militar torna público aos interessados a publicação do edital de pregão eletrônico nº 64/2026, para aquisição de grupo geradores de 15 kVA e freezeres frigorificados destinados à ampliação da capacidade, armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12ª Região Militar.

A sessão terá sua abertura às 10:00 horas (Brasília) do dia 26 de agosto de 2026.

O edital com as informações necessárias poderá ser obtido da seguinte forma: acessando o site www.gov.br/compras/pt-br, pelo e-mail pregao@12rm.eb.mil.br, ou na sede do COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR, sito a Av. Coronel Teixeira, nº 6123, bairro Ponta Negra – Manaus/AM.

[redacted] – Major
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar



emtempo

COMERCIALLEM TEMPO@GMAIL.COM

CLASSIFICADOSEM TEMPO@GMAIL.COM

(92) 98859-0110 COMERCIAL

PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
OBJETO: Aquisição de Freezer e Geradores destinados à ampliação da capacidade, armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12º Região Militar
DATA: 26/08/2026 - HORA: 10:00 horas. (Horário de Brasília)

DADOS DA LICITANTE	
Nome fantasia: AMZ	
Razão Social: AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA	
CNPJ: [redacted]	Optante pelo simples?
Endereço [redacted]	
Bairro: FLORES	Cidade: MANAUS
CEP: [redacted]	Fax: (92) 99229-7543
Tel.: [redacted]	E-mail: [redacted]
Banco: Itaú	Conta bancária: AG: 8271 /C: 514260
DADOS DO RESPONSÁVEL	
Nome: [redacted]	
RG: [redacted] SESEP AM	
CPF: [redacted]	
NACIONALIDADE: brasileiro	
ESTADO CIVIL: Casado	
EMAIL: [redacted]	
TELEFONE: [redacted]	
ENDEREÇO COMPLETO: [redacted]	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PREÇO UNITARIO	MARCA/MODELO	VALOR TOTAL
02	**GRUPO GERADOR DE ENERGIA A DIESEL — 15 kVA** Grupo gerador de energia à diesel (adequado para S-10 e S-500) cabinado, NOVO, com número de cilindros conforme projeto do fabricante, adequado à potência nominal, à operação contínua e às condições ambientais da Amazônia, 4 (quatro) tempos, alternador síncrono com regulador automático de tensão (AVR – Automatic Voltage Regulator), sistema	unidade	42	R$ 37.500,00	DIY-POWER/DIY-DP22	R$ 1.575.000,00

[redacted]

	de partida elétrica, dimensionado para operação contínua sob carga (24 horas por dia). Controlador microprocessado, partida elétrica automática e interface para partida/parada remota, compatível com QTA/ATS externo. Potência nominal Prime/contínua mínima de 15 kVA, equivalente a 12 kW com fator de potência 0,8, em regime de operação contínua, 24 horas por dia. Potência standby/emergência admitida superior à potência Prime. Frequência mínima de 60 Hz, tensão de 220/380 V trifásica, com disponibilidade de alimentação em 220 V fase-neutro. Corrente nominal compatível com a potência do gerador e a tensão de saída especificada. Disjuntor de proteção dimensionado pelo fabricante. Saída auxiliar de 12 volts / 8.3 amperes. Arrefecimento à ar ou água. Sistema de injeção direta e mecânico. Capacidade de óleo lubrificante mínima de 10 litros. Dimensões e peso máximos: 2 m de comprimento, 0,85 m de largura e 1,15 m de altura, com peso máximo de 750 kg. Construção robusta, adequada para operação em ambientes com elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar e demais condições climáticas características da Amazônia. Base estrutural reforçada, com pontos apropriados para içamento e movimentação por equipamentos de movimentação de cargas. Sistema de proteção contra sobrecarga, curto-circuito, baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura do motor, sobretensão, subtensão e demais dispositivos de proteção previstos pelo fabricante. Montado sobre base metálica estrutural, provido de cabine com atenuação acústica, tanque de combustível incorporado, painel de comando e monitoramento, bateria, sistema de escapamento e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Tanque de combustível incorporado, com capacidade compatível com autonomia mínima de 8 horas a 100% da carga nominal Prime (admitindo-se autonomia superior), ou alternativamente					

[redacted]

	autonomia mínima de 10 horas a 75% da carga nominal Prime. Carenagem acústica construída em chapa metálica, com aberturas para entrada e saída do ar de refrigeração do motor, Botão de Parada de Emergência de fácil acesso na parte exterior, revestimento interno com propriedade acústica (fonoabsorvente) e carenagem silenciada com pressão acústica. Garantia mínima de 01 (um) ano ou 1.000 (mil) horas de operação, o que ocorrer primeiro					
Valor unitario	Trinta e sete mil e quinhentos reais					
Valor total	**Um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais**					

A empresa AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA declara, expressamente, por escrito:
a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato.
d) A Validade da Proposta de Preços: 90 (noventa)
e) o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas eutensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Manaus-Amazonas, 26 de agosto de 2026

[redacted]

Representante Legal

Cpf: [redacted] SESEP AM

[redacted]

CATÁLOGO TÉCNICO

GRUPO GERADOR DIESEL CABINADO

IDENTIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Marca | Fabricante	DIY POWER
Modelo	DIY-DP22
Condição	Novo, zero hora de operação
Aplicação	Operação Prime / contínua
Potência Prime / Contínua	20 kVA / 16 kW
Potência Standby	22 kVA / 18 kW
Fator de potência	0,8
Frequência	60 Hz
Tensão	380/220 V – trifásico
Combustível	Diesel S-10 e S-500

1. DESCRIÇÃO GERAL

Grupo gerador de energia elétrica a diesel, novo, cabinado e silenciado, configurado para aplicações que exijam fornecimento contínuo e confiável de energia. O conjunto possui potência nominal Prime de 20 kVA / 16 kW, fator de potência 0,8 e é dimensionado para operação prolongada, inclusive em regime de até 24 horas por dia.

O equipamento é configurado para condições ambientais características da Região Amazônica, incluindo elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar, transporte recorrente e utilização em localidades remotas. É fornecido montado sobre base metálica estrutural reforçada e completo para pleno funcionamento.

2. DADOS TÉCNICOS PRINCIPAIS

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA
Potência nominal Prime / Contínua	20 kVA
Potência ativa Prime	16 kW
Potência Standby	22 kVA
Potência ativa Standby	18 kW
Fator de potência	0,8
Frequência	60 Hz
Rotação nominal	1.800 rpm
Sistema elétrico	Trifásico + neutro
Tensão fase-fase	380 V
Tensão fase-neutro	220 V
Corrente nominal em 380 V	33 A
Regulador automático de tensão	AVR
Sistema de partida	Elétrica – 12 Vcc

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA
Partida automática	Sim
Partida/parada remota	Sim
Compatibilidade com QTA/ATS externo	Sim
Disjuntor principal	Tripolar, 63 A
Saída auxiliar	12 Vcc / 8,3 A
Regime operacional	Prime / operação contínua
Capacidade operacional	Até 24 h/dia

3. MOTOR DIESEL

Motor diesel industrial dimensionado para acionamento do alternador e atendimento da potência elétrica nominal do conjunto em regime Prime/contínuo.

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Ciclo	4 tempos
Número de cilindros	4 cilindros em linha
Sistema de injeção	Direta e mecânica
Aspiração	Natural
Arrefecimento	Água, por radiador
Rotação nominal	1.800 rpm
Partida	Elétrica – 12 Vcc
Combustível	Diesel S-10 e S-500
Capacidade de óleo lubrificante	10 litros
Lubrificação	Forçada
Governador de velocidade	Mecânico

4. ALTERNADOR

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Tipo	Síncrono, sem escovas (brushless)
Número de polos	4 polos
Frequência	60 Hz
Rotação	1.800 rpm
Tensão nominal	380/220 V
Sistema	Trifásico + neutro
Fator de potência	0,8
Regulador de tensão	AVR eletrônico
Classe de isolação	Classe H

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Grau de proteção	IP23
Tipo de excitação	Autoexcitado / brushless
Regulação de tensão	±1% ou melhor

A ligação elétrica disponibiliza 380 V entre fases e 220 V entre fase e neutro, com condutor neutro acessível.

5. PAINEL DE COMANDO E CONTROLADOR

Controlador eletrônico Deep Sea | DSE4620, microprocessado digital destinado ao comando, supervisão, proteção e monitoramento do motor e do alternador.

- Partida e parada manual e automática;
- Modo automático;
- Interface para partida/parada remota por contato externo;
- Compatibilidade e integração com QTA/ATS externo;
- Monitoramento de tensão, frequência, corrente, potência, horas de funcionamento e tensão da bateria;
- Monitoramento de pressão do óleo e temperatura do motor;
- Indicação e registro de alarmes;
- Parada automática em condições críticas.

6. SISTEMAS DE PROTEÇÃO

- Sobrecarga e curto-circuito;
- Baixa pressão do óleo lubrificante;
- Alta temperatura do motor;
- Sobretensão e subtensão;
- Sobrefrequência e subfrequência;
- Falha de partida e excesso de tentativas de partida;
- Baixa tensão e falha do sistema de carga da bateria;
- Sobrevelocidade do motor;
- Demais proteções previstas pelo fabricante.

A saída principal será protegida por disjuntor tripolar de 63 A. O conjunto possuirá botão de parada de emergência tipo cogumelo instalado externamente à carenagem, em posição de fácil acesso.

7. SISTEMA DE COMBUSTÍVEL E AUTONOMIA

Tanque de combustível incorporado à base estrutural, com capacidade nominal de 80 litros, adequado ao uso com Diesel S-10 e Diesel S-500, incluindo bocal de abastecimento, tampa, indicador de nível, alimentação, retorno, dreno e respiro.

- Autonomia mínima de 8 horas a 100% da carga nominal Prime;
- Alternativamente, autonomia mínima de 10 horas a 75% da carga nominal Prime.

8. SISTEMA DE ARREFECIMENTO

Arrefecimento a água por circuito fechado, com radiador, ventilador, bomba de circulação, mangueiras, conexões, reservatório e fluido refrigerante apropriado. O sistema de ventilação da cabine é dimensionado para garantir a refrigeração do motor, alternador e demais componentes sob as condições ambientais previstas.

9. CARENAGEM ACÚSTICA

Carenagem em chapa metálica de alta resistência, com acabamento anticorrosivo, acessos para manutenção, aberturas para entrada de ar e descarga do ar quente, sistema de escapamento silenciado e revestimento interno com material fonoabsorvente.

- Botão de parada de emergência externo e de fácil acesso;
- Carenagem silenciada;
- Pressão acústica de até 65 dB(A) a 7 metros, em condição normal de operação.

10. BASE ESTRUTURAL E MOVIMENTAÇÃO

Base metálica estrutural reforçada, dimensionada para suportar o conjunto completo, com pontos apropriados para içamento, elevação e movimentação, facilitando transporte, instalação e remanejamento logístico entre Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira sem prejuízo à integridade do equipamento.

11. DIMENSÕES E PESO

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Comprimento	2000 mm
Largura	730 mm
Altura	1.100 mm
Peso total	750 kg

12. QTA / ATS EXTERNO PARA TRÊS GERADORES

Para cada conjunto de 03 grupos geradores será fornecido 01 QTA/ATS externo específico para gerenciamento de três fontes geradoras independentes: GE-01, GE-02 e GE-03, não se limitando à transferência convencional entre rede comercial e gerador.

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Fontes geradoras	03 – GE-01 / GE-02 / GE-03
Tensão nominal	380/220 V
Frequência	60 Hz
Sistema	Trifásico + neutro
Corrente nominal mínima	63 A
Operação	Automática e manual
Revezamento	Automático e programável
Terceiro gerador	Reserva operacional automática
Intertravamento	Elétrico e mecânico
Paralelismo acidental	Impedido

13. LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DO QTA/ATS

- Seleção automática ou manual da fonte;
- Revezamento programável entre dois geradores;
- Balanceamento de horas de operação;
- Entrada automática do terceiro gerador como reserva operacional;

[redacted]

- Transferência de carga entre GE-01, GE-02 e GE-03;
- Intertravamento elétrico e/ou mecânico;
- Impedimento de paralelismo acidental entre fontes.
- Equipado com módulo controlador Smartgen HAT832.

14. SISTEMA DE SEQUENCIAMENTO DE CARGAS

Módulo Smartgen HAT832 de sequenciamento automático das cargas para evitar a partida simultânea dos compressores dos freezers e a consequente sobrecarga momentânea do grupo gerador.

- Máximo de 03 freezers por estágio;
- Partida escalonada dos estágios;
- Intervalo mínimo programável de 30 segundos entre os conjuntos;
- Quantidade de estágios dimensionada conforme a quantidade total de cargas;
- Integração funcional com o sistema de alimentação e transferência.

15. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE OPERAÇÃO

Construção robusta e adequada às condições climáticas características da Amazônia, incluindo elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar, operação prolongada, ambientes remotos e necessidade de transporte recorrente. A estrutura possui tratamento anticorrosivo apropriado e os sistemas de ventilação e refrigeração são dimensionados para a aplicação.

16. CONFIGURAÇÃO DE FORNECIMENTO

- Motor diesel industrial, 4 tempos, 4 cilindros;
- Sistema de injeção direta e mecânica;
- Alternador síncrono com AVR;
- Controlador microprocessado;
- Partida elétrica automática;
- Bateria 12 V e sistema de carga;
- Saída auxiliar 12 V / 8,3 A;
- Radiador e sistema de arrefecimento;
- Tanque incorporado de 80 litros;
- Base metálica reforçada;
- Carenagem acústica com revestimento fonoabsorvente;
- Sistema de escapamento e silencioso;
- Disjuntor principal;
- Botão externo de parada de emergência;
- Interfaces para partida/parada remota e QTA/ATS;
- Proteções e acessórios necessários ao pleno funcionamento.

17. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- Manual de operação em língua portuguesa;
- Manual de manutenção em língua portuguesa;
- Catálogo técnico do fabricante;
- Ficha técnica do grupo gerador;
- Dados técnicos do motor, alternador e controlador;
- Diagramas elétricos do grupo gerador, QTA/ATS e sequenciamento de cargas;
- Diagrama funcional do sistema de três fontes;
- Orientações de instalação e plano básico de manutenção.

18. ENTREGA TÉCNICA E TESTE OPERACIONAL

- Inspeção geral e teste operacional;
- Teste das proteções, controlador e parada de emergência;
- Teste de partida/parada remota;
- Teste funcional do QTA/ATS;
- Teste de revezamento e entrada automática do terceiro gerador;
- Teste dos intertravamentos;
- Teste do sequenciamento das cargas;
- Orientação básica de operação e manutenção aos operadores designados.

19. CONDIÇÃO PARA TRANSPORTE AÉREO MILITAR

Para viabilizar o transporte aéreo militar imediato, o equipamento será entregue com o tanque de combustível rigorosamente drenado e vazio, em conformidade com as normas vigentes aplicáveis ao transporte de cargas perigosas.

20. GARANTIA

Garantia mínima de 12 meses ou 1.000 horas de operação, o que ocorrer primeiro, contados da conclusão da entrega técnica. A garantia cobre defeitos de fabricação, desde que o equipamento seja instalado, operado e mantido conforme os manuais do fabricante. Não serão cobertos danos decorrentes de mau uso do equipamento.



[redacted]

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E CAPACIDADE TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.525.828/0001-29, Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am, Cep 69.028-140, por intermédio de seu representante legal o sr. **Iomar Rufino De Oliveira**, portador da carteira de identidade n° 9675051 SESEP AM e do CPF n° 417.273.202-04, DECLARA, para os devidos fins de participação no certame acima referido, que:

1. O objeto ofertado — Grupo Motor-Gerador Diesel, potência nominal Prime/contínua mínima de 15 kVA (12 kW, fator de potência 0,8) — está dimensionado estritamente de acordo com a descrição técnica constante do Item 2 do Termo de Referência nº 44/2026, sendo plenamente compatível com as grandezas elétricas ali descritas (tensão de saída 220/380 V trifásica, com disponibilidade de alimentação em 220 V fase-neutro, frequência mínima de 60 Hz), não havendo qualquer divergência entre as especificações técnicas ofertadas e as exigidas no instrumento convocatório;

2. O grupo gerador ofertado possui capacidade técnica para suportar a demanda simultânea de até 03 (três) freezers horizontais especificados no Item 1 do mesmo Termo de Referência nº 44/2026 — com capacidade líquida entre 500 e 550 litros e alimentação elétrica monofásica de 220 V, frequência de 60 Hz e plugue de 10 A —, atendendo estritamente às condições e regimes de funcionamento estabelecidos no referido instrumento;

3. O equipamento é dotado de módulo ou quadro de sequenciamento de cargas, apto a promover a partida escalonada dos freezers referidos no item 2 acima, em conjuntos de, no máximo, 3 (três) unidades, com intervalo mínimo programável de 30 (trinta) segundos entre os conjuntos, de forma a evitar sobrecarga decorrente da partida simultânea dos compressores, conforme item 3 do Termo de Referência;

4. O compromisso e a capacidade técnica ora declarados restringem-se, expressamente, ao atendimento das cargas com as grandezas elétricas e características técnicas descritas no Termo de Referência nº 44/2026 (item 2, acima especificadas).

Manaus, 27 de agosto de 2026

[redacted]

Representante Legal
Cpf: [redacted] SESEP AM

[redacted]

[redacted]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

GERA CENTER AMAZÔNIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [redacted], com sede a Avenida [redacted] Manaus – AM, CEP [redacted], na qualidade de **CONTRATANTE,** atesta para os devidos fins de direito e comprovação para quem interessar possa que, a empresa **AMZ COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.525.828/0001-29, com sede a rua Padre Monteiro de Noronha, nº 50, bairro Flores, Manaus – AM, CEP 69028-140, na qualidade de **CONTRATADA,** forneceu para a signatária deste atestado de capacidade técnica, o(s) produto(s) e serviço(s) conforme a seguir:

1. **Identificação do(s) contrato(s)**

   Objeto: Fornecimento e instalação de 05 (cinco) grupos geradores de energia e sistemas associados

   Documento Fiscal: DANFE´S nº - 605

   Local de execução: Manaus – AM

2. **Escopo técnico executado DANFE Nº 605:**

Fornecimento de 04 (quatro) grupos geradores de energia da marca DIY Power, modelo AMZ-DP186, potência de 186kVA | 149kW para aplicação em regime emergencial (standby), número de série unidade 01: DIY2005862018 | número de série unidade 02: DP2209828016 | número de série unidade 03: DP2209828013 | número de série unidade 04: DP2209828015 – grupos geradores de energia do tipo cabinado (silenciado), na tensão de 220/127V, 60Hz, 1800RPM, trifásico, a diesel

Fornecimento de 01 (um) grupo gerador de energia da marca DIY Power, modelo AMZ-DP261, potência de 261kVA | 209kW para aplicação em regime emergencial (standby), número de série unidade 01: DIY2005862020, grupo gerador de energia do tipo cabinado (silenciado), na tensão de 220/127V, 60Hz, 1800RPM, trifásico, a diesel

[redacted]

Fornecimento de 04 (quatro) quadros de transferência automática, da marca DIY Power, modelo ATS-630A, do tipo chave reversora em gabinete metálico externo, corrente nominal de 630 amperes, trifásico, na tensão de 220/127V;

Fornecimento de 01 (um) quadro de transferência automática, da marca DIY Power, modelo ATS-800A, do tipo chave reversora em gabinete metálico externo, corrente nominal de 800 amperes, trifásico, na tensão de 220/127V;

Os itens anteriormente citados contemplam:
Estudo técnico para dimensionamento de carga
Logística de entrega em caminhão guindauto do tipo Munck
Interligações elétricas de potência e comando com fornecimento de materiais Instalação e parametrização de QTA/ATS (quadro de transferência automática) Instalação e ajustes de proteções (disjuntores, relés, DPS)
Parametrização do painel controlador eletrônico (DEEP SEA DSE4520, DEIG AGC150, DEEP SEA DSE7320, DEIF SGC420, DEEP SEA DSE8610)
Sistema de aterramento e equipotencialização
Simulação de operação com teste de funcionamento em vazio e com carga real
Entrega técnica com orientações de operação e recomendações de manutenção
Comissionamento e Startup
Entrega de manuais e fichas técnicas

[redacted]

3. Desempenho e conformidade

Declaramos que os fornecimentos e serviços foram realizados com qualidade, atendendo às condições contratuais, com funcionamento satisfatório, dentro dos padrões técnicos aplicáveis e das boas práticas de engenharia, sem registros de ocorrências que desabonem a capacidade técnica da contratada.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado de capacidade técnica para que produza seus efeitos legais.

Manaus, 18 de março de 2026

_____

GERA CENTER AMAZÔNIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Por seu Sócio-Diretor,
[redacted]

RECEBEMOS DE AMZ COMERCIO E SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 18/02/2026 VALOR TOTAL: R$ 709.500,00 DESTINATÁRIO: GERA CENTER AMAZONIA SERVICOS E LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIP - AV ABIURANA, 2305 - SETOR D MAUAZINHO Manaus-AM

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 605
Série 1

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA
RUA [redacted]
FLORES - [redacted]
Manaus - AM Fone: [redacted]

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
1

Nº 605
Série 1
Folha 1/1

[redacted]

CHAVE DE ACESSO
[redacted]
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
[redacted]

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda de Mercadoria Adquirida/Recebida de Terceiros	**113263551896869 - 18/02/2026 15:05:11**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
[redacted]		[redacted]

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
GERA CENTER AMAZONIA SERVICOS E LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIP	[redacted]	**18/02/2026**

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
[redacted]	**MAUAZINHO**	[redacted]	**18/02/2026**

MUNICÍPIO	UF	FONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA/ENTRADA
Manaus	**AM**	**(92) 9483-4089**	**05.435.316-5**	**16:05:00**

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR IMP. IMPORTAÇÃO	VALOR DO PIS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
709.500,00	**49.665,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**709.500,00**

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR DA COFINS	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**709.500,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	(9) Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO (KG)	PESO LÍQUIDO (KG)
				11.503,000	**11.503,000**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
AMZ-DP186	GRUPO GERADOR DE ENERGIA AMZ-DP186 NUMERO DE SERIE GG 01: DIY2005862018 / PRODUTO ORIUNDO DA D.I: 21/0778916-8 ADICAO 007 NUMERO DE SERIE GG 02: DP2209828016 / PRODUTO ORIUNDO DA D.I.: 23/1021408-5 ADICAO 002 NUMERO DE SERIE GG 03: DP2209828013 / PRODUTO ORIUNDO DA D.I.: 23/1021408-5 ADICAO 002 NUMERO DE SERIE GG 04: DP2209828015 / PRODUTO ORIUNDO DA D.I.: 23/1021408-5 ADICAO 002	85021210	100	5102	UN	4	119.000,00	476.000,00	476.000,00	33.320,00	0,00	7,00	0,00
AMZ-DP261	GRUPO GERADOR DE ENERGIA AMZ-DP261 NUMERO DE SERIE: DIY2005862020 PRODUTO ORIUNDO DA D.I.: 21/0778916-8 ADICAO 007	85021311	100	5102	UN	1	145.500,00	145.500,00	145.500,00	10.185,00	0,00	7,00	0,00
ATS-630A	QUADRO DE TRANSFERENCIA AUTOMATICA 630A NUMERO DE SERIE QTA 01: SY200804037 NUMERO DE SERIE QTA 02: SY200804040 NUMERO DE SERIE QTA 03: SY200804039 NUMERO DE SERIE QTA 04: SY200804038 PRODUTOS ORIUNDOS DA D.I.: 21/0778916-8 ADICAO 009	85371090	100	5102	UN	4	16.500,00	66.000,00	66.000,00	4.620,00	0,00	7,00	0,00
ATS-800A	QUADRO DE TRANSFERENCIA AUTOMATICA 800A NUMERO DE SERIE: SY200805009 PRODUTO ORIUNDO DA D.I.: 21/0778916-8 ADICAO 009	85371090	100	5102	UN	1	22.000,00	22.000,00	22.000,00	1.540,00	0,00	7,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Email do Destinatario: adm_manaus@geracenter.com.br Inf. Contribuinte: ICMS conforme LEI No 3.830/2012. PIS e COFINS conforme Lei no 9.715/98, artigo 8o, inciso I Lei no 9.718/98, artigo 8o.	

CATÁLOGO TÉCNICO

GRUPO GERADOR DIESEL CABINADO

IDENTIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Marca | Fabricante	DIY POWER
Modelo	DIY-DP22
Condição	Novo, zero hora de operação
Aplicação	Operação Prime / contínua
Potência Prime / Contínua	20 kVA / 16 kW
Potência Standby	22 kVA / 18 kW
Fator de potência	0,8
Frequência	60 Hz
Tensão	380/220 V – trifásico
Combustível	Diesel S-10 e S-500

1. DESCRIÇÃO GERAL

Grupo gerador de energia elétrica a diesel, novo, cabinado e silenciado, configurado para aplicações que exijam fornecimento contínuo e confiável de energia. O conjunto possui potência nominal Prime de 20 kVA / 16 kW, fator de potência 0,8 e é dimensionado para operação prolongada, inclusive em regime de até 24 horas por dia.

O equipamento é configurado para condições ambientais características da Região Amazônica, incluindo elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar, transporte recorrente e utilização em localidades remotas. É fornecido montado sobre base metálica estrutural reforçada e completo para pleno funcionamento.

2. DADOS TÉCNICOS PRINCIPAIS

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA
Potência nominal Prime / Contínua	20 kVA
Potência ativa Prime	16 kW
Potência Standby	22 kVA
Potência ativa Standby	18 kW
Fator de potência	0,8
Frequência	60 Hz
Rotação nominal	1.800 rpm
Sistema elétrico	Trifásico + neutro
Tensão fase-fase	380 V
Tensão fase-neutro	220 V
Corrente nominal em 380 V	33 A
Regulador automático de tensão	AVR
Sistema de partida	Elétrica – 12 Vcc

[redacted]

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO OFERTADA
Partida automática	Sim
Partida/parada remota	Sim
Compatibilidade com QTA/ATS externo	Sim
Disjuntor principal	Tripolar, 63 A
Saída auxiliar	12 Vcc / 8,3 A
Regime operacional	Prime / operação contínua
Capacidade operacional	Até 24 h/dia

3. MOTOR DIESEL

Motor diesel industrial dimensionado para acionamento do alternador e atendimento da potência elétrica nominal do conjunto em regime Prime/contínuo.

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Ciclo	4 tempos
Número de cilindros	4 cilindros em linha
Sistema de injeção	Direta e mecânica
Aspiração	Natural
Arrefecimento	Água, por radiador
Rotação nominal	1.800 rpm
Partida	Elétrica – 12 Vcc
Combustível	Diesel S-10 e S-500
Capacidade de óleo lubrificante	10 litros
Lubrificação	Forçada
Governador de velocidade	Mecânico

4. ALTERNADOR

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Tipo	Síncrono, sem escovas (brushless)
Número de polos	4 polos
Frequência	60 Hz
Rotação	1.800 rpm
Tensão nominal	380/220 V
Sistema	Trifásico + neutro
Fator de potência	0,8
Regulador de tensão	AVR eletrônico
Classe de isolação	Classe H

[redacted]

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Grau de proteção	IP23
Tipo de excitação	Autoexcitado / brushless
Regulação de tensão	±1% ou melhor

A ligação elétrica disponibiliza 380 V entre fases e 220 V entre fase e neutro, com condutor neutro acessível.

5. PAINEL DE COMANDO E CONTROLADOR

Controlador eletrônico Deep Sea | DSE4620, microprocessado digital destinado ao comando, supervisão, proteção e monitoramento do motor e do alternador.

- Partida e parada manual e automática;
- Modo automático;
- Interface para partida/parada remota por contato externo;
- Compatibilidade e integração com QTA/ATS externo;
- Monitoramento de tensão, frequência, corrente, potência, horas de funcionamento e tensão da bateria;
- Monitoramento de pressão do óleo e temperatura do motor;
- Indicação e registro de alarmes;
- Parada automática em condições críticas.

6. SISTEMAS DE PROTEÇÃO

- Sobrecarga e curto-circuito;
- Baixa pressão do óleo lubrificante;
- Alta temperatura do motor;
- Sobretensão e subtensão;
- Sobrefrequência e subfrequência;
- Falha de partida e excesso de tentativas de partida;
- Baixa tensão e falha do sistema de carga da bateria;
- Sobrevelocidade do motor;
- Demais proteções previstas pelo fabricante.

A saída principal será protegida por disjuntor tripolar de 63 A. O conjunto possuirá botão de parada de emergência tipo cogumelo instalado externamente à carenagem, em posição de fácil acesso.

7. SISTEMA DE COMBUSTÍVEL E AUTONOMIA

Tanque de combustível incorporado à base estrutural, com capacidade nominal de 80 litros, adequado ao uso com Diesel S-10 e Diesel S-500, incluindo bocal de abastecimento, tampa, indicador de nível, alimentação, retorno, dreno e respiro.

- Autonomia mínima de 8 horas a 100% da carga nominal Prime;
- Alternativamente, autonomia mínima de 10 horas a 75% da carga nominal Prime.

8. SISTEMA DE ARREFECIMENTO

Arrefecimento a água por circuito fechado, com radiador, ventilador, bomba de circulação, mangueiras, conexões, reservatório e fluido refrigerante apropriado. O sistema de ventilação da cabine é dimensionado para garantir a refrigeração do motor, alternador e demais componentes sob as condições ambientais previstas.

9. CARENAGEM ACÚSTICA

Carenagem em chapa metálica de alta resistência, com acabamento anticorrosivo, acessos para manutenção, aberturas para entrada de ar e descarga do ar quente, sistema de escapamento silenciado e revestimento interno com material fonoabsorvente.

- Botão de parada de emergência externo e de fácil acesso;
- Carenagem silenciada;
- Pressão acústica de até 65 dB(A) a 7 metros, em condição normal de operação.

10. BASE ESTRUTURAL E MOVIMENTAÇÃO

Base metálica estrutural reforçada, dimensionada para suportar o conjunto completo, com pontos apropriados para içamento, elevação e movimentação, facilitando transporte, instalação e remanejamento logístico entre Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira sem prejuízo à integridade do equipamento.

11. DIMENSÕES E PESO

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Comprimento	2000 mm
Largura	730 mm
Altura	1.100 mm
Peso total	750 kg

12. QTA / ATS EXTERNO PARA TRÊS GERADORES

Para cada conjunto de 03 grupos geradores será fornecido 01 QTA/ATS externo específico para gerenciamento de três fontes geradoras independentes: GE-01, GE-02 e GE-03, não se limitando à transferência convencional entre rede comercial e gerador.

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO
Fontes geradoras	03 – GE-01 / GE-02 / GE-03
Tensão nominal	380/220 V
Frequência	60 Hz
Sistema	Trifásico + neutro
Corrente nominal mínima	63 A
Operação	Automática e manual
Revezamento	Automático e programável
Terceiro gerador	Reserva operacional automática
Intertravamento	Elétrico e mecânico
Paralelismo acidental	Impedido

13. LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DO QTA/ATS

- Seleção automática ou manual da fonte;
- Revezamento programável entre dois geradores;
- Balanceamento de horas de operação;
- Entrada automática do terceiro gerador como reserva operacional;

- Transferência de carga entre GE-01, GE-02 e GE-03;
- Intertravamento elétrico e/ou mecânico;
- Impedimento de paralelismo acidental entre fontes.
- Equipado com módulo controlador Smartgen HAT832.

14. SISTEMA DE SEQUENCIAMENTO DE CARGAS

Módulo Smartgen HAT832 de sequenciamento automático das cargas para evitar a partida simultânea dos compressores dos freezers e a consequente sobrecarga momentânea do grupo gerador.

- Máximo de 03 freezers por estágio;
- Partida escalonada dos estágios;
- Intervalo mínimo programável de 30 segundos entre os conjuntos;
- Quantidade de estágios dimensionada conforme a quantidade total de cargas;
- Integração funcional com o sistema de alimentação e transferência.

15. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE OPERAÇÃO

Construção robusta e adequada às condições climáticas características da Amazônia, incluindo elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar, operação prolongada, ambientes remotos e necessidade de transporte recorrente. A estrutura possui tratamento anticorrosivo apropriado e os sistemas de ventilação e refrigeração são dimensionados para a aplicação.

16. CONFIGURAÇÃO DE FORNECIMENTO

- Motor diesel industrial, 4 tempos, 4 cilindros;
- Sistema de injeção direta e mecânica;
- Alternador síncrono com AVR;
- Controlador microprocessado;
- Partida elétrica automática;
- Bateria 12 V e sistema de carga;
- Saída auxiliar 12 V / 8,3 A;
- Radiador e sistema de arrefecimento;
- Tanque incorporado de 80 litros;
- Base metálica reforçada;
- Carenagem acústica com revestimento fonoabsorvente;
- Sistema de escapamento e silencioso;
- Disjuntor principal;
- Botão externo de parada de emergência;
- Interfaces para partida/parada remota e QTA/ATS;
- Proteções e acessórios necessários ao pleno funcionamento.

17. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- Manual de operação em língua portuguesa;
- Manual de manutenção em língua portuguesa;
- Catálogo técnico do fabricante;
- Ficha técnica do grupo gerador;
- Dados técnicos do motor, alternador e controlador;
- Diagramas elétricos do grupo gerador, QTA/ATS e sequenciamento de cargas;
- Diagrama funcional do sistema de três fontes;
- Orientações de instalação e plano básico de manutenção.

[redacted]

18. ENTREGA TÉCNICA E TESTE OPERACIONAL

- Inspeção geral e teste operacional;
- Teste das proteções, controlador e parada de emergência;
- Teste de partida/parada remota;
- Teste funcional do QTA/ATS;
- Teste de revezamento e entrada automática do terceiro gerador;
- Teste dos intertravamentos;
- Teste do sequenciamento das cargas;
- Orientação básica de operação e manutenção aos operadores designados.

19. CONDIÇÃO PARA TRANSPORTE AÉREO MILITAR

Para viabilizar o transporte aéreo militar imediato, o equipamento será entregue com o tanque de combustível rigorosamente drenado e vazio, em conformidade com as normas vigentes aplicáveis ao transporte de cargas perigosas.

20. GARANTIA

Garantia mínima de 12 meses ou 1.000 horas de operação, o que ocorrer primeiro, contados da conclusão da entrega técnica. A garantia cobre defeitos de fabricação, desde que o equipamento seja instalado, operado e mantido conforme os manuais do fabricante. Não serão cobertos danos decorrentes de mau uso do equipamento.



[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

PREGÃO 64/2026

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	AM
Objeto da compra:	Aquisição de equipamentos e materiais, destinados ao incremento emergencial da capacidade de armazenagem, transporte e manipulação de gêneros alimentícios, no âmbito da 12º RM (AM, RR, RO e AC)		
Entrega de propostas:	De 14/08/2026 às 08:00 até 26/08/2026 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 26/08/2026 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/08/2026 às 10:00:05	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 10:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/08/2026 às 10:44:48	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/08/2026 às 10:44:48	Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica o critério de desempate previsto no § 1ª, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021.
Sistema	26/08/2026 às 16:25:48	Em virtude do término do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje. Informo que as atividades do pregão retornarão no dia 27 de agosto de 2026, às 10:00 horas (Brasília).
Sistema	27/08/2026 às 09:58:57	Mensagem de abertura do Pregão Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Daremos início à sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos. Desejo a todos uma excelente sessão e boa sorte!
Sistema	27/08/2026 às 17:50:40	Para 18.525.828/0001-29 - Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje, com o sistema permanecendo aberto paara envio de anexos até as 18:00.. A sessãp reinicia´rá somente no dia 31 de agosto de 2026 (segunda-feira) às 10:00 horas, quando daremos prosseguimento a fase de habilitação.
Sistema	31/08/2026 às 10:00:06	Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Retornando as atividades da sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026, na fase de habilitação. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99 Pág 283 de 628

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/08/2026 às 17:25:48	Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje. A sessãp reinicia´rá no dia 1 de setembro de 2026, às 10:00 horas, quando daremos prosseguimento a fase de habilitação. O sistema permanecerá aberto somente para recebimento de anexos.
Sistema	01/09/2026 às 10:00:03	Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Retornando as atividades da sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026, na fase de habilitação. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Sistema	01/09/2026 às 17:38:12	Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje. A sessãp reinicia´rá no dia 2 de setembro de 2026, às 10:00 horas(Brasília).
Sistema	02/09/2026 às 09:58:38	Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Retornando as atividades da sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026, na fase de habilitação. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/08/2026 às 10:00:05	Abertura da sessão pública
26/08/2026 às 10:44:47	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Grupo Motor-Gerador

potência nominal: em stand by 25 kva e em prime 22,5, velocidade nominal: 1800, tipo do motor de acionamento: a diesel, tipo de partida: elétrica, método de resfriamento: à água, componentes: filtro de óleo e de combustível, separador de água, tipo refrigeração: radiador O código CATMAT utilizado possui descrição genérica e caráter meramente referencial. Em caso de divergência, prevalecem as especificações técnicas detalhadas constantes no Edital e no Termo de Referência.

Quantidade:	42	Valor estimado:	R$ 41.906,3300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 1.760.065,8600 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 10,0000	Situação:	Aguardando adjudicação
Critério de julgamento:	Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Sem benefícios ME/EPP (Art. 4ª, lei 14.133/2021)		

Aceito e Habilitado por CPF ***.143.***-*3 - POLLIANE PERFEITO SANTANA para AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, melhor lance: R$ 37.990,0000 (unitário) / R$ 1.595.580,0000 (total), valor negociado: R$ 37.500,0000 (unitário) / R$ 1.575.000,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 11.430/2023
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
18.525.828/0001-29 - AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA Benefício Me/Epp: Não Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 37.990,0000 (unitário) R$ 1.595.580,0000 (total)	Fornecedor habilitado

Marca/Fabricante:	DIY-POWER				
Modelo/versão:	DIY-DP22				
Valor proposta:	R$ 41.000,0000 (unitário) R$ 1.722.000,0000 (total)	Valor negociado:	R$ 37.500,0000 (unitário) R$ 1.575.000,0000 (total)	Quantidade ofertada:	42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
37.429.301/0001-45 - CASA MIX LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Bronze Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 41.906,0000 (unitário) R$ 1.760.052,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Grupo Motor-Gerador				
Modelo/versão:	Grupo Motor-Gerador				
Valor proposta:	R$ 41.906,0000 (unitário) R$ 1.760.052,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
50.184.462/0001-84 - CELT INOVACOES COMERCIAL E VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: universal
Modelo/versão: universal
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

57.778.437/0001-78 - COMPRASNET COMERCIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Sim UF endereço: GO	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: BISON
Modelo/versão: BISON
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

27.985.750/0001-16 - F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 40.000,0000 (unitário) R$ 1.680.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: BUFFALO DIESEL BFDE 15000 PRO CABINADO SILENCIADO
Modelo/versão: BUFFALO DIESEL BFDE 15000 PRO CABINADO SILENCIADO
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 38.000,0000 (unitário) R$ 1.596.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Grupo Motor-Gerador
Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador
Valor proposta: R$ 94.000,0000 (unitário) R$ 3.948.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

54.633.849/0001-21 - GMG - GERADORES DO BRASIL LTDA Benefício Me/Epp: Não Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: RJ	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: GMG
Modelo/versão: GM
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.122.324/0001-26 - GPTECH COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 42.000,0000 (unitário) R$ 1.764.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Similar

Modelo/versão: Similar

Valor proposta: R$ 42.000,0000 (unitário) R$ 1.764.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

26.907.729/0001-30 - GREEN AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: AMZ.

Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador Diesel 15 kVA.

Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

46.538.607/0001-20 - J. F. ALVES DE MORAIS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.806,0000 (unitário) R$ 1.755.852,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Toyama

Modelo/versão: Toyama

Valor proposta: R$ 41.806,0000 (unitário) R$ 1.755.852,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

57.073.962/0001-98 - OR-TECH PROMOCAO DE VENDAS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Bronze Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: OR

Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador Diesel 15 kVA

Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

40.327.839/0001-53 - R. VASCONCELOS DE OLIVEIRA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: Grupo Motor-Gerador

Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador

Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
50.533.416/0001-43 - SANTOS COMERCIO E NEGOCIOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 37.500,0000 (unitário) R$ 1.575.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: Gerador Modelo/versão: Gerador Valor proposta: R$ 42.206,3300 (unitário) R$ 1.772.665,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		
39.412.830/0001-61 - SOUZA TEC COMERCIO E SERVICO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 300.000,0000 (unitário) R$ 12.600.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Grupo Motor-Gerador Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário) R$ 12.600.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		
11.762.811/0001-46 - VIA OLIVEIRA DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 38.800,0000 (unitário) R$ 1.629.600,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Kawashima Modelo/versão: DGR 13000-ST3 Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		
21.548.780/0001-89 - VSS COMERCIO E SERVICO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: ES	R$ 100.000,0000 (unitário) R$ 4.200.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: RPW Modelo/versão: RPW Valor proposta: R$ 100.000,0000 (unitário) R$ 4.200.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
26/08/2026 às 10:01:00	11.762.811/0001-46	R$ 40.000,0000
26/08/2026 às 10:02:05	50.533.416/0001-43	R$ 39.000,0000
26/08/2026 às 10:02:50	18.525.828/0001-29	R$ 38.990,0000
26/08/2026 às 10:03:51	50.533.416/0001-43	R$ 38.500,0000
26/08/2026 às 10:04:19	11.762.811/0001-46	R$ 38.800,0000
26/08/2026 às 10:04:24	39.532.571/0001-02	R$ 38.490,0000

Data/hora	Participante	Lance
26/08/2026 às 10:05:26	18.525.828/0001-29	R$ 38.450,0000
26/08/2026 às 10:05:26	27.985.750/0001-16	R$ 40.000,0000
26/08/2026 às 10:05:38	50.533.416/0001-43	R$ 38.250,0000
26/08/2026 às 10:06:08	18.525.828/0001-29	R$ 38.200,0000
26/08/2026 às 10:06:48	39.532.571/0001-02	R$ 38.000,0000
26/08/2026 às 10:07:30	18.525.828/0001-29	R$ 37.990,0000
26/08/2026 às 10:07:50	50.533.416/0001-43	R$ 37.500,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/08/2026 às 10:00:06	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/08/2026 às 10:10:07	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 50.533.416/0001-43	26/08/2026 às 10:59:28	Bom dia Sr licitante! Solicito, no prazo de 2 horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital. Conforme item 7.22.4 do edital.
Sistema para o participante 50.533.416/0001-43	26/08/2026 às 11:01:20	Sr. Fornecedor SANTOS COMERCIO E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 50.533.416/0001-43, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 13:05:00 do dia 26/08/2026. Justificativa: Bom dia Sr licitante! Solicito, no prazo de 2 horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital. Conforme item 7.22.4 do edital..
Sistema para o participante 50.533.416/0001-43	26/08/2026 às 13:05:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:05:00 de 26/08/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor SANTOS COMERCIO E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 50.533.416/0001-43.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:03:29	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: Boa tarde licitante! Poderia abaixar o valor para R$ 37.500,00.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:06:49	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 16:07:00 do dia 26/08/2026. Justificativa: Boa tarde Sr licitante! Solicito, no prazo de 2 horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital. Conforme item 7.22.4 do edital...
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:25:31	Boa tarde sr. pregoeiro
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:26:24	devido a instabilidade na internet, estamos verificando agora se podemos baixar para esse valor
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:28:14	podemos baixar sim
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:28:26	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29. A negociação do item 2 foi aceita pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, tendo informado R$ 37.500,0000.
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 15:39:27	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:39:27 de 26/08/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 11:27:48	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 27/08/2026. Justificativa: Solicito ao Licitante apresentar declaração expressa de compromisso atestando que o grupo gerador ofertado possui capacidade técnica plena para suportar a demanda simultânea de até 03 (três) freezers, atendendo estritamente às condições e regimes de funcionamento estabelecidos no TR..
Pelo participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 11:29:56	estamos providenciando sr pregoeiro.
Pelo participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 13:03:03	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:03:03 de 27/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29.
Sistema	27/08/2026 às 13:16:05	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/08/2026 13:26:05.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 13:22:11	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 15:23:00 do dia 27/08/2026. Justificativa: Solicito a remessa dos documentos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf, por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, conforme item 9.12.1 do edital..
Pelo participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 14:03:22	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:03:22 de 27/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 17:50:09	Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje, com o sistema permanecendo aberto paara envio de anexos até as 18:00.. A sessãp reinicia´rá somente no dia 31 de agosto de 2026 (segunda-feira) às 10:00 horas, quando daremos prosseguimento a fase de habilitação.
Sistema	31/08/2026 às 10:27:21	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/08/2026 10:37:21.

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

PREGÃO 64/2026

Item 2 - Grupo Motor-Gerador

potência nominal: em stand by 25 kva e em prime 22,5, velocidade nominal: 1800, tipo do motor de acionamento: a diesel, tipo de partida: elétrica, método de resfriamento: à água, componentes: filtro de óleo e de combustível, separador de água, tipo refrigeração: radiador O código CATMAT utilizado possui descrição genérica e caráter meramente referencial. Em caso de divergência, prevalecem as especificações técnicas detalhadas constantes no Edital e no Termo de Referência.

Diligência

Data início	Data cancelamento	Situação	Solicitante
27/08/2026 às 11:25:37	27/08/2026 às 11:28:47	Cancelada	[redacted]

Fornecedor

18.525.828/0001-29 - AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA

Motivo

Solicito ao Licitante apresentar declaração expressa de compromisso atestando que o grupo gerador ofertado possui capacidade técnica plena para suportar a demanda simultânea de até 03 (três) freezers, atendendo estritamente às condições e regimes de funcionamento estabelecidos no TR.

Justificativa do cancelamento

A informação foi solicitada pelos Anexos.

Mensagens

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 11:25:37	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, uma nova diligência foi aberta para o item 2.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 11:28:47	O item 2 teve a diligência do fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, cancelada às 11:28:47 de 27/08/2026. Justificativa: A informação foi solicitada pelos Anexos.

Eventos

Data/Hora	Descrição
27/08/2026 às 11:25:37	Diligência cadastrada.
27/08/2026 às 11:28:47	Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ [redacted] teve a diligência para o item cancelada às 11:28:47 de 27/08/2026. Justificativa: A informação foi solicitada pelos Anexos.

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

PREGÃO 64/2026

Às 15:03 horas do dia 02 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, [redacted], HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 2 do Pregão nª 64/2026, Processo nª 64321.016456/2026-99.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	AM
Objeto da compra:	Aquisição de equipamentos e materiais, destinados ao incremento emergencial da capacidade de armazenagem, transporte e manipulação de gêneros alimentícios, no âmbito da 12º RM (AM, RR, RO e AC)		
Entrega de propostas:	De 14/08/2026 às 08:00 até 26/08/2026 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 26/08/2026 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/08/2026 às 10:00:05	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 10:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/08/2026 às 10:44:48	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/08/2026 às 10:44:48	Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica o critério de desempate previsto no § 1ª, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021.
Sistema	26/08/2026 às 16:25:48	Em virtude do término do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje. Informo que as atividades do pregão retornarão no dia 27 de agosto de 2026, às 10:00 horas (Brasília).
Sistema	27/08/2026 às 09:58:57	Mensagem de abertura do Pregão Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Daremos início à sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos. Desejo a todos uma excelente sessão e boa sorte!
Sistema	27/08/2026 às 17:50:40	Para 18.525.828/0001-29 - Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje, com o sistema permanecendo aberto paara envio de anexos até as 18:00.. A sessãp reinicia´rá somente no dia 31 de agosto de 2026 (segunda-feira) às 10:00 horas, quando daremos prosseguimento a fase de habilitação.
Sistema	31/08/2026 às 10:00:06	Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Retornando as atividades da sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026, na fase de habilitação. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/08/2026 às 17:25:48	Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje. A sessãp reinicia´rá no dia 1 de setembro de 2026, às 10:00 horas, quando daremos prosseguimento a fase de habilitação. O sistema permanecerá aberto somente para recebimento de anexos.
Sistema	01/09/2026 às 10:00:03	Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Retornando as atividades da sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026, na fase de habilitação. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Sistema	01/09/2026 às 17:38:12	Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje. A sessãp reinicia´rá no dia 2 de setembro de 2026, às 10:00 horas(Brasília).
Sistema	02/09/2026 às 09:58:38	Bom dia, Senhores(as) Licitantes! Retornando as atividades da sessão pública referente ao Pregão Eletrônico nª 64/2026, na fase de habilitação. Solicito a todos que permaneçam atentos às mensagens enviadas por este sistema durante toda a sessão e que observem rigorosamente as disposições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/08/2026 às 10:00:05	Abertura da sessão pública
26/08/2026 às 10:44:47	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Grupo Motor-Gerador

potência nominal: em stand by 25 kva e em prime 22,5, velocidade nominal: 1800, tipo do motor de acionamento: a diesel, tipo de partida: elétrica, método de resfriamento: à água, componentes: filtro de óleo e de combustível, separador de água, tipo refrigeração: radiador O código CATMAT utilizado possui descrição genérica e caráter meramente referencial. Em caso de divergência, prevalecem as especificações técnicas detalhadas constantes no Edital e no Termo de Referência.

Quantidade:	42	Valor estimado:	R$ 41.906,3300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 1.760.065,8600 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 10,0000	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Sem benefícios ME/EPP (Art. 4ª, lei 14.133/2021)		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.909.***-*0 - [redacted] para AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, [redacted] melhor lance: R$ 37.990,0000 (unitário) / R$ 1.595.580,0000 (total), valor negociado: R$ 37.500,0000 (unitário) / R$ 1.575.000,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 11.430/2023
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
18.525.828/0001-29 - AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA Benefício Me/Epp: Não Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 37.990,0000 (unitário) R$ 1.595.580,0000 (total)	Proposta adjudicada

Marca/Fabricante:	DIY-POWER				
Modelo/versão:	DIY-DP22				
Valor proposta:	R$ 41.000,0000 (unitário) R$ 1.722.000,0000 (total)	Valor negociado:	R$ 37.500,0000 (unitário) R$ 1.575.000,0000 (total)	Quantidade ofertada:	42

37.429.301/0001-45 - CASA MIX LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Bronze Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 41.906,0000 (unitário) R$ 1.760.052,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Grupo Motor-Gerador				
Modelo/versão:	Grupo Motor-Gerador				
Valor proposta:	R$ 41.906,0000 (unitário) R$ 1.760.052,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	42

50.184.462/0001-84 - CELT INOVACOES COMERCIAL E VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante:	universal				
Modelo/versão:	universal				
Valor proposta:	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.778.437/0001-78 - COMPRASNET COMERCIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Sim UF endereço: GO	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: BISON
Modelo/versão: BISON
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

27.985.750/0001-16 - F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 40.000,0000 (unitário) R$ 1.680.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: BUFFALO DIESEL BFDE 15000 PRO CABINADO SILENCIADO
Modelo/versão: BUFFALO DIESEL BFDE 15000 PRO CABINADO SILENCIADO
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 38.000,0000 (unitário) R$ 1.596.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Grupo Motor-Gerador
Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador
Valor proposta: R$ 94.000,0000 (unitário) R$ 3.948.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

54.633.849/0001-21 - GMG - GERADORES DO BRASIL LTDA Benefício Me/Epp: Não Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: RJ	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: GMG
Modelo/versão: GM
Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

31.122.324/0001-26 - GPTECH COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: AM	R$ 42.000,0000 (unitário) R$ 1.764.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Similar
Modelo/versão: Similar
Valor proposta: R$ 42.000,0000 (unitário) R$ 1.764.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
26.907.729/0001-30 - GREEN AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: AMZ.

Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador Diesel 15 kVA.

Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

46.538.607/0001-20 - J. F. ALVES DE MORAIS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.806,0000 (unitário) R$ 1.755.852,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Toyama

Modelo/versão: Toyama

Valor proposta: R$ 41.806,0000 (unitário) R$ 1.755.852,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

57.073.962/0001-98 - OR-TECH PROMOCAO DE VENDAS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Bronze Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: OR

Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador Diesel 15 kVA

Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

40.327.839/0001-53 - R. VASCONCELOS DE OLIVEIRA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total)	-

Marca/Fabricante: Grupo Motor-Gerador

Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador

Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

50.533.416/0001-43 - SANTOS COMERCIO E NEGOCIOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 37.500,0000 (unitário) R$ 1.575.000,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante: Gerador

Modelo/versão: Gerador

Valor proposta: R$ 42.206,3300 (unitário) R$ 1.772.665,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.412.830/0001-61 - SOUZA TEC COMERCIO E SERVICO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 300.000,0000 (unitário) R$ 12.600.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Grupo Motor-Gerador Modelo/versão: Grupo Motor-Gerador Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário) R$ 12.600.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		
11.762.811/0001-46 - VIA OLIVEIRA DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Ouro Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 38.800,0000 (unitário) R$ 1.629.600,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Kawashima Modelo/versão: DGR 13000-ST3 Valor proposta: R$ 41.906,3300 (unitário) R$ 1.760.065,8600 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		
21.548.780/0001-89 - VSS COMERCIO E SERVICO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Equidade de gênero: Nenhum Programa de integridade: Não UF endereço: ES	R$ 100.000,0000 (unitário) R$ 4.200.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: RPW Modelo/versão: RPW Valor proposta: R$ 100.000,0000 (unitário) R$ 4.200.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 42		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
26/08/2026 às 10:01:00	11.762.811/0001-46	R$ 40.000,0000
26/08/2026 às 10:02:05	50.533.416/0001-43	R$ 39.000,0000
26/08/2026 às 10:02:50	18.525.828/0001-29	R$ 38.990,0000
26/08/2026 às 10:03:51	50.533.416/0001-43	R$ 38.500,0000
26/08/2026 às 10:04:19	11.762.811/0001-46	R$ 38.800,0000
26/08/2026 às 10:04:24	39.532.571/0001-02	R$ 38.490,0000
26/08/2026 às 10:05:26	18.525.828/0001-29	R$ 38.450,0000
26/08/2026 às 10:05:26	27.985.750/0001-16	R$ 40.000,0000
26/08/2026 às 10:05:38	50.533.416/0001-43	R$ 38.250,0000
26/08/2026 às 10:06:08	18.525.828/0001-29	R$ 38.200,0000
26/08/2026 às 10:06:48	39.532.571/0001-02	R$ 38.000,0000
26/08/2026 às 10:07:30	18.525.828/0001-29	R$ 37.990,0000

Data/hora	Participante	Lance
26/08/2026 às 10:07:50	50.533.416/0001-43	R$ 37.500,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/08/2026 às 10:00:06	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/08/2026 às 10:10:07	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 50.533.416/0001-43	26/08/2026 às 10:59:28	Bom dia Sr licitante! Solicito, no prazo de 2 horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital. Conforme item 7.22.4 do edital.
Sistema para o participante 50.533.416/0001-43	26/08/2026 às 11:01:20	Sr. Fornecedor SANTOS COMERCIO E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 50.533.416/0001-43, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 13:05:00 do dia 26/08/2026. Justificativa: Bom dia Sr licitante! Solicito, no prazo de 2 horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital. Conforme item 7.22.4 do edital..
Sistema para o participante 50.533.416/0001-43	26/08/2026 às 13:05:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:05:00 de 26/08/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor SANTOS COMERCIO E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 50.533.416/0001-43.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:03:29	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: Boa tarde licitante! Poderia abaixar o valor para R$ 37.500,00.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:06:49	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 16:07:00 do dia 26/08/2026. Justificativa: Boa tarde Sr licitante! Solicito, no prazo de 2 horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital. Conforme item 7.22.4 do edital...
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:25:31	Boa tarde sr. pregoeiro
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:26:24	devido a instabilidade na internet, estamos verificando agora se podemos baixar para esse valor
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:28:14	podemos baixar sim
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 14:28:26	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29. A negociação do item 2 foi aceita pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, tendo informado R$ 37.500,0000.
Pelo participante 18.525.828/0001-29	26/08/2026 às 15:39:27	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:39:27 de 26/08/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 11:27:48	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 27/08/2026. Justificativa: Solicito ao Licitante apresentar declaração expressa de compromisso atestando que o grupo gerador ofertado possui capacidade técnica plena para suportar a demanda simultânea de até 03 (três) freezers, atendendo estritamente às condições e regimes de funcionamento estabelecidos no TR..
Pelo participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 11:29:56	estamos providenciando sr pregoeiro.
Pelo participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 13:03:03	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:03:03 de 27/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	27/08/2026 às 13:16:05	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/08/2026 13:26:05.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 13:22:11	Sr. Fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 15:23:00 do dia 27/08/2026. Justificativa: Solicito a remessa dos documentos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf, por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, conforme item 9.12.1 do edital..
Pelo participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 14:03:22	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:03:22 de 27/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA, CNPJ 18.525.828/0001-29.
Sistema para o participante 18.525.828/0001-29	27/08/2026 às 17:50:09	Boa tarde senhores licitantes! Em virtude do encerramento do expediente, os trabalhos serão suspensos no dia de hoje, com o sistema permanecendo aberto paara envio de anexos até as 18:00.. A sessãp reinicia´rá somente no dia 31 de agosto de 2026 (segunda-feira) às 10:00 horas, quando daremos prosseguimento a fase de habilitação.
Sistema	31/08/2026 às 10:27:21	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/08/2026 10:37:21.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	27/08/2026 13:26:05
Intenção de recurso na habilitação:	31/08/2026 10:37:21

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, CONCORDÂNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ [redacted] Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am, [redacted] por intermédio de seu representante legal o sr. [redacted] portador da carteira de identidade n° [redacted] e do [redacted]

1. Está ciente e concorda integralmente com todas as condições, exigências e disposições contidas no Edital e em seus respectivos anexos;

2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, pelas leis trabalhistas, pelas normas infralegais, pelas convenções coletivas de trabalho e pelos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega definitiva;

3. Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
4. Assume inteira responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações e declarações apresentadas no âmbito do certame.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Manaus, 26 de agosto de 2026

AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA:18525828000129 [redacted]

[redacted]

[redacted]

amzgeradores

amzgeradores.com.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no [redacted] Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am, [redacted] por intermédio de seu representante legal o s[redacted] portador da carteira de [redacted]

Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[redacted]

[redacted]

[redacted]

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no [redacted] Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am,[redacted] por intermédio de seu representante legal o sr[redacted]portador da carteira de [redacted] em atendimento ao disposto no edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2026, declara, sob as penas da lei, que: Não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Manaus, 26 de agosto de 2026

[redacted]

[redacted]

[redacted]

amzgeradores

amzgeradores.com.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no [redacted]
Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am, [redacted] por intermédio de seu representante legal o sr[redacted] portador da carteira de [redacted], em atendimento ao disposto no edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2026, declara, sob as penas da lei, que:

- Está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, destinada à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social;

- Declara ainda que, caso se aplique ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade e inclusão previstas na legislação vigente.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Manaus, 26 de agosto de 2026

[redacted]

[redacted]

amzgeradores
amzgeradores.com.br

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: [redacted] DUNS®: **90*****82**

Razão Social: **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**

Nome Fantasia: **AMZ**

Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **09/03/2027**

Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

MEI: **Não**

Porte da Empresa: **Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**

Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**15/02/2027**	**Automática**
FGTS	Validade:	**04/09/2026**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**21/02/2027**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**29/08/2026**
Receita Municipal	Validade:	**02/11/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2027**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

[redacted]

Ass: _____

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

[redacted]

Razão Social: **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**

Atividade Econômica Principal:

4665-6/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO COMERCIAL; PARTES E PEÇAS

Endereço:

[redacted]

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço https://comprasnet.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita n[redacted] Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am, [redacted] intermédio de seu representante legal o sr.[redacted] portador da carteira de [redacted] sob as penas da lei, que:

Atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório, estando ciente de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei**.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Manaus, 26 de agosto de 2026

[redacted]

[redacted]

amzgeradores
amzgeradores.com.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64321.014691/2026-26

Ao
COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

A **AMZ COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS LTDA**, inscrita n[redacted]
Endereço Rua Pe.Monteiro de Noronha, n° 50, bairro Flores, Manaus-Am, [redacted] por intermédio de seu representante legal o s[redacted] portador da carteira de [redacted]

- Está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, destinada à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social;

- Declara ainda que, caso se aplique ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade e inclusão previstas na legislação vigente

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Manaus, 26 de agosto de 2026

[redacted]

[redacted]

[redacted]

amzgeradores
amzgeradores.com.br

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

"W E L REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO LTDA"

[redacted] empresário, residente e domiciliado nesta cidade a Rua Pedro Collor nº 209 – Cidade Nova – Manaus/AM – CEP: 69095-277, portador da cédula de [redacted] inscrito no [redacted] neste ato representado por seu procurador Sr. [redacted] brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 26/07/1973, natural do município de Manaus/AM, portador da cédula de identidade n[redacted] residente e domiciliado à Av. Cel. Teixeira, 8197 – Apto. 702 – Torre 2 – N. Esperança – CEP: 69037-473 - Manaus/AM. E[redacted] natural do Rio de Janeiro/RJ, portador da cédula de identidade [redacted] sob nº 025.332.797-06, residente e domiciliado à Rua Francisco José Furtado nº 30 térreo - São Francisco - CEP: 69079-200 - Manaus/AM. Resolvem de comum acordo, constituir uma Sociedade Limitada mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME EMPRESARIAL: A Sociedade girará sob o Nome Empresarial de **W E L REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE: A sede da Sociedade é em Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Pedro Collor nº 209 – Cidade Nova - Manaus/AM - CEP: 69.095-277.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL: A Sociedade terá por objetivos sociais: 7490-1/04 atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; 4614-1/00 representantes comerciais e agentes do comercio de maquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves; 4615-0/00 representantes comerciais e agentes do comercio de eletrodomésticos, moveis e artigos de uso doméstico; 4616-8/00 representantes comerciais e agentes do comercio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem; 4612-5/00 representantes comerciais e agentes do comercio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos; 4611-7/00 representantes comerciais e agentes do comercio de matérias – primas agrícolas e animais vivos; 4618-4/02 representantes comerciais e agentes do comercio de instrumentos e materiais odonto – médico - hospitalares; 4618-4/03 representantes comerciais e agentes do comercio de jornais, revistas e outras publicações; 4618-4/99 outros representantes comercias e agentes do comercio especializado em produtos não especificados anteriormente (álbuns e equipamentos fotográficos; 4619-2/00 representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral não especializado; 4618-4/01 representantes comerciais e agentes do comercio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria; 4613-3/00 representantes comerciais e agentes do comercio de madeira, material de construção e ferragens; 8299-7/99 outras atividades de serviços prestados principalmente ás empresas não especificadas anteriormente (serviços fotográficos).

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado e iniciará suas atividades na data do arquivamento do contrato na Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), sendo integralizados em moeda corrente do país no ato do registro, divididos em 30.000 (trinta mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, distribuída da seguinte forma:

Nome	Quotas	Valor Capital	%
[redacted]	15.000	15.000,00	50
	15.000	15.000,00	50
	30.000	30.000,00	100

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada Sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO: A administração da empresa caberá aos sócios [redacted] neste ato representado por seu procurador Sr. [redacted] acima qualificado, e [redacted] com poderes de administrador com atribuições para gerir os negócios da empresa autorizado o uso do nome empresarial. É vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse da empresa ou assumir obrigações em favor de terceiros.

Parágrafo Único - A Empresa poderá ser administrada por terceiro, se for o caso, conforme determina o Artigo 1.060 da Lei 10.406/2002, mediante a aprovação do titular do capital social e, designado em ato separado.

CLÁUSULA OITAVA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO: Os Administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA – DA APURAÇÃO DO RESULTADO: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, levantar-se-á o inventário do ativo e do passivo e se procederá ao respectivo balanço consolidado do período, o qual será submetido à aprovação dos Sócios. Os lucros ou prejuízos eventualmente apurados serão distribuídos ou suportados pelos Sócios, proporcionalmente a sua produção do período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E ABERTURA DE FILIAIS: As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem a autorização de todos os sócios, cabendo-lhes, em igualdade de condições o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum sócio pretender ceder as que possuir. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETIRADA DO PRO LABORE: Os Sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada a título de pró-labore, pelos serviços que prestarem a sociedade, observados as disposições regulamentares pertinentes em lei, podendo ainda, regulamentar em normas internas, distribuição de lucros calculados proporcionalmente a produção de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os seus herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO: Fica eleito o foro desta comarca de Manaus/AM, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato

E por estar assim justo e contratado, assina o presente instrumento em 2 vias, na presença de duas testemunhas.

9º TN

9º TN

Manaus, 23 de Maio de 2013.

[redacted]

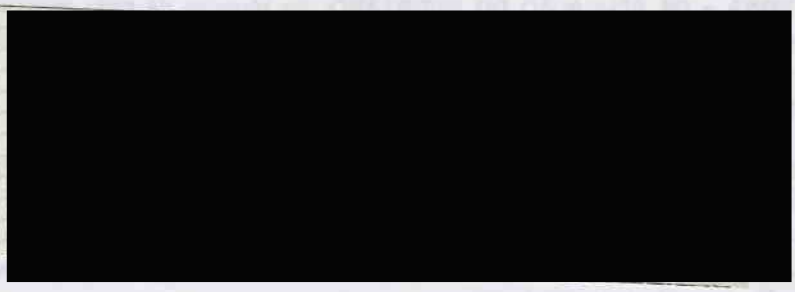
[redacted]

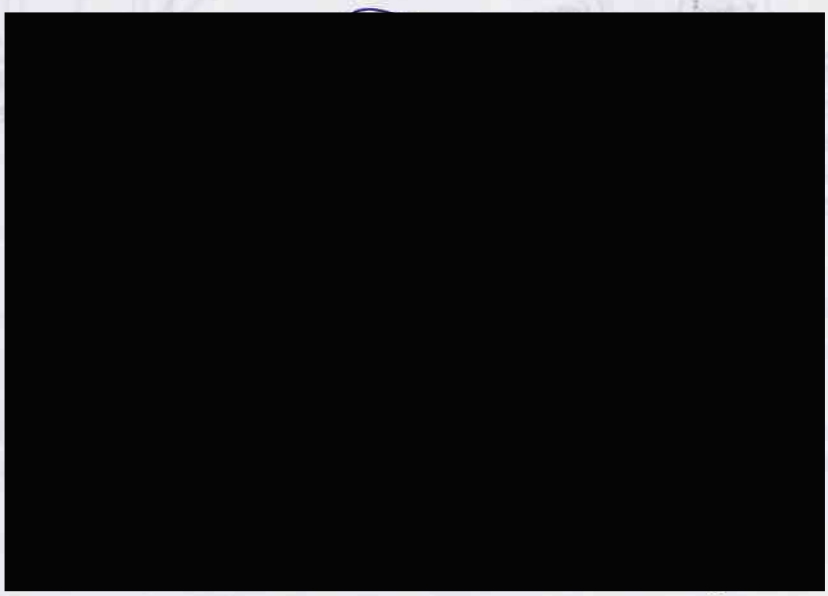
Testemunhas:

[redacted]

[redacted]

[redacted]





1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA:

W E L REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO LTDA

[redacted]

NIRE: 13200617479

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

(I) [redacted] brasileiro, empresário, solteiro, natural do município de Óbidos/PA, nascido em: 11/12/1973. Registrado sob o [redacted], residente e [redacted]/Am, neste ato representado por seu procurador [redacted] brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, nascido em 26/07/1973, natural do município de Manaus/AM, portador do [redacted] RG [redacted]

(II) [redacted]

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada: W E L REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO LTDA., [redacted] o nº 13200617479 em sessão de 19/07/2013, inscrita no [redacted] resolvem de comum acordo e na melhor forma alterar o seu Contrato Social, fazendo-o mediante as seguintes cláusulas e condições:

Clausula I. DA NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL:

A nova denominação da sociedade será: **AMAZÔNIA LOCAÇÃO, TRANSPORTE E TURISMO LTDA.**

Clausula II. DOS NOVOS OBJETIVOS SOCIAIS:

Os objetivos da sociedade serão:

a) 7721-7/00 – Aluguel de Equipamentos Recreativos e esportivos

[redacted]

b) 50.22-0/02 – Transporte por Navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional exceto travessia;

c) 50.21.1/02 – Transporte por Navegação Interior de Carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia;

d) 50.91-2/01 – Transporte por Navegação de travessia, municipal;

e) 50.99-8/01 - Transporte Aquaviário para passeios Turísticos;

f) 77.19-5/01– Locação de Embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;

g) 4618-4/99 – Outros Representantes comerciais e agentes do comercio especializado em Livros e material didático;

h) 7711-0/00 – Locação de Automóveis sem condutor

Clausula III. DA ADMISSÃO DE SÓCIO E SAÍDA DE SÓCIO:

Será admitido na sociedade o Sr. [redacted] portador do [redacted], nascido em 11/09/1995 na cidade de Manaus/AM, [redacted], detentor de 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R$ 1,00 (hum real) cada uma, representados pela quantia de R$ 15.000,00(quinze mil Reais), ou seja, 50% (cinqüenta por cento) das quotas do capital desta empresa cede e transfere para o novo sócio [redacted], acima qualificado.

O Sócio [redacted], que se retira da sociedade, declara-se ressarcido de suas quotas de capital social integralizados, de seus direitos e obrigações, nada mais tendo a reclamar no presente ou no futuro, dando plena, geral, irrevogável e irretratável quitação.

Clausula IV. DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E DA NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social é de R$ [redacted] valor nominal de R$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal no país, assim distribuído:

SÓCIOS QUOTISTAS:	QT. QUOTAS	VALOR R$	%
[redacted]	100.000	100.000,00	50%
[redacted]	100.000	100.000,00	50%
TOTAL	**200.000**	**200.000,00**	**100%**

P/P [redacted]

Clausula V. – DA RESPOSANBILIDADE DOS SÓCIOS:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações socais.

Clausula VI.– DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida em conjunto ou separadamente pelos sócios [redacted] que em conjunto ou separadamente ou ainda por procurador a ser nomeado, com poderes de administrador com atribuições para gerir os negócios da empresa autorizado o uso do nome empresarial. É vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse da empresa ou assumir obrigações em favor de terceiros.

Clausula VII. – DA DECLARAÇÃO DE EMPEDIMENTO:

Os administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Clausula VIII. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas no contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido alteradas por este instrumento.

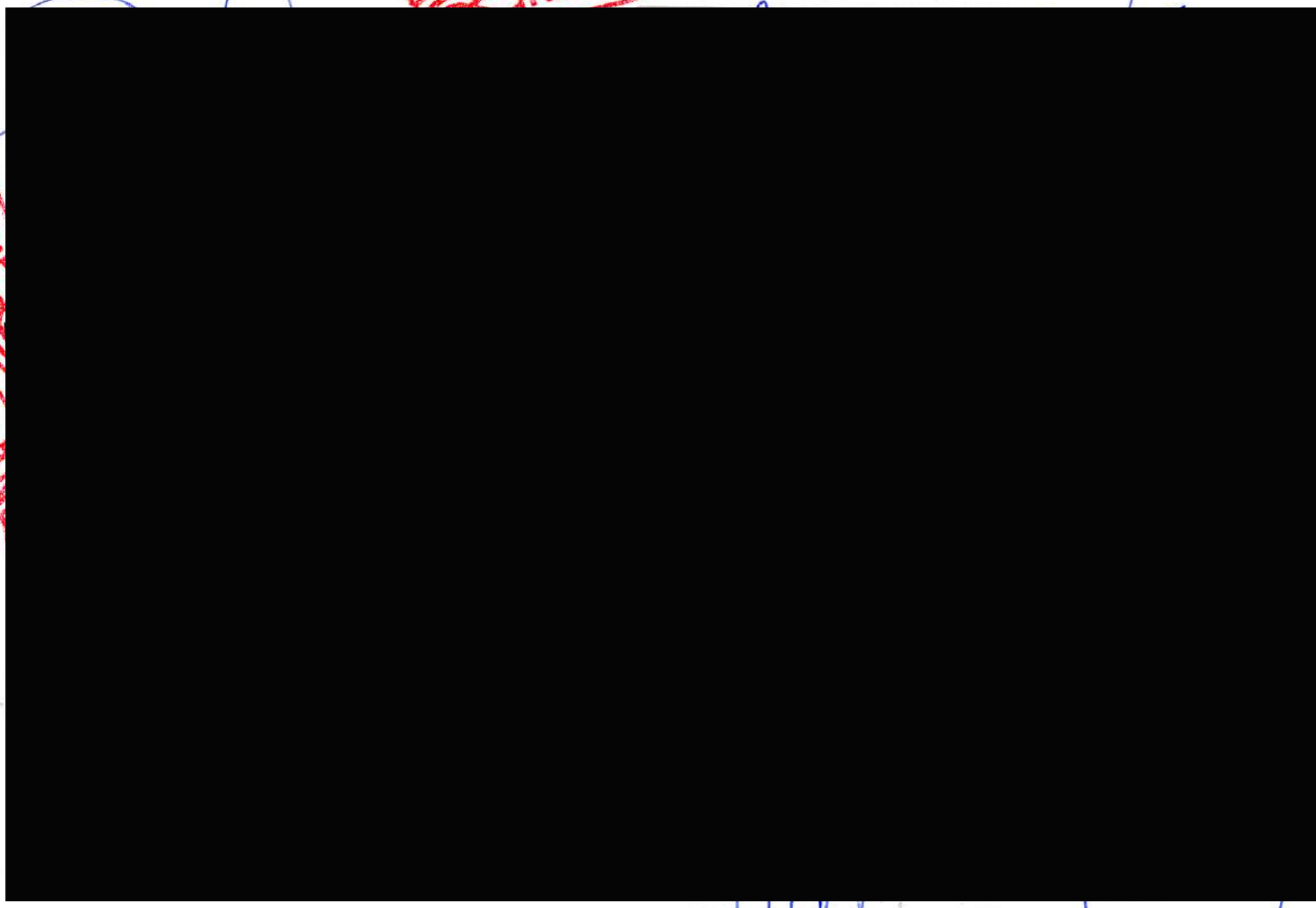
Clausula IX. – DO FORO

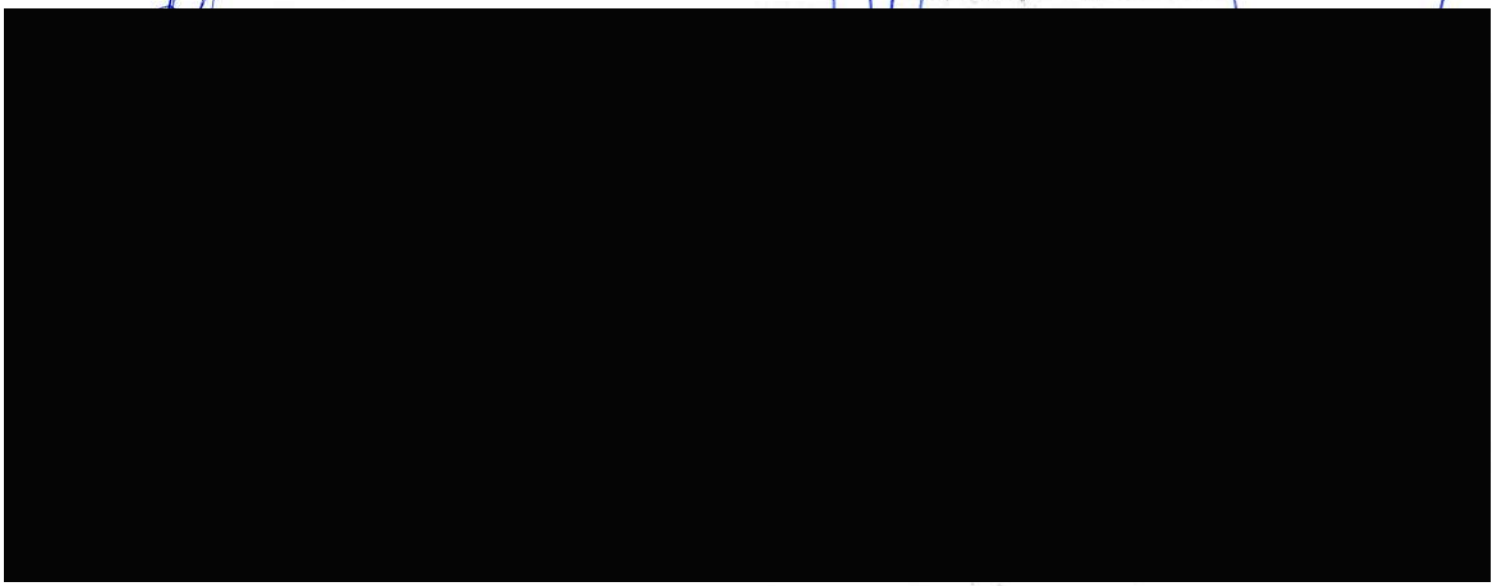
Fica eleito o Foro da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas para dirimir qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se cumprir o presente contrato, assinando-o, em três exemplares de igual teor, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas.

[redacted]

Manaus, 01 de Agosto de 2014.





Assinaturas pertencentes a primeira alteração contratual da sociedade empresaria: Amazônia Serviços de Transporte e Turismo Ltda.

2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
AMAZÔNIA LOCAÇÃO, TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual: [redacted]
11/12/1943. [redacted]

[redacted]

Únicos sócios da sociedade empresaria Limitada que gira nesta praça sob a denominação social de ***"AMAZÔNIA LOCAÇÃO, TRANSPORTE E TURISMO LTDA"***, [redacted]
Amazonas sob n.º 13200617479 em 19/07/2013, resolvem de comum acordo e na melhor forma alterar o seu contrato social, fazendo-o mediante as seguintes clausulas e condições.

Cláusula 1ª DA NOVA DENOMINAÇAO SOCIAL:
A nova denominação contratual será:
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Cláusula 2ª ABERTURA DE FILIAL:
[redacted]

Cláusula 2ª NOVO ENDEREÇO DA MATRIZ:
[redacted]

Cláusula 3ª DOS NOVOS OBJETIVOS SOCIAIS:
Os objetivos da sociedade serão:
4665-6/00 Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para uso comercial; partes e peças;
4618-4/99 Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializados produtos não especificados anteriormente;
3319-8/00 Manutenção e reparo de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
4923-0/02 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
5099-8/99 Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
7711-0/00 Locação de automóveis sem condutor;
7719-5/01 Locação de embarcações sem tripulação excerto para fins recreativos;
7721-7/00 Aluguel de Equipamentos recreativos e esportivos;
3329-5/99 Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
3012-1/00 Construção de embarcações para esporte e lazer;
3314-7/01 Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas;
3317-1/01 Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes;
3317-1/02 Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
3321-0/00 Instalação de maquinas e equipamentos industriais;
3313-9/01 Manutenção e reparo de geradores, transformadores e motores elétricos;
3313-9/99 Manutenção e reparo de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
4669-9/99 Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente: partes e peças;
4399-1/02 Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
4399-1/04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obra;
4614-1/00 Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
4329-1/02 Instalação de equipamentos para orientação a navegação marítima fluvial e lacustre;
4649-4/01 Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;

[redacted]

4662-1/00 Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção; partes e peças;
4663-0/00 Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para uso industrial; partes e peças;
4649-4/99 Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso e doméstico não especificado anteriormente;
4924-8/00 Transporte escolar;
4929-9/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiro, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional;
4929-9/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiro, sob regime de fretamento, municipal;
4930-2/01 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
4930-2/03 Transporte rodoviário de produtos perigosos;
4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
4391-6/00 Obras de fundações;
4511-1/03 Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utensílios novos e usados;
4541-2/02 Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
4541-2/03 Comércio varejo de motocicleta e motonetas novas;
4649-4/02 Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
4649-4/03 Comércio atacadista de bicicleta, triciclos e outros veículos recreativos;
4651-6/01 Comércio atacadista de equipamentos de informática;
4651-6/02 Comércio atacadista de suprimentos para informática;
4689-3/99 Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica;
4929-9/99 Outros transportes rodoviários não especificados anteriormente;
4530-7/01 Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
4647-8/01 Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
4512-9/01 Representante comercial e agente do comércio de veículos automotores;
4313-4/00 Obras de terraplenagem;
5011-4/01 Transporte marítimo de cabotagem – carga;
5011-4/02 Transporte marítimo de cabotagem – passageiro;
5021-1/01 Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
5021-1/02 Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia;
5022-0/01 Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal exceta travessia;
5022-0/02 Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia;
5030-1/01 Navegação de apoio marítimo;
5030-1/02 Navegação de apoio portuário;
5091-2/01 Transporte por navegação de travessia, municipal;
5091-2/02 Transporte por navegação de travessia, intermunicipal;
5099-8/01 Transporte aquaviário para passeios turísticos;
5112-9/01 Serviços de taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação;
5212-5/00 Cargas e descargas;
5239-7/00 Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificados anteriormente;
5229-0/99 Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente;
5250-8/02 Atividade de despachantes aduaneiros;
5320-2/02 Serviço de entrega rápida;
5590-6/99 Outros alojamentos não especificados anteriormente;
6810-2/02 Aluguel de imóveis próprios;
6822-6/00 Gestão e administração da propriedade imobiliária;
7731-4/00 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
7732-2/02 Aluguel de andaimes;
7729-2/02 Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
7739-0/03 Aluguel de pacos, coberturas e outras estruturas de uso temporário excerto andaimes;
7733-1/00 Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios;
7820-5/00 Locação de mão de obra temporária;
7739-0/99 Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
7420-0/01 Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
7420-0/02 Atividades de produção de fotografias, aérea e submarina;
7490-1/04 Atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário;
7490-1/05 Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;

7719-5/99 Locação de outros meios de transportes não especificados anteriormente, sem condutor.
7911-2/00 Agências de viagens;
7912-1/00 Operadores turísticos;
7990-2/00 Serviço de reserva e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
8230-0/01 Serviços de organização de feiras, congressos exposições e festas;
8230-0/02 Casas de festas e eventos;
9319-1/99 Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
9329-8/99 Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;
0161-0/99 Atividades de apoio à agricultura não especificada anteriormente;

Cláusula 4ª DA NOVA DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL:
O capital Social é de 200.000,00 (Duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil), quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal no País, assim distribuído:

WALDOLINO PINTO D`AQUINO	**1.000**	**1%**	**R$ 1.000,00**
BRUCE VICTOR BARROS PINTO	**199.000**	**99%**	**R$ 199.000,00**
TOTAL	**2000.000**	**100%**	**R$ 200.000,00**

Cláusula 5ª DA REPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Cláusula 6ª DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE
A administração da sociedade será exercida em conjunto ou separadamente pelos sócios **WALDOLINO PINTO D`AQUINO e BRUCE VICTOR BARROS PINTO**, ou ainda por procurador a ser devidamente nomeado, com poderes de administrador com atribuições para gerir os negócios da empresa autorizado o uso do nome empresarial. É vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos da empresa ou assumir obrigações em favor de terceiros.

Cláusula 7ª DA DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO
Os Administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se tratarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso à carga publica; ou por crime contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da livre concorrência, crime falimentar, crime contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula 8ª DAS DISPOSICÕES GERAIS
Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições que não foram expressamente alterados por este instrumento particular.

Cláusula 9ª DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Manaus, estado do Amazonas para dirimir qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença de duas testemunhas.

[redacted]

[redacted]

[redacted]

3º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

[redacted]

- Alteração de Endereço;
- Alteração do Objetivo Social;
- Consolidação.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

[redacted]

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Alteração do objetivo Social
A sociedade passa a ter por objetivo social as atividades de:

1. **CNAE** 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;
2. **CNAE** 0161-0/99 – Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
3. **CNAE** 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
4. **CNAE** 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
5. **CNAE** 3314-7/01 – Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas;
6. **CNAE** 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
7. **CNAE** 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
8. **CNAE** 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
9. **CNAE** 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
10. **CNAE** 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
11. **CNAE** 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
12. **CNAE** 4329-1/02 – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
13. **CNAE** 4391-6/00 – Obras de fundações;
14. **CNAE** 4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
15. **CNAE** 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
16. **CNAE** 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
17. **CNAE** 4512-9/01 – Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores;
18. **CNAE** 4520-0/01 – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
19. **CNAE** 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
20. **CNAE** 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

21. **CNAE** 4541-2/03 – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas;
22. **CNAE** 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
23. **CNAE** 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
24. **CNAE** 4647-8/01 – Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
25. **CNAE** 4649-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
26. **CNAE** 4649-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
27. **CNAE** 4649-4/03 – Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos;
28. **CNAE** 4649-4/99 – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
29. **CNAE** 4651-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
30. **CNAE** 4651-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
31. **CNAE** 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
32. **CNAE** 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
33. **CNAE** 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
34. **CNAE** 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
35. **CNAE** 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
36. **CNAE** 4924-8/00 – Transporte escolar;
37. **CNAE** 4929-9/01 – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
38. **CNAE** 4930-2/01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
39. **CNAE** 4930-2/02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
40. **CNAE** 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
41. **CNAE** 5011-4/02 – Transporte marítimo de cabotagem – passageiros;
42. **CNAE** 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
43. **CNAE** 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
44. **CNAE** 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
45. **CNAE** 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
46. **CNAE** 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
47. **CNAE** 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
48. **CNAE** 5212-5/00 – Carga e descarga;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

**CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA**

**Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
Informando seus respectivos códigos de verificação**

49. **CNAE** 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
50. **CNAE** 5250-8/02 – Atividades de despachantes aduaneiros;
51. **CNAE** 5320-2/02 – Serviços de entrega rápida;
52. **CNAE** 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
53. **CNAE** 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios;
54. **CNAE** 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
55. **CNAE** 7420-0/01 – Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
56. **CNAE** 7420-0/02 – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas;
57. **CNAE** 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
58. **CNAE** 7490-1/05 – Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
59. **CNAE** 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
60. **CNAE** 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
61. **CNAE** 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
62. **CNAE** 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
63. **CNAE** 7729-2/02 – Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
64. **CNAE** 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
65. **CNAE** 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
66. **CNAE** 7732-2/02 – Aluguel de andaimes;
67. **CNAE** 7733-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
68. **CNAE** 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
69. **CNAE** 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
70. **CNAE** 7820-5/00 – Locação de mão-de-obra temporária;
71. **CNAE** 7911-2/00 – Agências de viagens;
72. **CNAE** 7912-1/00 – Operadores turísticos;
73. **CNAE** 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
74. **CNAE** 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
75. **CNAE** 8230-0/02 – Casas de festas e eventos;
76. **CNAE** 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
77. **CNAE** 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

**CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA**

**Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
Informando seus respectivos códigos de verificação**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em razão das alterações havidas e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar e adequar às demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

[redacted]

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Nome Empresarial e Sede

[redacted]

Parágrafo Único – A sociedade poderá instalar e extinguir filiais, agências e escritórios em outras dependências em qualquer ponto do Território Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Objetos Sociais
A sociedade tem por objetivo social as atividades de:

1. **CNAE** 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;
2. **CNAE** 0161-0/99 – Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
3. **CNAE** 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
4. **CNAE** 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
5. **CNAE** 3314-7/01 – Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas;
6. **CNAE** 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
7. **CNAE** 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
8. **CNAE** 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
9. **CNAE** 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

10. **CNAE** 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
11. **CNAE** 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
12. **CNAE** 4329-1/02 – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
13. **CNAE** 4391-6/00 – Obras de fundações;
14. **CNAE** 4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
15. **CNAE** 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
16. **CNAE** 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
17. **CNAE** 4512-9/01 – Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores;
18. **CNAE** 4520-0/01 – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
19. **CNAE** 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
20. **CNAE** 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
21. **CNAE** 4541-2/03 – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas;
22. **CNAE** 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
23. **CNAE** 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
24. **CNAE** 4647-8/01 – Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
25. **CNAE** 4649-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
26. **CNAE** 4649-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
27. **CNAE** 4649-4/03 – Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos;
28. **CNAE** 4649-4/99 – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
29. **CNAE** 4651-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
30. **CNAE** 4651-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
31. **CNAE** 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
32. **CNAE** 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
33. **CNAE** 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
34. **CNAE** 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

**CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA**

**Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação**

35. **CNAE** 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
36. **CNAE** 4924-8/00 – Transporte escolar;
37. **CNAE** 4929-9/01 – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
38. **CNAE** 4930-2/01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
39. **CNAE** 4930-2/02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
40. **CNAE** 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
41. **CNAE** 5011-4/02 – Transporte marítimo de cabotagem – passageiros;
42. **CNAE** 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
43. **CNAE** 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
44. **CNAE** 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
45. **CNAE** 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
46. **CNAE** 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
47. **CNAE** 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
48. **CNAE** 5212-5/00 – Carga e descarga;
49. **CNAE** 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
50. **CNAE** 5250-8/02 – Atividades de despachantes aduaneiros;
51. **CNAE** 5320-2/02 – Serviços de entrega rápida;
52. **CNAE** 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
53. **CNAE** 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios;
54. **CNAE** 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
55. **CNAE** 7420-0/01 – Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
56. **CNAE** 7420-0/02 – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas;
57. **CNAE** 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
58. **CNAE** 7490-1/05 – Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
59. **CNAE** 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
60. **CNAE** 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
61. **CNAE** 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
62. **CNAE** 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
63. **CNAE** 7729-2/02 – Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
64. **CNAE** 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
65. **CNAE** 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

66. **CNAE** 7732-2/02 – Aluguel de andaimes;
67. **CNAE** 7733-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
68. **CNAE** 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
69. **CNAE** 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
70. **CNAE** 7820-5/00 – Locação de mão-de-obra temporária;
71. **CNAE** 7911-2/00 – Agências de viagens;
72. **CNAE** 7912-1/00 – Operadores turísticos;
73. **CNAE** 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
74. **CNAE** 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
75. **CNAE** 8230-0/02 – Casas de festas e eventos;
76. **CNAE** 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
77. **CNAE** 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Capital Social, Sua Divisão Entre os Sócios e Forma de Integralização.

O Capital Social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada quota, sendo totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente no País, da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
Waldolino Pinto de Aquino	1.000	R$ 1.000,00
Bruce Victor Barros Pinto	199.000	R$ 199.000,00
Totais	**200.000**	**R$ 200.000,00**

Parágrafo Primeiro – Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2003), a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título.

Parágrafo Terceiro - Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. (Art. 997, VII do código civil brasileiro).

CLÁUSULA QUARTA – Da Administração da Sociedade

A Administração e a Direção da Sociedade serão exercidas em conjunto ou separadamente pelos sócios Sr. **Bruce Victor Barros Pinto** e **Waldolino Pinto de Aquino**, já qualificados,

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

que poderão delegar a uma ou mais pessoas, no todo ou em parte, as funções de administrador. Poderão, também, nomear procuradores, para que, no limite de seu mandato, exerçam esta função gerencial da sociedade.

Parágrafo Primeiro – Os Sócios responderão pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticarem com a violação flagrante da lei ou do presente contrato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de cambio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura de um dos sócios-administradores ou daqueles que estes nomearem para tal função.

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigara perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão das assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

CLÁUSULA QUINTA – Da Cessão e Transferência de Quotas

Os sócios não poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas sociais a terceiros, senão com expressa anuência do outro, que em igualdade de condições, terá direito de preferência na aquisição.

CLÁUSULA SEXTA – Da Duração da Sociedade

A Sociedade iniciou suas atividades em 19/07/2013 e tem prazo indeterminado de duração. A sociedade não se dissolve em caso de morte de qualquer dos sócios. Que em caso de óbito, o sócio remanescente deve pelo prazo de sessenta dias, chamar herdeiros para saber se estes desejam nomear procurador para acompanhar os atos do sócio remanescente.

CLÁUSULA SETIMA – Do Exercício e da Distribuição dos Resultados

A 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanço geral e apuração dos resultados do exercício social, e cujo lucro (ou prejuízo) será distribuído (ou suportado) pelos sócios

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

quotistas, na proporção da participação de cada um no capital social. Poderão, entretanto, optar pela sua capitalização.

CLÁUSULA OITAVA – Da Retirada dos Sócios
Havendo interesse de quaisquer sócios de se retirar da sociedade, esta deverá ser manifestada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, aos demais sócios cabendo de direito à preferência na aquisição das quotas a serem alienadas, aos sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro – Se a retirada se der por morte ou interdição de sócios, os demais herdeiros ou sucessores poderão apresentar um representante para continuar nos negócios sociais, mais cujo ingresso no quadro social dependerá de livre aceitação por parte dos sócios remanescentes com conseqüente procedimento dos trâmites legais.

Parágrafo Segundo – Caso não seja usada (ou aceita), a prerrogativa constante do parágrafo anterior, os haveres do sócio retirante ou morto, ou interditado, serão apurados em balanço especial que será levantado dentro de 30 (trinta) dias contados do evento, e sua liquidação dar-se-á em prestações mensais dentro do prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro – As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas aos sócios, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, para que possam exercer ou não o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada à igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros estranhos à Sociedade.

Parágrafo Quarto – A notificação deverá estar acompanhada de eventual proposta de terceiros, com clara indicação do preço e condições. Para serem consideradas, as propostas devem prever a alienação da totalidade das quotas do(s) sócio(s) e o pagamento do preço exclusivamente em reais.

CLÁUSULA NONA – Da Remuneração "Pró-Labore"
Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", pelo exercício da gerência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Extinção da Sociedade
Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as leis referentes à Sociedade Limitada preverem, ou quando as partes assim decidirem.

Parágrafo Único - Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, os sócios se comprometem neste último caso a arquivar o destrato social na JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Casos Omissos
Os casos omissos neste contrato terão resolvidos com observância dos preceitos (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis do Código Civil.

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440.
PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703153339. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

[redacted]

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Individualidade Das Quotas e Transferências
As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade, cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum dos quotistas pretenderem ceder as que possuem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Desimpedimento dos Sócios
Os sócios, já qualificados, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no Art.. 1.011 parágrafo 1°, do Código Civil (lei n° 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro
Os sócios elegem o Foro desta Comarca para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o e destinando-o ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas, para que produza os efeitos legais.

Manaus, 07 de agosto de 2017.

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/08/2017 09:24 SOB Nº 20170258440. PROTOCOLO: 170258440 DE 11/08/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703153339. NIRE: 13200617479. AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 16/08/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

4º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

[redacted]

- Alteração de Endereço do Sócio;
- Alteração de Endereço;
- Alteração do Objetivo Social;
- Consolidação.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

[redacted]

[redacted]

[redacted]

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Alteração do objetivo Social
A sociedade passa a ter por objetivo social as atividades de:

Atividade Principal:

1. **CNAE** 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. **CNAE** 0161-0/99 – Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
3. **CNAE** 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
4. **CNAE** 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
5. **CNAE** 3314-7/01 – Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas;
6. **CNAE** 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
7. **CNAE** 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
8. **CNAE** 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
9. **CNAE** 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
10. **CNAE** 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
11. **CNAE** 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
12. **CNAE** 4329-1/02 – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
13. **CNAE** 4391-6/00 – Obras de fundações;
14. **CNAE** 4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
15. **CNAE** 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

**CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**

**Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
informando seus respectivos códigos de verificação**

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

16. **CNAE** 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
17. **CNAE** 4512-9/01 – Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores;
18. **CNAE** 4520-0/01 – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
19. **CNAE** 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
20. **CNAE** 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
21. **CNAE** 4541-2/03 – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas;
22. **CNAE** 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
23. **CNAE** 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
24. **CNAE** 4647-8/01 – Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
25. **CNAE** 4649-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
26. **CNAE** 4649-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
27. **CNAE** 4649-4/03 – Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos;
28. **CNAE** 4649-4/99 – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
29. **CNAE** 4651-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
30. **CNAE** 4651-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
31. **CNAE** 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
32. **CNAE** 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
33. **CNAE** 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
34. **CNAE** 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
35. **CNAE** 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
36. **CNAE** 4924-8/00 – Transporte escolar;
37. **CNAE** 4929-9/01 – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
38. **CNAE** 4930-2/01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
39. **CNAE** 4930-2/02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
40. **CNAE** 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
41. **CNAE** 5011-4/02 – Transporte marítimo de cabotagem – passageiros;
42. **CNAE** 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

JUCEA

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

43. **CNAE** 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
44. **CNAE** 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
45. **CNAE** 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
46. **CNAE** 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
47. **CNAE** 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
48. **CNAE** 5212-5/00 – Carga e descarga;
49. **CNAE** 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
50. **CNAE** 5250-8/02 – Atividades de despachantes aduaneiros;
51. **CNAE** 5320-2/02 – Serviços de entrega rápida;
52. **CNAE** 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
53. **CNAE** 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios;
54. **CNAE** 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
55. **CNAE** 7420-0/01 – Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
56. **CNAE** 7420-0/02 – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas;
57. **CNAE** 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
58. **CNAE** 7490-1/05 – Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
59. **CNAE** 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
60. **CNAE** 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
61. **CNAE** 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
62. **CNAE** 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
63. **CNAE** 7729-2/02 – Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
64. **CNAE** 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
65. **CNAE** 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
66. **CNAE** 7732-2/02 – Aluguel de andaimes;
67. **CNAE** 7733-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
68. **CNAE** 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
69. **CNAE** 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
70. **CNAE** 7820-5/00 – Locação de mão-de-obra temporária;
71. **CNAE** 7911-2/00 – Agências de viagens;
72. **CNAE** 7912-1/00 – Operadores turísticos;
73. **CNAE** 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
74. **CNAE** 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
75. **CNAE** 8230-0/02 – Casas de festas e eventos;
76. **CNAE** 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
77. **CNAE** 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572. PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

78. **CNAE** 7112-0/00 – Serviços de Engenharia;
79. **CNAE** 7120-1/00 – Testes e análises técnicas

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em razão das alterações havidas e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar e adequar às demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

[redacted]

[redacted]

Parágrafo Único – A sociedade poderá instalar e extinguir filiais, agências e escritórios em outras dependências em qualquer ponto do Território Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Objetos Sociais
A sociedade tem por objetivo social as atividades de:

Atividade Principal:

1. **CNAE** 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. **CNAE** 0161-0/99 – Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
3. **CNAE** 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
4. **CNAE** 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
Informando seus respectivos códigos de verificação

5. **CNAE** 3314-7/01 – Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas;
6. **CNAE** 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
7. **CNAE** 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
8. **CNAE** 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
9. **CNAE** 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
10. **CNAE** 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
11. **CNAE** 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
12. **CNAE** 4329-1/02 – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
13. **CNAE** 4391-6/00 – Obras de fundações;
14. **CNAE** 4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
15. **CNAE** 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
16. **CNAE** 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
17. **CNAE** 4512-9/01 – Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores;
18. **CNAE** 4520-0/01 – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
19. **CNAE** 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
20. **CNAE** 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
21. **CNAE** 4541-2/03 – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas;
22. **CNAE** 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
23. **CNAE** 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
24. **CNAE** 4647-8/01 – Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
25. **CNAE** 4649-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
26. **CNAE** 4649-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
27. **CNAE** 4649-4/03 – Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos;
28. **CNAE** 4649-4/99 – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
29. **CNAE** 4651-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
30. **CNAE** 4651-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
31. **CNAE** 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
32. **CNAE** 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
33. **CNAE** 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

**CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**

**Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação**

34. **CNAE** 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
35. **CNAE** 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
36. **CNAE** 4924-8/00 – Transporte escolar;
37. **CNAE** 4929-9/01 – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
38. **CNAE** 4930-2/01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
39. **CNAE** 4930-2/02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
40. **CNAE** 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
41. **CNAE** 5011-4/02 – Transporte marítimo de cabotagem – passageiros;
42. **CNAE** 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
43. **CNAE** 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
44. **CNAE** 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
45. **CNAE** 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
46. **CNAE** 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
47. **CNAE** 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
48. **CNAE** 5212-5/00 – Carga e descarga;
49. **CNAE** 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
50. **CNAE** 5250-8/02 – Atividades de despachantes aduaneiros;
51. **CNAE** 5320-2/02 – Serviços de entrega rápida;
52. **CNAE** 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
53. **CNAE** 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios;
54. **CNAE** 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
55. **CNAE** 7420-0/01 – Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
56. **CNAE** 7420-0/02 – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas;
57. **CNAE** 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
58. **CNAE** 7490-1/05 – Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
59. **CNAE** 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
60. **CNAE** 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
61. **CNAE** 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
62. **CNAE** 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
63. **CNAE** 7729-2/02 – Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
64. **CNAE** 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
65. **CNAE** 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
66. **CNAE** 7732-2/02 – Aluguel de andaimes;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

67. **CNAE** 7733-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
68. **CNAE** 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
69. **CNAE** 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
70. **CNAE** 7820-5/00 – Locação de mão-de-obra temporária;
71. **CNAE** 7911-2/00 – Agências de viagens;
72. **CNAE** 7912-1/00 – Operadores turísticos;
73. **CNAE** 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
74. **CNAE** 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
75. **CNAE** 8230-0/02 – Casas de festas e eventos;
76. **CNAE** 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
77. **CNAE** 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;
78. **CNAE** 7112-0/00 – Serviços de Engenharia;
79. **CNAE** 7120-1/00 – Testes e análises técnicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Capital Social, Sua Divisão Entre os Sócios e Forma de Integralização.

O Capital Social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada quota, sendo totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente no País, da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
Waldolino Pinto de Aquino	1.000	R$ 1.000,00
Bruce Victor Barros Pinto	199.000	R$ 199.000,00
Totais	**200.000**	**R$ 200.000,00**

Parágrafo Primeiro – Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2003), a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título.

Parágrafo Terceiro - Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. (Art. 997, VII do código civil brasileiro).

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Parágrafo Primeiro – Os Sócios responderão pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticarem com a violação flagrante da lei ou do presente contrato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de cambio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura de um dos sócios-administradores ou daqueles que estes nomearem para tal função.

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigara perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão das assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

CLÁUSULA QUINTA – Da Cessão e Transferência de Quotas

Os sócios não poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas sociais a terceiros, senão com expressa anuência do outro, que em igualdade de condições, terá direito de preferência na aquisição.

CLÁUSULA SEXTA – Da Duração da Sociedade

A Sociedade iniciou suas atividades em 19/07/2013 e tem prazo indeterminado de duração. A sociedade não se dissolve em caso de morte de qualquer dos sócios. Que em caso de óbito, o sócio remanescente deve pelo prazo de sessenta dias, chamar herdeiros para saber se estes desejam nomear procurador para acompanhar os atos do sócio remanescente.

CLÁUSULA SETIMA – Do Exercício e da Distribuição dos Resultados

A 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanço geral e apuração dos resultados do exercício social, e cujo lucro (ou prejuízo) será distribuído (ou suportado) pelos sócios quotistas, na proporção da participação de cada um no capital social. Poderão, entretanto, optar pela sua capitalização.

[redacted]

CLÁUSULA OITAVA – Da Retirada dos Sócios

Havendo interesse de quaisquer sócios de se retirar da sociedade, esta deverá ser manifestada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, aos demais sócios cabendo de direito à preferência na aquisição das quotas a serem alienadas, aos sócios remanescentes.

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Parágrafo Primeiro – Se a retirada se der por morte ou interdição de sócios, os demais herdeiros ou sucessores poderão apresentar um representante para continuar nos negócios sociais, mais cujo ingresso no quadro social dependerá de livre aceitação por parte dos sócios remanescentes com conseqüente procedimento dos trâmites legais.

Parágrafo Segundo – Caso não seja usada (ou aceita), a prerrogativa constante do parágrafo anterior, os haveres do sócio retirante ou morto, ou interditado, serão apurados em balanço especial que será levantado dentro de 30 (trinta) dias contados do evento, e sua liquidação dar-se-á em prestações mensais dentro do prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro – As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas aos sócios, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, para que possam exercer ou não o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada à igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros estranhos à Sociedade.

Parágrafo Quarto – A notificação deverá estar acompanhada de eventual proposta de terceiros, com clara indicação do preço e condições. Para serem consideradas, as propostas devem prever a alienação da totalidade das quotas do(s) sócio(s) e o pagamento do preço exclusivamente em reais.

CLÁUSULA NONA – Da Remuneração "Pró-Labore"
Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", pelo exercício da gerência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Extinção da Sociedade
Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as leis referentes à Sociedade Limitada preverem, ou quando as partes assim decidirem.

Parágrafo Único - Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, os sócios se comprometem neste último caso a arquivar o destrato social na JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Casos Omissos
Os casos omissos neste contrato terão resolvidos com observância dos preceitos (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Individualidade Das Quotas e Transferências
As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade, cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum dos quotistas pretenderem ceder as que possuem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Desimpedimento dos Sócios
Os sócios, já qualificados, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no Art.. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (lei nº 10.406/2002).

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro

Os sócios elegem o Foro desta Comarca para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o e destinando-o ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas, para que produza os efeitos legais.

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/03/2018 13:25 SOB Nº 20180065572.
PROTOCOLO: 180065572 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11800746673. NIRE: 13200617479.
AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 05/03/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

JUCEA - JUCEA
JUCEA - SEDE
19/006.190-1

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200617479	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

24 JAN 2019

30 JAN 2019

Nº FCN/REMP

AM2201800001465

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

AUTAZES
Local

17 Dezembro 2018
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: [redacted]
Assinatura: [redacted]
Telefone de C[redacted]

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

5º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

[redacted]

- Alteração do Objeto Social;
- Consolidação.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

[redacted]

CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração do Objeto Social
A sociedade passa a ter por objetivo social as atividades de:

[redacted]

Atividade Principal:

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

1. **CNAE 4665-6/00** – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. **CNAE 0161-0/99** – Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
3. **CNAE 3313-9/01** – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
4. **CNAE 3313-9/99** – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
5. **CNAE 3314-7/01** – Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas;
6. **CNAE 3317-1/02** – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
7. **CNAE 3319-8/00** – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
8. **CNAE 3321-0/00** – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
9. **CNAE 3329-5/99** – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
10. **CNAE 4313-4/00** – Obras de terraplenagem;
11. **CNAE 4321-5/00** – Instalação e manutenção elétrica;
12. **CNAE 4329-1/02** – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
13. **CNAE 4391-6/00** – Obras de fundações;
14. **CNAE 4399-1/02** – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
15. **CNAE 4399-1/04** – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
16. **CNAE 4511-1/03** – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
17. **CNAE 4512-9/01** – Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores;
18. **CNAE 4520-0/01** – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
19. **CNAE 4530-7/01** – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
20. **CNAE 4541-2/02** – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
21. **CNAE 4541-2/03** – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas;
22. **CNAE 4614-1/00** – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
23. **CNAE 4618-4/99** – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
24. **CNAE 4647-8/01** – Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
25. **CNAE 4649-4/01** – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
26. **CNAE 4649-4/02** – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
27. **CNAE 4649-4/03** – Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos;
28. **CNAE 4649-4/99** – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
29. **CNAE 4651-6/01** – Comércio atacadista de equipamentos de informática;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

30. **CNAE 4651-6/02** – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
31. **CNAE 4662-1/00** – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
32. **CNAE 4663-0/00** – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
33. **CNAE 4669-9/99** – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
34. **CNAE 4689-3/99** – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
35. **CNAE 4923-0/02** – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
36. **CNAE 4924-8/00** – Transporte escolar;
37. **CNAE 4929-9/01** – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
38. **CNAE 4930-2/01** – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
39. **CNAE 4930-2/02** – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
40. **CNAE 5011-4/01** – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
41. **CNAE 5021-1/01** – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
42. **CNAE 5022-0/01** – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
43. **CNAE 5030-1/01** – Navegação de apoio marítimo;
44. **CNAE 5030-1/02** – Navegação de apoio portuário;
45. **CNAE 5099-8/01** – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
46. **CNAE 5099-8/99** – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
47. **CNAE 5212-5/00** – Carga e descarga;
48. **CNAE 5229-0/99** – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
49. **CNAE 5320-2/02** – Serviços de entrega rápida;
50. **CNAE 5590-6/99** – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
51. **CNAE 6822-6/00** – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
52. **CNAE 7420-0/01** – Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
53. **CNAE 7420-0/02** – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas;
54. **CNAE 7490-1/04** – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
55. **CNAE 7490-1/05** – Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
56. **CNAE 7711-0/00** – Locação de automóveis sem condutor;
57. **CNAE 7719-5/01** – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
58. **CNAE 7719-5/99** – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
59. **CNAE 7721-7/00** – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
60. **CNAE 7729-2/02** – Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
61. **CNAE 7731-4/00** – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
62. **CNAE 7732-2/01** – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

63. **CNAE 7732-2/02** – Aluguel de andaimes;
64. **CNAE 7733-1/00** – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
65. **CNAE 7739-0/03** – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
66. **CNAE 7739-0/99** – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
67. **CNAE 7911-2/00** – Agências de viagens;
68. **CNAE 7912-1/00** – Operadores turísticos;
69. **CNAE 7990-2/00** – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
70. **CNAE 8230-0/01** – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
71. **CNAE 8230-0/02** – Casas de festas e eventos;
72. **CNAE 9319-1/99** – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
73. **CNAE 9329-8/99** – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;
74. **CNAE 7112-0/00** – Serviços de Engenharia;
75. **CNAE 7120-1/00** – Testes e análises técnicas.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em razão das alterações havidas e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar e adequar às demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

[redacted]

[redacted]

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Objetos Sociais

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

A sociedade tem por objetivo social as atividades de:

Atividade Principal:

1. **CNAE 4665-6/00** – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. **CNAE 0161-0/99** – Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente;
3. **CNAE 3313-9/01** – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
4. **CNAE 3313-9/99** – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
5. **CNAE 3314-7/01** – Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas;
6. **CNAE 3317-1/02** – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
7. **CNAE 3319-8/00** – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
8. **CNAE 3321-0/00** – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
9. **CNAE 3329-5/99** – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
10. **CNAE 4313-4/00** – Obras de terraplenagem;
11. **CNAE 4321-5/00** – Instalação e manutenção elétrica;
12. **CNAE 4329-1/02** – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
13. **CNAE 4391-6/00** – Obras de fundações;
14. **CNAE 4399-1/02** – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
15. **CNAE 4399-1/04** – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
16. **CNAE 4511-1/03** – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
17. **CNAE 4512-9/01** – Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores;
18. **CNAE 4520-0/01** – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
19. **CNAE 4530-7/01** – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
20. **CNAE 4541-2/02** – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
21. **CNAE 4541-2/03** – Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas;
22. **CNAE 4614-1/00** – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
23. **CNAE 4618-4/99** – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
24. **CNAE 4647-8/01** – Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
25. **CNAE 4649-4/01** – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
26. **CNAE 4649-4/02** – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico;
27. **CNAE 4649-4/03** – Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos;

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

28. **CNAE 4649-4/99** – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
29. **CNAE 4651-6/01** – Comércio atacadista de equipamentos de informática;
30. **CNAE 4651-6/02** – Comércio atacadista de suprimentos para informática;
31. **CNAE 4662-1/00** – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
32. **CNAE 4663-0/00** – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
33. **CNAE 4669-9/99** – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
34. **CNAE 4689-3/99** – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
35. **CNAE 4923-0/02** – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
36. **CNAE 4924-8/00** – Transporte escolar;
37. **CNAE 4929-9/01** – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
38. **CNAE 4930-2/01** – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
39. **CNAE 4930-2/02** – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
40. **CNAE 5011-4/01** – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
41. **CNAE 5021-1/01** – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
42. **CNAE 5022-0/01** – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
43. **CNAE 5030-1/01** – Navegação de apoio marítimo;
44. **CNAE 5030-1/02** – Navegação de apoio portuário;
45. **CNAE 5099-8/01** – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
46. **CNAE 5099-8/99** – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
47. **CNAE 5212-5/00** – Carga e descarga;
48. **CNAE 5229-0/99** – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
49. **CNAE 5320-2/02** – Serviços de entrega rápida;
50. **CNAE 5590-6/99** – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
51. **CNAE 6822-6/00** – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
52. **CNAE 7420-0/01** – Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina;
53. **CNAE 7420-0/02** – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas;
54. **CNAE 7490-1/04** – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
55. **CNAE 7490-1/05** – Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas;
56. **CNAE 7711-0/00** – Locação de automóveis sem condutor;
57. **CNAE 7719-5/01** – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
58. **CNAE 7719-5/99** – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
59. **CNAE 7721-7/00** – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
60. **CNAE 7729-2/02** – Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

61. **CNAE 7731-4/00** – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
62. **CNAE 7732-2/01** – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
63. **CNAE 7732-2/02** – Aluguel de andaimes;
64. **CNAE 7733-1/00** – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório;
65. **CNAE 7739-0/03** – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
66. **CNAE 7739-0/99** – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
67. **CNAE 7911-2/00** – Agências de viagens;
68. **CNAE 7912-1/00** – Operadores turísticos;
69. **CNAE 7990-2/00** – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
70. **CNAE 8230-0/01** – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
71. **CNAE 8230-0/02** – Casas de festas e eventos;
72. **CNAE 9319-1/99** – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
73. **CNAE 9329-8/99** – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;
74. **CNAE 7112-0/00** – Serviços de Engenharia;
75. **CNAE 7120-1/00** – Testes e análises técnicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Capital Social, Sua Divisão Entre os Sócios e Forma de Integralização.

O Capital Social é de R$200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada quota, sendo totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente no País, da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
Waldolino Pinto de Aquino	1.000	R$ 1.000,00
Bruce Victor Barros Pinto	199.000	R$ 199.000,00
Totais	**200.000**	**R$ 200.000,00**

Parágrafo Primeiro – Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2003), a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título.

Parágrafo Terceiro - Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. (Art. 997, VII do código civil brasileiro).

CLÁUSULA QUARTA – Da Administração da Sociedade

A Administração e a Direção da Sociedade serão exercidas em conjunto ou separadamente pelos sócios Sr. **Bruce Victor Barros Pinto** e Sr. **Waldolino Pinto de Aquino**, já qualificados, que

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

poderão delegar a uma ou mais pessoas, no todo ou em parte, as funções de administrador. Poderão, também, nomear procuradores, para que, no limite de seu mandato, exerçam esta função gerencial da sociedade.

Parágrafo Primeiro – Os Sócios responderão pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticarem com a violação flagrante da lei ou do presente contrato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de cambio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura de um dos sócios-administradores ou daqueles que estes nomearem para tal função.

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigará perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão das assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

CLÁUSULA QUINTA – Do Desimpedimento dos Administradores
Os administradores, já qualificados, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no Art.. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA SEXTA – Da Cessão e Transferência de Quotas
Os sócios não poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas sociais a terceiros, senão com expressa anuência do outro, que em igualdade de condições, terá direito de preferência na aquisição.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Duração da Sociedade
A Sociedade iniciou suas atividades em 19/07/2013 e tem prazo indeterminado de duração. A sociedade não se dissolve em caso de morte de qualquer dos sócios. Que em caso de óbito, o sócio remanescente deve pelo prazo de sessenta dias, chamar herdeiros para saber se estes desejam nomear procurador para acompanhar os atos do sócio remanescente.

CLÁUSULA OITAVA – Do Exercício e da Distribuição dos Resultados
A 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanço geral e apuração dos resultados do exercício social, e cujo lucro (ou prejuízo) será distribuído (ou suportado) pelos sócios quotistas, na

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

proporção da participação de cada um no capital social. Poderão, entretanto, optar pela sua capitalização.

CLÁUSULA NONA – Da Retirada dos Sócios
Havendo interesse de quaisquer sócios de se retirar da sociedade, esta deverá ser manifestada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, aos demais sócios cabendo de direito à preferência na aquisição das quotas a serem alienadas, aos sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro – Se a retirada se der por morte ou interdição de sócios, os demais herdeiros ou sucessores poderão apresentar um representante para continuar nos negócios sociais, mais cujo ingresso no quadro social dependerá de livre aceitação por parte dos sócios remanescentes com conseqüente procedimento dos trâmites legais.

Parágrafo Segundo – Caso não seja usada (ou aceita), a prerrogativa constante do parágrafo anterior, os haveres do sócio retirante ou morto, ou interditado, serão apurados em balanço especial que será levantado dentro de 30 (trinta) dias contados do evento, e sua liquidação dar-se-á em prestações mensais dentro do prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro – As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas aos sócios, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, para que possam exercer ou não o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada à igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros estranhos à Sociedade.

Parágrafo Quarto – A notificação deverá estar acompanhada de eventual proposta de terceiros, com clara indicação do preço e condições. Para serem consideradas, as propostas devem prever a alienação da totalidade das quotas do(s) sócio(s) e o pagamento do preço exclusivamente em reais.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Remuneração "Pró-Labore"
Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", pelo exercício da gerência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Extinção da Sociedade
Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as leis referentes à Sociedade Limitada preverem, ou quando as partes assim decidirem.

Parágrafo Único - Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, os sócios se comprometem neste último caso a arquivar o destrato social na JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Dos Casos Omissos
Os casos omissos neste contrato terão resolvidos com observância dos preceitos (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Individualidade Das Quotas e Transferências
As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade, cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum dos quotistas pretenderem ceder as que possuem.

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro
Os sócios elegem o Foro desta Comarca para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o e destinando-o ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas, para que produza os efeitos legais.

Manaus, 09 de janeiro de 2019

[redacted]

Uso Exclusivo da Junta Comercial

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 978809 em 31/01/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190061901 - 24/01/2019. Autenticação: 8324111911C5B79E89D17F7461EF7C6ABF3E. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/006.190-1 e o código de segurança ucay Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200617479	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AM2201900034159

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

AUTAZES
Local

6 Junho 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/031.150-9	AM2201900034159	28/05/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

6ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

[redacted]

- Retirada de sócio;
- Cessão de quotas;
- Da Alteração da Administração;
- Alteração do Objeto Social;
- Consolidação.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Capital Social e Sua Distribuição
Em decorrência das alterações ocorridas, o Capital Social que é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), compostos por 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas integralizadas em moeda corrente e legal no país e distribuídas ao sócio na seguinte proporção:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
Waldolino Pinto de Aquino	200.000	R$ 200.000,00
Total	**200.000**	**R$ 200.000,00**

Parágrafo Primeiro – Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2003), a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título.

Parágrafo Terceiro - Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. (Art. 997, VII do código civil brasileiro).

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Administração da Sociedade
A administração e a direção da sociedade serão exercidas pelo sócio remanescente Sr. **WALDOLINO PINTO DE AQUINO**, já qualificado, que poderá delegar a uma ou mais pessoas, no todo ou em parte, as funções de administrador. Poderá, também, nomear procuradores, para que, no limite de seu mandato, exerçam esta função gerencial da sociedade.

Parágrafo Primeiro – Os Sócios responderão pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticarem com a violação flagrante da lei ou do presente contrato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de câmbio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura de um dos sócios-administradores ou daqueles que estes nomearem para tal função.

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigara perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão das assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

CLÁUSULA QUARTA - Do Desimpedimento Do Administrador
O Administrador, já qualificado, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA QUINTA – Da Sociedade Unipessoal

[redacted] o prazo de 180 (cento oitenta)

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração do objeto Social
A sociedade passa a ter por objetivo social as atividades de:

Atividade Principal:
1. CNAE 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:
2. CNAE 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3. CNAE 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
4. CNAE 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
5. CNAE 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
6. CNAE 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
7. CNAE 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;

8. CNAE 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
9. CNAE 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
10. CNAE 4391-6/00 – Obras de fundações;
11. CNAE 4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
12. CNAE 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
13. CNAE 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
14. CNAE 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
15. CNAE 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
16. CNAE 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
17. CNAE 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
18. CNAE 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
19. CNAE 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
20. CNAE 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

21. CNAE 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
22. CNAE 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
23. CNAE 4924-8/00 – Transporte escolar;
24. CNAE 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
25. CNAE 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
26. CNAE 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
27. CNAE 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
28. CNAE 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
29. CNAE 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
30. CNAE 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
31. CNAE 5212-5/00 – Carga e descarga;
32. CNAE 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
33. CNAE 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
34. CNAE 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
35. CNAE 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
36. CNAE 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
37. CNAE 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
38. CNAE 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
39. CNAE 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
40. CNAE 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
41. CNAE 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
42. CNAE 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
43. CNAE 7911-2/00 – Agências de viagens;
44. CNAE 7912-1/00 – Operadores turísticos;
45. CNAE 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
46. CNAE 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
47. CNAE 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
48. CNAE 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;
49. CNAE 7112-0/00 – Serviços de Engenharia;
50. CNAE 7120-1/00 – Testes e análises técnicas;
51. CNAE 6190-6/99 – Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; e
52. CNAE 6110-8/03 – Serviços de comunicação multimídia – SCM.
53. CNAE 4731-8/00 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores.
54. CNAE 7490-1/99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em razão das alterações havidas e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar e adequar às demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

[redacted]

[redacted]

Parágrafo Único – A sociedade poderá instalar e extinguir filiais, agências e escritórios em outras dependências em qualquer ponto do Território Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Objetos Sociais
A sociedade tem por objetivo social as atividades de:

Atividade Principal:

1. CNAE 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. CNAE 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3. CNAE 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
4. CNAE 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
5. CNAE 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
6. CNAE 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
7. CNAE 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
8. CNAE 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
9. CNAE 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
10. CNAE 4391-6/00 – Obras de fundações;
11. CNAE 4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
12. CNAE 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
13. CNAE 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
14. CNAE 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
15. CNAE 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
16. CNAE 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
17. CNAE 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

18. CNAE 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
19. CNAE 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;

20. CNAE 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças;
21. CNAE 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
22. CNAE 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
23. CNAE 4924-8/00 – Transporte escolar;
24. CNAE 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
25. CNAE 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
26. CNAE 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
27. CNAE 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
28. CNAE 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
29. CNAE 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
30. CNAE 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
31. CNAE 5212-5/00 – Carga e descarga;
32. CNAE 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
33. CNAE 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
34. CNAE 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
35. CNAE 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
36. CNAE 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
37. CNAE 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
38. CNAE 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
39. CNAE 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
40. CNAE 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
41. CNAE 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
42. CNAE 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
43. CNAE 7911-2/00 – Agências de viagens;
44. CNAE 7912-1/00 – Operadores turísticos;
45. CNAE 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
46. CNAE 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
47. CNAE 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente;
48. CNAE 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;
49. CNAE 7112-0/00 – Serviços de Engenharia;
50. CNAE 7120-1/00 – Testes e análises técnicas;
51. CNAE 6190-6/99 – Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente;
52. CNAE 6110-8/03 – Serviços de comunicação multimídia – SCM;
53. CNAE 4731-8/00 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
54. CNAE 7490-1/99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Capital Social e Sua Distribuição
O Capital Social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), compostos por 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país e distribuídas ao sócio na seguinte proporção:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
[redacted]	200.000	R$ 200.000,00
Totais	**200.000**	**R$ 200.000,00**

Parágrafo Primeiro – Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2003), a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Segundo – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título.

Parágrafo Terceiro - Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. (Art. 997, VII do código civil brasileiro).

CLÁUSULA QUARTA – Da Duração da Sociedade
A Sociedade iniciou suas atividades em 19/07/2013 e tem prazo indeterminado de duração. A sociedade não se dissolve em caso de morte de qualquer dos sócios. Que em caso de óbito, o sócio remanescente deve pelo prazo de sessenta dias, chamar herdeiros para saber se estes desejam nomear procurador para acompanhar os atos do sócio remanescente.

CLÁUSULA QUINTA – Da Administração da Sociedade
A administração e a direção da sociedade serão exercidas pelo sócio remanescente Sr. **WALDOLINO PINTO DE AQUINO**, já qualificado, que poderão delegar a uma ou mais pessoas, no todo ou em parte, as funções de administrador. Poderão, também, nomear procuradores, para que, no limite de seu mandato, exerçam esta função gerencial da sociedade.

Parágrafo Primeiro – Os Sócios responderão pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticarem com a violação flagrante da lei ou do presente contrato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de câmbio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura de um dos sócios-administradores ou daqueles que estes nomearem para tal função.

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigara perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão das assinaturas conjuntas dos dois sócios ou de um sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

CLÁUSULA SEXTA - Do Desimpedimento Do Administrador
O Administrador, já qualificado, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Sociedade Unipessoal
A sociedade permanecerá unipessoal, com o sócio remanescente [redacted] já qualificado, devendo recompor seu quadro societário, no prazo de 180 (cento oitenta) dias, conforme Art. 1.033 inciso IV Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA – Do Exercício e da Distribuição dos Resultados
A 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanço geral e apuração dos resultados do exercício social, e cujo lucro (ou prejuízo) será distribuído (ou suportado) pelos sócios quotistas, na proporção da participação de cada um no capital social. Poderão, entretanto, optar pela sua capitalização.

Parágrafo Único – Nos quatro meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – Da Remuneração "Pró-Labore"
Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", pelo exercício da gerência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Retirada dos Sócios
Havendo interesse de quaisquer sócios de se retirar da sociedade, esta deverá ser manifestada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, aos demais sócios cabendo de direito à preferência na aquisição das quotas a serem alienadas, aos sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro – Se a retirada se der por morte ou interdição de sócios, os demais herdeiros ou sucessores poderão apresentar um representante para continuar nos negócios sociais, mais cujo ingresso no quadro social dependerá de livre aceitação por parte dos sócios remanescentes com conseqüente procedimento dos trâmites legais.

Parágrafo Segundo – Caso não seja usada (ou aceita), a prerrogativa constante do parágrafo anterior, os haveres do sócio retirante ou morto, ou interditado, serão apurados em balanço especial que será levantado dentro de 30 (trinta) dias contados do evento, e sua liquidação dar-se-á em prestações mensais dentro do prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Terceiro – As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas aos sócios, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, para que possam exercer ou não o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada à igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros estranhos à Sociedade.

Parágrafo Quarto – A notificação deverá estar acompanhada de eventual proposta de terceiros, com clara indicação do preço e condições. Para serem consideradas, as propostas devem prever a alienação da totalidade das quotas do(s) sócio(s) e o pagamento do preço exclusivamente em reais.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Extinção da Sociedade
Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as leis referentes à Sociedade Limitada preverem, ou quando as partes assim decidirem.

Parágrafo Único - Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, os sócios se comprometem neste último caso a arquivar o destrato social na JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Dos Casos Omissos
Os casos omissos neste contrato terão resolvidos com observância dos preceitos (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro
Os sócios elegem o Foro desta Comarca para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o e destinando-o ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas, para que produza os efeitos legais.

Manaus, 30 de maio de 2019.

[redacted] [redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/031.150-9	AM2201900034159	28/05/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL

REGISTRO DIGITAL



Manaus, 06 de Junho de 2019.



Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

[redacted]

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. Segunda-feira, 10 de Junho de 2019

Alberto Pacheco da Silva Ladeira: 60074221272

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. Segunda-feira, 10 de Junho de 2019

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 997311 em 10/06/2019 da Empresa AMAZONIA REPRESENTACAO, COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, Nire 13200617479 e protocolo 190311509 - 28/05/2019. Autenticação: 95C1AB8498880358086BBAF8DAC42E63053C23D. Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 19/031.150-9 e o código de segurança bOcG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 04321.016456/2026-99

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200617479	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
AMP2100013951

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

AUTAZES
Local

2 Março 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1098102 em 03/03/2021 da Empresa AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 18525828000129 e protocolo 210100460 - 26/02/2021. Autenticação: 13DA482493BFA297C9D35C74516BB915295D630. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/010.046-0 e o código de segurança bHQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/03/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/010.046-0	AMP2100013951	26/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1098102 em 03/03/2021 da Empresa AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 18525828000129 e protocolo 210100460 - 26/02/2021. Autenticação: 13DA482493BFA297C9D35C74516BB915295D630. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/010.046-0 e o código de segurança bHQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/03/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

7ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

AMAZÔNIA REPRESENTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

[redacted]

- Entrada e Saída de sócio/administrador;
- Cessão e Transferência de Quotas;
- Alteração de Endereço e Nome Empresarial;
- Alteração de Atividades Econômicas;
- Consolidação.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Parágrafo Único – O Sócio-Administrador, ora admitido, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1098102 em 03/03/2021 da Empresa AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 18525828000129 e protocolo 210100460 - 26/02/2021. Autenticação: 13DA482493BFA297C9D35C74516BB915295D630. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/010.046-0 e o código de segurança bHQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/03/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Parágrafo Primeiro – O cedente declara que nada recebeu do cessionário, sendo a transferência supra, apenas, uma cessão de quotas, de comum acordo, livre de qualquer ônus financeiro e, desta forma, dá-se, às partes, cedente e cessionário, a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem entre si, quer seja em relação às quotas ou em relação à sociedade.

Parágrafo Segundo – Em razão de Cessão e Transferência de quotas ora realizada, o Capital Social de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), compostos por 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país, passa a ser distribuído ao sócio único conforme a seguir:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
[redacted]	200.000	R$ 200.000,00
Total	**200.000**	**R$ 200.000,00**

[redacted]

CLÁUSULA QUARTA – Da Alteração do Nome Empresarial
A sociedade passa a operar sob o nome empresarial **AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** e nome fantasia **AMAZÔNIA SOLUÇÕES INTEGRADAS.**

[redacted]

Atividade Principal:

1. CNAE 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. CNAE 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3. CNAE 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
4. CNAE 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
5. CNAE 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
6. CNAE 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
7. CNAE 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
8. CNAE 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
9. CNAE 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
10. CNAE 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
11. CNAE 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
12. CNAE 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1098102 em 03/03/2021 da Empresa AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 18525828000129 e protocolo 210100460 - 26/02/2021. Autenticação: 13DA482493BFA297C9D35C74516BB915295D630. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/010.046-0 e o código de segurança bHQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/03/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

13. CNAE 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
14. CNAE 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente – Artigos de escritório e de papelaria;
15. CNAE 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
16. CNAE 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
17. CNAE 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças – Máquinas e equipamentos para escritório, exceto informáricos;
18. CNAE 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente – Aparelhos de uso doméstico e pessoal, elétricos e eletrônicos;
19. CNAE 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
20. CNAE 4924-8/00 – Transporte escolar;
21. CNAE 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
22. CNAE 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
23. CNAE 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
24. CNAE 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
25. CNAE 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
26. CNAE 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
27. CNAE 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente – Serviços combinados de transporte aquaviário de passageiros associado com os serviços de alojamento e alimentação;
28. CNAE 5212-5/00 – Carga e descarga;
29. CNAE 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente – Serviços de gestão e operação de tráfego;
30. CNAE 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente – Atividade de alojamento em dormitórios;
31. CNAE 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
32. CNAE 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
33. CNAE 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
34. CNAE 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
35. CNAE 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
36. CNAE 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
37. CNAE 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
38. CNAE 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
39. CNAE 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador – Motores, turbinas e máquinas-ferramenta;
40. CNAE 7911-2/00 – Agências de viagens;
41. CNAE 7912-1/00 – Operadores turísticos;
42. CNAE 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
43. CNAE 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
44. CNAE 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente - Atividades de profissionais que atuam por conta própria em atividades esportivas, tais como atletas, árbitros, treinadores, juízes, etc;
45. CNAE 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente – Atividades de operação da infra-estrutura de transportes recreacionais, como as marinas, garagens, estacionamentos para a guarda de embarcações, atracadores, etc;

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1098102 em 03/03/2021 da Empresa AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 18525828000129 e protocolo 210100460 - 26/02/2021. Autenticação: 13DA482493BFA297C9D35C74516BB915295D630. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/010.046-0 e o código de segurança bHQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/03/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

46. CNAE 7112-0/00 – Serviços de Engenharia;
47. CNAE 7120-1/00 – Testes e análises técnicas;
48. CNAE 6190-6/99 – Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente – Compra e venda da capacidade de rede, sem prestação de outros serviços;
49. CNAE 6110-8/03 – Serviços de comunicação multimídia – SCM;
50. CNAE 4731-8/00 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
51. CNAE 7490-1/99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente – Serviços de avaliação não-imobiliária (jóias, antiguidades, etc.).

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em razão das alterações havidas e para maior facilidade e clareza, resolve o sócio consolidar e adequar às demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

[redacted]

NIRE 13200617479

[redacted]

[redacted]

Parágrafo Único – A sociedade poderá instalar e extinguir filiais, agências e escritórios em outras dependências em qualquer ponto do Território Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Objetivos Sociais
A sociedade tem por objetivo social as atividades de:

Atividade Principal:

1. CNAE 4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;

Atividades Secundárias:

2. CNAE 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3. CNAE 3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
4. CNAE 3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
5. CNAE 3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
6. CNAE 3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
7. CNAE 3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1098102 em 03/03/2021 da Empresa AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 18525828000129 e protocolo 210100460 - 26/02/2021. Autenticação: 13DA482493BFA297C9D35C74516BB915295D630. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/010.046-0 e o código de segurança bHQC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/03/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

8. CNAE 4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica;
9. CNAE 4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
10. CNAE 4511-1/03 – Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
11. CNAE 4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
12. CNAE 4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas;
13. CNAE 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
14. CNAE 4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente – Artigos de escritório e de papelaria;
15. CNAE 4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças;
16. CNAE 4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças;
17. CNAE 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças – Máquinas e equipamentos para escritório, exceto informáricos;
18. CNAE 4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente – Aparelhos de uso doméstico e pessoal, elétricos e eletrônicos;
19. CNAE 4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
20. CNAE 4924-8/00 – Transporte escolar;
21. CNAE 5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – Carga;
22. CNAE 5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
23. CNAE 5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
24. CNAE 5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
25. CNAE 5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
26. CNAE 5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
27. CNAE 5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente – Serviços combinados de transporte aquaviário de passageiros associado com os serviços de alojamento e alimentação;
28. CNAE 5212-5/00 – Carga e descarga;
29. CNAE 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente – Serviços de gestão e operação de tráfego;
30. CNAE 5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente – Atividade de alojamento em dormitórios;
31. CNAE 6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária;
32. CNAE 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
33. CNAE 7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
34. CNAE 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
35. CNAE 7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
36. CNAE 7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
37. CNAE 7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
38. CNAE 7739-0/03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
39. CNAE 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador – Motores, turbinas e máquinas-ferramenta;
40. CNAE 7911-2/00 – Agências de viagens;
41. CNAE 7912-1/00 – Operadores turísticos;

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

42. CNAE 7990-2/00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
43. CNAE 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
44. CNAE 9319-1/99 – Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente - Atividades de profissionais que atuam por conta própria em atividades esportivas, tais como atletas, árbitros, treinadores, juízes, etc;
45. CNAE 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente – Atividades de operação da infra-estrutura de transportes recreacionais, como as marinas, garagens, estacionamentos para a guarda de embarcações, atracadores, etc;
46. CNAE 7112-0/00 – Serviços de Engenharia;
47. CNAE 7120-1/00 – Testes e análises técnicas;
48. CNAE 6190-6/99 – Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente – Compra e venda da capacidade de rede, sem prestação de outros serviços;
49. CNAE 6110-8/03 – Serviços de comunicação multimídia – SCM;
50. CNAE 4731-8/00 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
51. CNAE 7490-1/99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente – Serviços de avaliação não-imobiliária (jóias, antiguidades, etc.).

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Capital Social e Sua Distribuição
O Capital Social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), compostos por 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país e distribuídas ao sócio na seguinte proporção:

Sócio	Nº de Quotas	Valor em R$
Ian Barros de Oliveira	200.000	R$ 200.000,00
Total	**200.000**	**R$ 200.000,00**

Parágrafo Único – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título.

CLÁUSULA QUARTA – Da Duração da Sociedade
A Sociedade iniciou suas atividades em 19/07/2013 e tem prazo indeterminado de duração.

Parágrafo único. Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA QUINTA – Da Administração da Sociedade
A administração e a direção da sociedade serão exercidas pelo sócio Sr. [redacted] já qualificado, que poderá delegar a uma ou mais pessoas, no todo ou em parte, as funções de administrador. Poderá, também, nomear procuradores, para que, no limite de seu mandato, exerçam esta função gerencial da sociedade.

Parágrafo Primeiro – O Sócio responderá pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticar com a violação flagrante da lei ou do presente contrato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de câmbio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura do sócio administrador ou daqueles que estes nomearem para tal função.

[redacted]

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigara perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas do sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão da assinatura do sócio único e de um procurador com poderes especiais para esta função.

CLÁUSULA SEXTA - Do Desimpedimento Do Administrador
O Administrador, já qualificado, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Exercício e da Distribuição dos Resultados
A 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanço geral e apuração dos resultados do exercício social, e cujo lucro (ou prejuízo) será distribuído (ou suportado) pelo sócio único administrador. Este poderá, entretanto, optar pela sua capitalização.

CLÁUSULA OITAVA – Da Remuneração "Pró-Labore"
O sócio único administrador fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA – Da Extinção da Sociedade
Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as normas referentes à Sociedade Limitada Unipessoal preverem, ou quando assim decidir o sócio administrador, respeitado o que dispõe a cláusula quarta.

Parágrafo Único - Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, o sócio único administrador se compromete, neste último caso, a arquivar o destrato social na JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Casos Omissos
Os casos omissos neste contrato terão resolvidos com observância dos preceitos (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro
Fica eleito o Foro da Comarca de Manaus/AM para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

O sócio titular da totalidade do capital social assina de forma eletrônica o presente instrumento para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas, para que produza os efeitos legais.

Manaus, 12 de fevereiro de 2021.

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/010.046-0	AMP2100013951	26/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
001.985.422-67	[redacted]
143.482.092-00	

[redacted]



Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99



Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99 Pág. 379 de 628

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/010.046-0	AMP2100013951	26/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Junta Comercial do Estado do Amazonas

[redacted]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

[redacted]

Gêmeo(s)	*Nome e matrícula do(s) gemêo(s)*
Não	Nada consta.

Data do registro (por extenso)	*Número da Declaração de Nascido Vivo*
Quinze de dezembro de dois mil e três	Não consta

Averbações/Anotações à Acrescer
AVERBAÇAO DE EMANCIPAÇAO: DE ACORDO COM A ESCRITURA PUBLICA, LAVRADO NO PROTOCOLO 021719, FOLHAS 133, LIVRO 2783, DATADO NO DIA; 07/01/2021 EXPEDIDA PELO CARTORIO DO 1° TABELIONATO DE NOTAS, DESTA COMARCA, ESTADO DO AMAZONAS, IAN BARROS DE OLIVEIRA, FOI EMANCIPADO, PELOS SEUS GENITORES, IOMAR RUFINO DE OLIVEIRA E EULINETE BARROS DE OLIVEIRA. O REFERIDO É VERDADE E EDOU FÉ. MANAUS/AM 08 DE JANEIRO DE 2021.

Anotações de Cadastro
Nada consta
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

CARTÓRIO
LIRA BARROS
Cartório do 6º Ofício de Registro Civil
Selma Maria Lira Barros - Oficial
Manaus/Estado do Amazonas
Rua Lourival Muniz, 454 - Glória
CEP 69027-640 - Tel: (92) 3673-9096

[redacted]

SELO ELETRONICO TJAM - AVERBA004499HYGZBWT3P5XL2A53. Valor do ato: 0,00. Consulte o selo em https://cidadao.portalseloam.com.br ou através do QRCode:

SELO ELETRONICO TJAM - CER2VI004499HFCC02TSL7PRYQ94. Valor do ato: 0,00. Consulte o selo em https://cidadao.portalseloam.com.br ou através do QRCode:

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/010.046-0	AMP2100013951	26/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

[redacted]

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

[redacted]

Documento assinado eletrônicamente por [redacted] Público(a), em 03/03/2021, às 12:01 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 21/010.046-0.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. quarta-feira, 03 de março de 2021

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200617479	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMP2100242632

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2209	1	ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO

MANAUS
Local

4 Outubro 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/054.455-4	AMP2100242632	30/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.985.422-67	IAN BARROS DE OLIVEIRA	04/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

8º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL
AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
[redacted]
NIRE: 13200617479

[redacted]

CLÁUSULA PRIMEIRA – MUDANÇA DE ENDEREÇO
A sociedade que mantinha sua sede na rua Franciso Barroncas, s/nº, bairro Santa Luzia, CEP 69040-000, Município de Autazes, Estado do Amazonas, passa a partir desta alteração a exercer suas atividades na **Rua Cametá, nº 9, QD 5, CJ Deborah, bairro Dom Pedro I, CEP 69040-410, Manaus, Amazonas.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO
A sociedade consolida seu contrato social em obediência ao Código Civil trazido pela Lei nº 10.406/02, em vigor desde 11/01/2003, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO SOCIAL
AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ Nº 18.525.828/0001-29

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Sociedade opera sob a denominação social de **AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**

[redacted]

Parágrafo único – Fica eleito o foro do município de Manaus/AM, para dirimir qualquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

CLÁUSULA TERCEIRA - A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades:
7112-0/00 – Serviços de engenharia;
7112-0/03 – Elaboração de projetos de engenharia;

6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária.
3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
4321-5/00 – Instalação elétrica;
4321-5/02 – Manutenção elétrica;
4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
4511-1/03 – Comercio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos para veículos automotores;
4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos e usados para motocicletas e motonetas;
4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção;
4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial;
4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial;
4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente;
4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
4731-8/00 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista;
4924-8/00 – Transporte Escolar;
5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – carga;
5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
5030-1/01 – Navegação de apoio marítimo;
5030-1/02 – Navegação de apoio portuário;
5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
5212-5/00 – Carga e descarga;
5229-0/99-01 – Serviços de limpeza de locomotivas;
5229-0/99-02 – Serviços de guarda-volumes em terminais rodoviários;
5229-0/99-03 – Serviços de gestão e operação de trânsito e tráfego;
5229-0/99-04 – Serviços de translado de passageiros no transporte terrestre, intramunicipal;
5229-0/99-05 – Serviços de liquefação de gás para fins de transporte em veículos dutos móveis;
5229-0/99-06 – Serviços de escolta no transporte rodoviário de cargas especiais, intramunicipal;
5229-0/99-07 – Monitoramento e controle de trânsito;
5229-0/99-99 – Outras Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente;

5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
6110-8/03 – Serviços de comunicação multimídia – scm;
6190-6/99-01 – Serviços de manutenção de linhas de telefones;
6190-6/99-02 – Serviços de instalação de linhas de telefones;
6190-6/99-03 – Serviços de rastreamento por satélite;
6190-6/99-04 – Serviços de manutenção de suportes para circuitos de dados;
6190-6/99-05 – Serviços de instalação de suportes para circuitos de dados;
6190-6/99-06 – Permissão de uso de postes, cabos e condutos de qualquer natureza;
6190-6/99-99 – Outras atividades de telecomunicações não especificados anteriormente;
7112-0/00-02 – Serviços de fiscalização de obras;
7120-1/00-01 – Testes e análises técnicas;
7120-1/00-02 – Testes e análises técnicas – sujeita vigilância sanitária;
7120-1/00-03 – Atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;
7120-1/00-04 – Serviços de biologia, biotecnologia e química;
7490-1/99-01 – Consultoria na área de estatística;
7490-1/99-02 – Serviços de meteorologia;
7490-1/99-04 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres;
7490-1/99-99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
7731-4/00-01 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7731-4/00-02 – Leasing operacional de máquinas e equipamentos agrícolas;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
7739-0/03-01 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
7739-0/03-02 – Leasing operacional de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;
7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
7911-2/00 – Agências de viagens;
7912-1/00-01 – Operadores turísticos;
7912-1/00-02 – Serviços de guia turístico;
7990-2/00-01 – Agência de venda de ingressos para teatros, cinemas e outras atividades artísticas;
7990-2/00-02 – Guichê de venda de passagens de ônibus;
7990-2/00-99 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
8230-0/01-01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
8230-0/01-02 – Serviços de apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres;
9319-1/99-01 – Atividades de pesca esportiva e de lazer, pesque pague;
9319-1/99-02 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador;
9319-1/99-99 – Outras atividades esportivas não especificados anteriormente;
9329-8/99-01 – Atividades de animação e recreação em festas e eventos;
9329-8/99-02 – Exploração de jogos bilhar e snooker;
9329-8/99-03 – Serviços de estadia de barcos, lanchas, iates e jet ski;
9329-8/99-04 – Transporte em veículos de tração animal;

9329-8/99-05 – Organização de feiras e shows de natureza recreacional;
9329-8/99-06 – Exploração de trenzinho para passeios turísticos;
9329-8/99-07 – Locação de embarcações para fins recreativos;
9329-8/99-08 – Exploração de karts;
9329-8/99-09 – Aquário para visitação;
9329-8/99-10 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, operas, concertos, reitais, festivais e congêneres;
9329-8/99-99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificados anteriormente;

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade terá prazo de duração indeterminado, iniciou suas atividades em 19/07/2013.

Parágrafo único – Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital Social é de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), divididos em 200.000 (Duzentos mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País da seguinte forma:

Sócios	Cotas	Valor	%
[redacted]	**200.000**	**R$ 200.000,00**	**100%**

Parágrafo único – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406 de 10/01/02.

CLÁUSULA SEXTA – A administração da sociedade é exercida pelo sócio IAN BARROS DE OLIVEIRA, já qualificado, que poderá delegar a uma ou mais pessoas, no todo ou em parte, as funções de administrador. Poderá, também, nomear procuradores, para que, no limite do seu mandato, exerçam esta função gerencial da sociedade.

Parágrafo Primeiro – O sócio responderá pessoalmente perante a sociedade ou terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou por quaisquer outros atos que praticar com a violação flagrante da lei ou do presente contato.

Parágrafo Segundo – Todos os papeis, documentos, títulos e outros escritos referentes a negócios que acarretem responsabilidades financeiras, a saber: aceite de letras de câmbio, emissão de notas promissórias, emissão de cheques, endossos, emissão de duplicatas, descontos de duplicatas, emissão de borderôs, emissão e aceite de recibos, ordem de quitação, ordem de pagamentos, e outros documentos não especificados para movimentação de contas em bancos, terão validade com a assinatura do sócio administrador ou daqueles que estes nomearem para tal função.

Parágrafo Terceiro – É vedado a utilização ou o emprego da denominação social em quaisquer finalidades estranhas aos objetivos da sociedade, especialmente em negócios de favor.

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

Parágrafo Quarto – Observado o disposto nos demais parágrafos desta Cláusula, a Sociedade somente se obrigara perante terceiros e desonera terceiros de obrigações para com a sociedade, mediante as assinaturas do sócio e um procurador com poderes especiais para esta função.

Parágrafo Quinto – A aquisição e a alienação de bens, móveis e imóveis, empréstimos e financiamentos, em nome da sociedade, dependerão da assinatura do sócio único e de um procurador com poderes especiais para esta função.

CLÁUSULA SÉTIMA – O administrador, já qualificado, declara, sob as penas de lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011 parágrafo 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2022).

CLÁUSULA OITAVA – O sócio único administrador fixará uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA – Ocorrerá a extinção da sociedade nas hipóteses as quais as normas referentes à Sociedade Limitada Unipessoal preverem, ou quando assim decidir o sócio administrador, respeitado o que dispõe de cláusula quarta.

Parágrafo Único – Extinguindo-se a sociedade por ordem judicial ou encerrando suas atividades, o sócio único administrador se compromete, neste último caso, a arquivar o destrato social na JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os casos omissos neste contrato terão resolvidos com observância dos preceitos (Lei nº 10.406/2022) e de outros dispositivos legais aplicáveis do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Manaus/AM para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

O sócio titular da totalidade do capital social assina de forma eletrônica o presente instrumento para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Amazonas-JUCEA, para que produza os efeitos legais.

Manaus(AM), 29 de Setembro de 2021.

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/054.455-4	AMP2100242632	30/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		04/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

[redacted]

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		04/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		04/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 29/09/2021

SRM

Documento assinado eletronicamente por Eliane de Oliveira, Servidor(a) Público(a), em 05/10/2021, às 09:28.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 21/054.455-4.

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. terça-feira, 05 de outubro de 2021

[redacted]

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200617479	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: AMAZONIA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMP2200117496

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

MANAUS
Local

23 Março 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/013.973-3	AMP2200117496	23/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		30/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

9º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL

AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

[redacted]

NIRE: 13200617479

[redacted]

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES DO OBJETIVO SOCIAL

4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;
3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
4321-5/00 – Instalação elétrica;
4321-5/02 – Manutenção elétrica;
4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
4511-1/03 – Comercio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos para veículos automotores;
4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos e usados para motocicletas e motonetas;
4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção;
4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial;
4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente;

[redacted]

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99

4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista;
4924-8/00 – Transporte Escolar;
5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – carga;
5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
5212-5/00 – Carga e descarga;
5229-0/99-04 – Serviços de translado de passageiros no transporte terrestre, intramunicipal;
5229-0/99-07 – Monitoramento e controle de trânsito;
5229-0/99-99 – Outras Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente;
5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
6190-6/99-03 – Serviços de rastreamento por satélite;
6190-6/99-06 – Permissão de uso de postes, cabos e condutos de qualquer natureza;
6190-6/99-99 – Outras atividades de telecomunicações não especificados anteriormente;
6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária.
7112-0/00 – Serviços de engenharia;
7112-0/03 – Elaboração de projetos de engenharia;
7112-0/00-02 – Serviços de fiscalização de obras;
7120-1/00-01 – Testes e análises técnicas;
7120-1/00-02 – Testes e análises técnicas – sujeita vigilância sanitária;
7120-1/00-03 – Atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;
7120-1/00-04 – Serviços de biologia, biotecnologia e química;
7490-1/99-01 – Consultoria na área de estatística;
7490-1/99-02 – Serviços de meteorologia;
7490-1/99-99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;
7721-7/00 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;
7731-4/00-01 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7731-4/00-02 – Leasing operacional de máquinas e equipamentos agrícolas;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
7739-0/03-01 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
7739-0/03-02 – Leasing operacional de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;
7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
7911-2/00 – Agências de viagens;
7912-1/00-01 – Operadores turísticos;
7990-2/00-99 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;
8230-0/01-01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
9319-1/99-01 – Atividades de pesca esportiva e de lazer, pesque pague;

9319-1/99-02 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador;
9319-1/99-99 – Outras atividades esportivas não especificados anteriormente;
9329-8/99-05 – Organização de feiras e shows de natureza recreacional;
9329-8/99-07 – Locação de embarcações para fins recreativos;
9329-8/99-99 – Outras atividades de recreação e lazer não especificados anteriormente;
4647-8/02 – Comércio Atacadista de Livros, Jornais e outras Publicações;
4649-4/04 – Comércio Atacadista de Móveis e Artigos de Colcharia;
4649-4/07 – Comércio Atacadista de Filmes, CDs, DVDs, Fitas e Discos;
4669-9/99 – Comércio Atacadista de Outras Máquinas e Equipamentos Não especificados Anteriormente, Partes e Peças.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO
A sociedade consolida seu contrato social em obediência ao Código Civil trazido pela Lei nº 10.406/02, em vigor desde 11/01/2003, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO SOCIAL
AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
[redacted]

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

[redacted]

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Sociedade opera sob a denominação social de **AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**

[redacted]

Parágrafo único – Fica eleito o foro do município de Manaus/AM, para dirimir qualquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

CLÁUSULA TERCEIRA - A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades:
4665-6/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças;
3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos;
3313-9/99 – Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente;
3317-1/02 – Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer;
3319-8/00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;
3321-0/00 – Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
3329-5/99 – Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente;
4321-5/00 – Instalação elétrica;
4321-5/02 – Manutenção elétrica;

[redacted]

4399-1/04 – Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
4511-1/03 – Comercio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados;
4530-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos para veículos automotores;
4541-2/02 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos e usados para motocicletas e motonetas;
4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
4618-4/99 – Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente;
4662-1/00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção;
4663-0/00 – Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial;
4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente;
4689-3/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente;
4923-0/02 – Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista;
4924-8/00 – Transporte Escolar;
5011-4/01 – Transporte marítimo de cabotagem – carga;
5021-1/01 – Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia;
5022-0/01 – Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
5099-8/01 – Transporte aquaviário para passeios turísticos;
5099-8/99 – Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente;
5212-5/00 – Carga e descarga;
5229-0/99-04 – Serviços de translado de passageiros no transporte terrestre, intramunicipal;
5229-0/99-07 – Monitoramento e controle de trânsito;
5229-0/99-99 – Outras Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente;
5590-6/99 – Outros alojamentos não especificados anteriormente;
6190-6/99-03 – Serviços de rastreamento por satélite;
6190-6/99-06 – Permissão de uso de postes, cabos e condutos de qualquer natureza;
6190-6/99-99 – Outras atividades de telecomunicações não especificados anteriormente;
6822-6/00 – Gestão e administração da propriedade imobiliária.
7112-0/00 – Serviços de engenharia;
7112-0/03 – Elaboração de projetos de engenharia;
7112-0/00-02 – Serviços de fiscalização de obras;
7120-1/00-01 – Testes e análises técnicas;
7120-1/00-02 – Testes e análises técnicas – sujeita vigilância sanitária;
7120-1/00-03 – Atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;
7120-1/00-04 – Serviços de biologia, biotecnologia e química;
7490-1/99-01 – Consultoria na área de estatística;
7490-1/99-02 – Serviços de meteorologia;
7490-1/99-99 – Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7719-5/01 – Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos;
7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;

Este documento é peça do processo 64321.016456/2026-99